

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL
JULIANA LOPES SANTOS

***OCCUPY WALL STREET* PÓS CRISE DE 2008: UMA INFLEXÃO SISTÊMICA?**

RIO DE JANEIRO

2020

JULIANA LOPES SANTOS

OCCUPY WALL STREET PÓS CRISE DE 2008: UMA INFLEXÃO SISTÊMICA?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

Orientadora: Prof.^a Cristina Soreanu Pecequilo.

RIO DE JANEIRO

2020

FICHA CATALOGRÁFICA

S237 Santos, Juliana Lopes.
Occupy Wall Street pós crise de 2008: uma inflexão sistêmica? / Juliana Lopes
Santos. – 2020.
122 f.; 31 cm.

Orientadora: Cristina Soreanu Pecequilo.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2020.
Bibliografia: f. 113 – 122.

1. Globalização. 2. Crise financeira – Estados Unidos, 2008. 3. Movimento de
ocupação de Wall Street. 4. Eleições presidenciais – Estados Unidos, 2016. I.
Pecequilo, Cristina Soreanu, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Instituto de Economia. III. Título.

CDD 337.1

JULIANA LOPES SANTOS

***OCCUPY WALL STREET* PÓS CRISE DE 2008: UMA INFLEXÃO SISTÊMICA?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia Política Internacional.

BANCA EXAMINADORA

PROF.^a Dra. CRISTINA SOREANU PECEQUILO - UFRJ

Orientadora

PROF. Dr. MAURÍCIO MÉDICI METRI - UFRJ

Examinador

PROF.^a Dra. CAROLINA SILVA PEDROSO - UNIFESP

Examinadora

RIO DE JANEIRO - DEZEMBRO DE 2020

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, portanto cabe, em primeiro lugar, um agradecimento à CAPES pelo apoio que possibilitou a realização dessa pesquisa e o acesso a uma formação acadêmica de qualidade.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Cristina Pecequillo, que com profunda dedicação, paciência e generosidade guiou o desenvolvimento desse trabalho. Obrigada por me acompanhar durante essa trajetória, seu apoio foi essencial e decisivo. Obrigada por demonstrar que é possível ser um grande nome dentro da academia e ao mesmo tempo ser empática e humana. Precisamos de mais pessoas assim na academia e no mundo.

Em terceiro lugar, quero agradecer ao Professor Maurício Metri, que também acompanhou de perto o desenrolar desse processo que é aprender a pesquisar, e foi um grande mestre em todas as etapas. Seus *insights* e sua paixão ao ensinar contribuíram de forma significativa para elevar a qualidade desse trabalho. É uma grande inspiração não somente dessa nobre incumbência que é lecionar, mas também enquanto pessoa íntegra e empática.

Às professoras Patrícia Ribeiro e Carolina Pedroso, muito obrigada pela parte fundamental que exerceram nessa jornada, por todas as contribuições e apontamentos, e todo o enriquecimento que seu vasto repertório rendeu à pesquisa.

Que privilégio foi ter em minha formação exemplos tão engrandecedores!

Da mesma forma, gostaria de agradecer a todo corpo docente do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ, fontes inesgotáveis de conhecimento. Obrigada também ao corpo de funcionários da UFRJ e da Secretaria de Pós-graduação do Instituto de Economia, por todo trabalho exercido que possibilita a produção acadêmica.

Aos colegas do corpo discente, muito obrigada pelas incontáveis horas de parceria e companheirismo, e por todo o aprendizado dentro e fora das salas de aula. Que grande orgulho cada um inspira. São gigantes!

Por fim, um eterno agradecimento à minha mãe, Marli Lopes, constante incentivadora de todas as minhas empreitadas. Muito obrigada por todo o amor, carinho e apoio com que me rega diariamente. É sempre uma inspiração de força e de luta.

RESUMO

OCCUPY WALL STREET PÓS CRISE DE 2008: UMA INFLEXÃO SISTÊMICA?

Juliana Lopes Santos

Orientadora: Dra. Cristina Soreanu Pecequilo

O ordenamento internacional construído e reforçado pela potência hegemônica do sistema esteve firmemente ancorado na globalização financeira e nas instituições liberais nas últimas décadas. Em 2008, no entanto, esse sistema chega muito perto de desmoronar. Embora os Estados Unidos tenham sido capazes de administrar uma saída para a crise, o futuro desse ordenamento permanece em jogo no seio do próprio sistema. As manifestações do *Occupy Wall Street* surgem como contestação a essa ordem, desafiando os princípios nos quais suas instituições se erguem. O presente estudo busca resgatar as forças sociais como potenciais propulsoras de transformações sistêmicas. Para isso, investiga a partir de uma perspectiva histórica a montagem desse ordenamento liberal globalizado, resgatando teorias dentro do campo da Economia Política Internacional que sejam capazes de traçar paralelos com o fenômeno de contestação das estruturas de poder hegemônicas. Utilizando o estudo de caso do *Occupy Wall Street* e das eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos, pretende verificar de que maneiras a indignação popular pode se traduzir em práticas e processos políticos alternativos.

Palavras-chave: Globalização, Crise de 2008, *Occupy Wall Street*, Eleições EUA 2016.

ABSTRACT

OCCUPY WALL STREET PÓS CRISE DE 2008: UMA INFLEXÃO SISTÊMICA?

Juliana Lopes Santos

Orientadora: Dra. Cristina Soreanu Pecequilo

The international order built and reinforced by the system's hegemonic power has been firmly anchored on financial globalization and liberal institutions in recent decades. In 2008, however, this system comes very close to collapsing. Although the United States has been able to manage a way out of the crisis, the future of this order remains at stake within the center of the system itself. Occupy Wall Street's movement is a challenge to this order, defying the principles on which its institutions stand. The present study seeks to rescue social forces as potential drivers of systemic transformations. For that purpose, it investigates from a historical perspective the development of this globalized liberal order, rescuing theories within the field of International Political Economy that are capable of drawing parallels with the phenomenon of contestation of hegemonic power structures. Using the case study of Occupy Wall Street and the 2016 presidential elections in the United States, it aims to see how popular outrage can translate into alternative political practices and processes.

Key-words: Globalization, 2008 financial crisis, Occupy Wall Street, 2016 USA elections.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| CAPÍTULO 1 - FORÇAS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÃO SISTÊMICA | 14 |
| 1. LOCALIZANDO O DEBATE NA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL | 14 |
| 1.1 A ESCOLA INGLESA | 18 |
| 1.2 KARL POLANYI | 19 |
| 1.2.1 A CRÍTICA AO LIBERALISMO | 20 |
| 1.2.2 A TESE DO DUPLO MOVIMENTO | 23 |
| 1.2.3 O ORDENAMENTO INTERNACIONAL LIBERAL | 25 |
| 1.3 ROBERT COX | 29 |
| 1.3.1 A CRÍTICA AO POSITIVISMO | 30 |
| 1.3.2 O CONCEITO GRAMSCIANO DE HEGEMONIA | 32 |
| 1.3.3 A LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA | 33 |
| 1.3.4 A TEORIA CRÍTICA E O MATERIALISMO HISTÓRICO | 36 |
| 1.3.5 A ESTRUTURA HISTÓRICA | 37 |
| 1.4 PARA ALÉM DA TEORIA | 39 |
| CAPÍTULO 2 - A GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA FINANCEIRA E A CRISE SISTÊMICA DE 2008 | 41 |
| 2.1. A ARQUITETURA DO SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO INTERNACIONAL | 42 |
| 2.1.1 BRETTON WOODS | 42 |
| 2.1.2 O PADRÃO DÓLAR FLEXÍVEL | 47 |
| 2.2. A CRISE SISTÊMICA | 60 |
| 2.2.1 A CRISE DO SUBPRIME | 60 |
| 2.2.2 O GERENCIAMENTO DA CRISE | 68 |
| CAPÍTULO 3 - OCCUPY WALL STREET E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2016 NOS EUA | 79 |
| 3.1 OCCUPY WALL STREET | 80 |
| 3.1.1 CONTRA HEGEMONIA NA ERA INFORMACIONAL | 80 |
| 3.1.2 DESIGUALDADE DE RENDA E CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA | 81 |
| 3.1.3 A OCUPAÇÃO | 85 |
| 3.2 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2016 NOS EUA | 90 |
| 3.2.1 O SISTEMA ELEITORAL AMERICANO | 92 |
| 3.2.2 BERNIE SANDERS | 93 |
| 3.2.3 HILLARY CLINTON | 97 |
| 3.2.4 DONALD TRUMP | 103 |
| CONCLUSÃO | 109 |
| REFERÊNCIAS | 113 |

INTRODUÇÃO

É no contexto da recessão mundial causada pela crise financeira de 2008 que o movimento *Occupy Wall Street* surge, com a ocupação do parque Zuccotti a dois quarteirões de *Wall Street*. Sua principal crítica era contra o capitalismo financeiro e seus agentes, e sua principal bandeira era por justiça social e uma democracia independente do poder do capital. A decepção com os governantes, especialmente com o governo Obama que havia sido a esperança de uma mudança real, e com as instituições que governavam o sistema internacional eram sua força motriz.

Esse fenômeno foi capaz de impulsionar os prognósticos de teóricos que consideraram a crise de 2008 um momento de transformação comparável à crise de 1929 em relação ao surgimento de processos políticos e sociais alternativos, como o modelo de bem-estar social, o socialismo ou o fascismo? Podem ser entendidos como uma resposta à crise de legitimidade das principais instituições liberais? As reivindicações foram traduzidas em políticas que abarcam os anseios da sociedade civil global, ou o que se desenrola é uma cooptação dessas pautas para a continuidade da reprodução do sistema? Quais são as indicações que o projeto vencedor das eleições de 2016 da principal potência global aponta frente ao ordenamento neoliberal?

Essas perguntas são algumas das problemáticas que nortearão a pesquisa. Dessa forma, a análise que se busca empreender abarca, em um contexto mais amplo de fundamentação teórica, os processos de globalização e do ordenamento neoliberal aprofundados desde a abertura do livre movimento de capitais e do estabelecimento do padrão dólar-flexível nos anos 1970. Esse processo tem origem nas contradições, conflitos e tensões da hegemonia do capital, exacerbadas pelos processos de acumulação, financeirização e globalização que vem se intensificando vertiginosamente a partir dos anos 90.

A dimensão e a força das manifestações de 2011 surpreenderam o mundo inteiro, causando choque e fascínio. Depois da crise financeira de 2008 que abalou as estruturas da economia global, essas manifestações vêm a somar enquanto consequência de um modelo político e econômico que reforça a exclusão e a desigualdade. Sua relevância como um dos maiores fenômenos sociais globais recente é objeto de estudos em diversos campos das ciências sociais.

O principal objetivo é estabelecer uma relação de conexão sistêmica entre três fenômenos: a crise econômico-financeira de 2008, o movimento social do *Occupy Wall Street* ocorrido em 2011 e o resultado das eleições presidenciais de 2016 nos EUA. Embora a

relação entre o primeiro e o segundo fenômenos pareça evidente, até na própria análise das pautas reivindicadas pelo Occupy, é na relação desses dois com o terceiro que reside a verdadeira originalidade da dissertação apresentada, uma vez que busca verificar o significado e as consequências desses fenômenos para uma mudança no discurso de estratégia política dos EUA frente às instituições internacionais e a ordem liberal global.

Dentre os objetivos específicos mais importantes para a execução da pesquisa cabe ressaltar os seguintes:

1. Analisar a crise de 2008 sob uma perspectiva sistêmica.
2. Estabelecer o papel da globalização e das políticas neoliberais na construção da sociedade.
3. Analisar o intervalo que abarca a crise econômico-financeira de 2008 até o *Occupy*, buscando averiguar o processo de estabilização econômica do sistema que deflagrou uma crescente desconfiança da sociedade frente às principais instituições liberais.
4. Estabelecer de forma clara se houve no principal centro de poder global – isto é, a potência ordenadora do sistema - em que ocorreram as manifestações uma reflexão das reivindicações das manifestações à projetos ou discursos políticos nas eleições presidenciais de 2016.

A hipótese central encontra-se no esforço de construir uma argumentação que possa elencar esses três fenômenos enquanto um processo político, social e econômico complexo, dialético e contínuo, que deflagra uma permanente tensão de forças opostas no sistema capitalista, acirrada com a abertura do livre movimento de capitais e maior integração e competitividade econômica proporcionado pela globalização. É, portanto, um ponto de inflexão, cujos desdobramentos vêm a modificar a visão da sociedade quanto ao ordenamento liberal. Isso pode ser demonstrado através de uma argumentação que tenha quatro pontos fundamentais:

- I. O modelo da globalização neoliberal reforça um modo de produção e organização socioeconômica específico, pautado na autorregulamentação dos mercados, cuja contradição intrínseca tal qual descrita por Polanyi (2000) resulta na crise econômico-financeira de 2008.
- II. A falta de resolução satisfatória da crise, no sentido de promover mudanças no marco regulatório do funcionamento do mercado e promover políticas de proteção à sociedade, gera um acirramento das tensões sociais, marcado pelas manifestações do *Occupy Wall Street*.

- III. Essas tensões se refletem na política, na tentativa de encontrar soluções que, muitas vezes, podem ser mutuamente excludentes.
- IV. Esse é um movimento histórico de disputa contínua entre diferentes forças sociais em suas relações de poder, que se correlacionam na organização econômica tanto dentro do complexo sociedade/Estado quanto no ordenamento internacional.

É importante ressaltar ainda que a argumentação será construída a partir das forças sociais, consideradas fator central para a dinâmica desse movimento. Isso significa que a análise, apesar de dar indícios mais gerais no ordenamento internacional, ficará centrada principalmente no contexto interno dos EUA. Enquanto epicentro da economia e da ordem hegemônica liberal, os processos que ocorrem nesse país são muito reveladores, pois apontam tendências que transpassam fronteiras nacionais.

Dessa forma, o resultado das eleições de 2016 nos EUA sugere uma reação de rompimento da narrativa do ordenamento liberal por ela construída e um encaminhamento político mais conservador e nacionalista, seguindo um princípio de proteção frente aos desafios impostos pela globalização do capital, tal como sugerido por Polanyi (2000).

Cox (1981) assinala a importância de se prestar atenção às forças e processos sociais e sua relação com o desenvolvimento dos Estados e das ordens mundiais. A análise de fenômenos globais - como a globalização, o terrorismo ou as manifestações que são o objeto do presente projeto - falham quando classificadas em disciplinas separadas da ciência, como a política, a economia, a sociologia, e a cultura, sem considerar que essas áreas são antes construções abstratas, e não reais. Dessa forma, cada uma é afetada e está intimamente interligada às outras disciplinas, de modo que o fenômeno se torna incompreensível quando negligenciado a partir de outras perspectivas.

É importante frisar que fenômenos complexos exigem uma abordagem interdisciplinar para serem compreendidos. A Economia Política Internacional é o campo mais indicado para a análise que se busca empreender, uma vez que possui um aporte teórico capaz de integrar a análise de fenômenos econômicos, sociais e políticos, oferecendo um amplo diálogo entre as disciplinas de Economia, Ciência Política e Relações Internacionais.

Portanto, a sustentação teórica desse projeto se dá principalmente na área de EPI. A abordagem a ser adotada trabalhará principalmente com o conceito de transformação sistêmica, e mais especificamente focará nas abordagens que insiram as forças e processos sociais como fundamentais para a construção de ordem não apenas dentro dos Estados, mas também internacionalmente.

A metodologia utilizada contará principalmente com uma pesquisa bibliográfica de livros, artigos e teses científicas nas áreas de Relações Internacionais, Ciência Política, Sociologia e principalmente Economia Política Internacional, que darão o arcabouço de sustentação teórica para a argumentação que se pretende empreender. O principal esforço nesse sentido será o de traçar efetivamente a interdisciplinaridade dessas áreas quanto ao tema e ao problema propostos, buscando fornecer ao leitor uma compreensão mais complexa e íntegra dos fenômenos estudados.

Refletir esses fenômenos academicamente é determinante não somente para entender as realidades sociais, políticas e econômicas particulares dos Estados nos quais ocorreram, mas também para estabelecer relações de interconexão entre esses campos a nível sistêmico, permitindo vislumbrar encaminhamentos da política internacional. A partir dessa reflexão é possível identificar os pontos em que essas manifestações obtiveram êxito quanto a seus objetivos, e os pontos em que fracassaram, para então estabelecer novos panoramas a partir dos quais trabalhar futuramente, seja teórica e academicamente, seja na prática organizacional e estratégica da construção de uma nova ordem social mundial que se busca alcançar.

Por se tratar de um tema muito recente, cujos desdobramentos ainda estão em andamento e, por conseguinte, ainda não são completamente conhecidos, há uma defasagem quanto à produção acadêmica de sua potencialidade sistêmica. A maioria dos trabalhos brasileiros que analisam a relação entre as manifestações e os processos políticos decorrentes centram-se em análises exclusivamente sociológicas e/ou políticas.

Dessa forma, pretende-se estabelecer um quadro teórico capaz de explicar como o ordenamento da globalização neoliberal - cujas instituições reforçam a produção capitalista autorregulamentada - resulta em contradições profundas que culminam na crise de 2008, que por sua vez engendra o acirramento de tensões sociais e leva à disputa de diferentes projetos políticos como resposta a essa crise. Em última instância, essa dinâmica parece indicar uma possível mudança de postura da principal potência ordenadora do sistema.

Além de contar com uma introdução e uma conclusão, a pesquisa terá três capítulos de desenvolvimento. Portanto, o primeiro capítulo será o responsável por discutir o embasamento teórico da tese, e contará com uma breve revisão do debate entre a Escola Inglesa e a Escola Americana, dentro do referencial da Economia Política Internacional, quanto aos autores que se propõem a analisar a *Really Big Question*¹ nas perspectivas de

¹ Terminologia utilizada por Cohen (2008) para se referir aos autores que buscam tratar da temática de transformação sistêmica, no sentido de identificar transições históricas no ambiente da política internacional.

crises e mudanças econômicas e/ou sistêmicas, focando na importância não só dos Estados, mas também dos processos sociais.

O segundo capítulo entrará nos fenômenos em si, começando com a crise econômico-financeira de 2008. Aqui, a análise desenvolverá uma discussão quanto ao papel central da globalização capitalista a partir da década de 1970 e seu processo de financeirização. Será analisada sob uma perspectiva sistêmica focando principalmente no significado da crise para o ordenamento internacional, principalmente enquanto evidência das contradições do sistema capitalista liberal. Serão evidenciadas ainda as principais políticas adotadas para a saída da crise e seus impactos sociais.

O terceiro capítulo abará o movimento *Occupy Wall Street*, buscando caracterizar os novos movimentos sociais em rede e o papel das mídias sociais para a organização política no século XXI. Ademais, será analisado o perfil dos manifestantes, seus principais discursos políticos e reivindicações antisistêmicas, sua percepção quanto ao capital financeiro e a crise de 2008. Trabalhará também a percepção social de falta de legitimidade nas instituições liberais com o achatamento dos direitos sociais e trabalhistas e o aumento da austeridade. Por fim, tratará das eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos, analisando principalmente os programas de governo, buscando elencar os pontos de divergência ou aproximação com o Occupy, e expressar a vitória de Trump como sinalizadora de um descontentamento com as instituições liberais.

CAPÍTULO 1 - FORÇAS SOCIAIS E TRANSFORMAÇÃO SISTÊMICA

1. LOCALIZANDO O DEBATE NA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

O presente capítulo serve de preâmbulo ao resgatar importantes contribuições da Escola Inglesa, cuja ontologia é considerada a mais adequada para lidar com os complexos processos de acirramento das tensões sociais causadas pela globalização. Cabe, primeiramente, uma contextualização quanto aos principais referenciais teóricos que fornecerão a base de sustentação para a pesquisa.

Dessa forma, busca analisar as abordagens de Karl Polanyi e Robert Cox quanto às transformações sistêmicas, especialmente no que concerne a suas contribuições para o pensamento crítico. Empreender-se-á um esforço para estabelecê-los dentro do debate da Economia Política Internacional (EPI), ressaltando seus diálogos com os liberais e com os neorrealistas. A crítica de Polanyi ao liberalismo econômico e a crítica de Cox ao positivismo são centrais para o desenvolvimento de suas teorias. O objetivo é delinear as ferramentas teóricas e metodológicas dos autores que são capazes de identificar rupturas políticas, econômicas e sociais na ordem do sistema internacional, e determinar sua validade para analisar diferentes tempos históricos. Essas ferramentas auxiliarão na pesquisa quanto à possível inflexão sistêmica a partir da crise de 2008.

Ambos focam na dinâmica dos processos e forças sociais como primordiais para a estruturação do sistema internacional e de suas transformações, e essa dinâmica só pode ser verificada através de uma análise centrada na história. Na visão dos autores, essas forças possuem um caráter dialético, simultaneamente influenciando o sistema e sendo por ele influenciadas de maneira recíproca. Retiram, dessa forma, a centralidade absoluta do Estado enquanto único agente internacional. Além disso, ambos têm um elemento propositivo, se preocupando em aliar a teoria a um projeto ético crítico, no qual haja a possibilidade de mudança. Dessa forma, suas análises procuram preencher um espaço deixado tanto pelo liberalismo utópico quanto pelo neorrealismo positivista, produzindo teorias originais e complexas que trazem uma nova perspectiva analítica para as Relações Internacionais e para a EPI.

A EPI enquanto campo disciplinar é capaz de articular a importância da riqueza e do poder para o desenvolvimento das nações e suas implicações no sistema internacional,

fornecendo novas perspectivas de análise que preenchem a lacuna deixada pela consagrada divisão disciplinar entre a economia e a ciência política².

O desenvolvimento da EPI levou a duas principais escolas de pensamento, a Escola Americana e a Escola Inglesa, cuja separação baseia-se antes em categorias intelectuais e não em estritamente geográficas (COHEN, 2008). A separação se deve principalmente às diferenças ontológicas, epistemológicas e metodológicas entre as duas escolas, que serão brevemente abordadas aqui, na intenção de elucidar a escolha dos autores e teorias para a problemática que se pretende analisar. As diferenças nos objetivos normativos são determinantes para compreender suas prioridades enquanto linhas de pensamento.

Segundo Cohen (2008), a Escola Americana pode ser considerada como a principal corrente de EPI, representando sua ortodoxia. Sua ontologia é marcada pela prioridade dada ao método científico, importado das ciências naturais e baseado no empiricismo, no racionalismo e no positivismo. Isso significa que, metodologicamente, há um distanciamento entre o objeto de pesquisa e o sujeito que as analisa, na tentativa de obter variáveis livres de valor, que possam ser utilizadas como universalmente válidas. Além disso, o processo de análise remete à observação isolada e objetiva de determinado problema, encontrado dentro de uma estrutura maior cujas características são dadas e consideradas contínuas. Assim, tenta fornecer modelos explicativos e operacionais adaptados a cada momento histórico. Essa escola tem grande influência nos principais debates de EPI e de Relações Internacionais, principalmente entre o liberalismo e o realismo e suas variáveis³.

A EPI se consolida enquanto campo acadêmico institucionalizado e autônomo em meio ao debate da década de 1970 sobre a suposta crise de hegemonia americana, considerada um fator central de estabilidade. O declínio de hegemonia seria indício, portanto, que uma mudança sistêmica estaria em curso. A relação entre a economia e a política e seu papel na transformação do sistema global que se acreditava vivenciar na época foi um dos principais norteadores do alvorecer da disciplina.

But why did the international environment change? What were the implications? And what could be expected in the future? Not surprisingly, questions like these were among the first to be addressed by the infant field. After all, what could be more fascinating than the grand theme of systemic transformation? (COHEN, 2007:66)

² Essa separação deriva da subdivisão da economia política clássica em dois campos de atividades humanas distintas. A crescente formalização da economia distanciou-a da prática política e de suas preocupações normativas. Esse processo será ilustrado por Polanyi (2000).

³ Como o neoliberalismo e o neorealismo.

A Teoria da Estabilidade Hegemônica (TEH) foi a primeira grande teoria de EPI, e é a principal contribuição da Escola Americana para a temática de transformações sistêmicas. Gerada a partir do debate entre os realistas e os liberais sobre o papel da hegemonia na manutenção da ordem do sistema, ela emerge no fim do Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI) de Bretton Woods, em um contexto de insustentabilidade da paridade do dólar com o ouro e perda de confiança no dólar como moeda de reserva internacional, ao mesmo tempo em que os demais países do centro passavam por um período de fortalecimento econômico.

Para a tradição realista, representada por autores como Kindleberger⁴ e Gilpin, a hegemonia está associada à segurança e é exercida através da supremacia material nos campos militar, político e econômico. Estaria, portanto, diretamente relacionada à capacidade do Estado de garantir seus interesses através da coerção. A mudança na distribuição das capacidades dos Estados criaria desafios ao poder hegemônico que na busca pela satisfação de seus próprios interesses tentariam mudar as regras do jogo. Já para Keohane, Nye e outros autores da tradição liberal a hegemonia está associada à ação coletiva, no estabelecimento de consenso por um *hegemon* benevolente através da distribuição de benefícios. Apesar das diferentes compreensões do conceito de hegemonia, ambas tradições sustentam que seria necessário um Estado capaz de exercer uma liderança incontestável e atuar como estabilizador do sistema internacional.

Com a consolidação do padrão dólar-flexível em meados dos anos 1980 e o papel cada vez mais proeminente do dólar e do mercado financeiro americano na economia global, a teoria é posta à prova com a realidade. Cohen pontua que “its predictions, it turns out, were supported by neither historical evidence nor theoretical reasoning. (...) In a complex world, we have learned that outcomes depend on much more than a concentration of power alone” (COHEN, 2008:77). Os próprios formuladores da TEH concluíram que a hegemonia não era o único fator necessário para garantir a estabilidade e explicar a ascensão e/ou queda dos SMFI.

Durante muito tempo, a Escola Americana pareceu perder o interesse pelo tema. Recentemente, no entanto, novos questionamentos começam a surgir quanto à continuidade da ordem liberal e do papel dos EUA como garantidor dessa ordem. Ikenberry (2017), Nye (2017), Colgan e Keohane (2017) observam que a ordem liberal que vigorou a partir da II Guerra Mundial foi pautada na abertura econômica, em instituições multilaterais, na

⁴Baseando-se nos períodos da *Pax Britannica* e *Pax Americana*, Kindleberg é o primeiro a propor a correlação entre estabilidade econômica e o domínio de poder de um único Estado, chegando a inferir que a crise de 1929 seria uma consequência à ausência de uma liderança capaz de estabilizar o sistema (COHEN, 2008:72).

cooperação em segurança, na solidariedade de ideais internacionalistas, na criação de riqueza, na promoção de direitos humanos e na proteção política. A estabilização dessa ordem passou a ser uma prioridade na política externa americana, que permanece como principal beneficiada e ordenadora do sistema, endossando concessões e tornando os outros países mais dispostos a se engajar e cooperar. Segundo os autores, a eleição de Donald Trump em 2016 nos EUA aponta para um revisionismo a partir de dentro, no qual a própria potência ordenadora do sistema passa a se afastar das instituições que construiu.

A instabilidade das primeiras duas décadas do século XXI já demonstrou que essa temática é particularmente interessante de ser revisitada. Ordens não são permanentes, a história está em contínuo processo de transformação, e embora Cohen (2008:82) argumente que “the best definition of a transition is that interval of time between two periods of transition”, ou justamente por isso, o cuidado de levar esse processo histórico em consideração no desenvolvimento teórico é essencial para não cair no equívoco de retratar o mundo de forma estática e/ou anacrônica.

1.1 A ESCOLA INGLESA

Segundo Cohen (2008), o estilo eclético não é incomum aos teóricos da Escola Inglesa, que bebem de múltiplas fontes. Diferentemente da Escola Americana, cujo foco permanece na economia e na ciência política, as origens dessa escola derivam de uma abordagem mais ampla, capaz de conectar diferentes disciplinas das Ciências Sociais, como a Sociologia, a Filosofia, o Direito e a História.

Devido a essa herança, os principais autores dessa escola seguem por caminhos singulares, sendo muitas vezes difícil encaixá-los em classificações convencionais. Um bom exemplo é Susan Strange, uma das pioneiras a fazer as provocações sobre a falta de diálogo entre a economia e a política em seu artigo *International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect* de 1970. Também foi uma das primeiras a questionar a TEH e insistir que os EUA mantiveram domínio de estruturas essenciais da economia global e, portanto, sua posição hegemônica não estaria ameaçada.

Inspirando-se na economia política clássica, sua agenda de pesquisa é norteadada não somente pelas relações econômicas e de poder, mas “much more fundamentally, it is about underlying social patterns and structures — about the way that society itself is ordered and governed”. (COHEN, 2008:165). A metodologia formal, tal qual a aplicada pela Escola Americana, é deferida em prol de uma análise histórica.

Além disso, é notável o interesse dessa escola em explorar questões éticas e normativas, desenvolvendo teorias que não se limitam a explicar o comportamento dos agentes, mas se preocupam também em avaliar esse comportamento e suas consequências, oferecendo um juízo de valores propositivo a mudança. “The aim is not just to understand but where possible to improve. And that higher calling demands a problematique that is both normative in tone and universal in aspiration” (COHEN, 2008: 165).

1.2 KARL POLANYI

Karl Polanyi escreve em uma época em que a EPI não era consolidada enquanto campo acadêmico, e, portanto, era classificado entre os economistas históricos. Sua análise de sociedades pré-mercado teve grande validade para a antropologia e para a sociologia. Embora seja considerado hoje um dos principais autores de EPI, mesmo dentro desse campo é difícil caracterizar sua abordagem teórica.

He cannot be neatly identified with any of the paradigms familiar to International Relations theorists, and if one attempts to sum up his outlook, elements of paradox abound: ‘cosmopolitan patriot’, ‘Rousseauian regionalist’ or ‘liberal socialist’. It would not be unreasonable to describe him as a left-leaning forerunner of the English School. (...) Just as the English School hewed to a Grotian middle way while incorporating elements of Kantian revolutionism and meliorist realism, he argued rationalistically but pragmatically for the construction of a cosmopolitan world order based upon international law, while also drawing upon realism and Rousseauian/Marxian class analysis. (DALE, 2016:404).

No que tange aos paralelos traçados com as principais teorias de EPI, flerta com algumas posições do realismo de seu contemporâneo Edward Carr⁵, não somente na crítica ao chamado liberalismo utópico, como também numa metodologia permeada pela análise histórica. Além disso, embora reconheça a importância da luta de classes para a ascensão do liberalismo na Inglaterra, acredita que a teoria de classes marxista é limitada para entender o complexo desenvolvimento histórico da sociedade, já que só é capaz de fornecer respostas a uma estrutura estática.

Apesar da crítica à ortodoxia neoclássica econômica e à utopia liberal do mercado autorregulado, Polanyi compartilha com os liberais a ideia de uma ordem internacional pacífica legitimada coletivamente através de organizações internacionais e expressa pela ideia de valores morais comunitários como justiça, liberdade e igualdade. No entanto, via com certa desconfiança o universalismo impulsionado por um projeto de mercado pautado na hegemonia americana. Polanyi ansiava um ordenamento mais horizontal e planejado, e acreditava que uma nova forma de internacionalização dos Estados-nações emergiria, na qual sistemas regionais coexistiriam de maneira mais integrada (DALE, 2016).

⁵Em uma das mais importantes obras sobre o período entre guerras, *Vinte anos de crise: 1919-1939*, Carr critica o pensamento liberal estático e normativo, argumentando que as premissas de harmonia de interesses tanto economicamente no livre comércio quanto politicamente nas organizações internacionais e na democracia são antes uma utopia do que o mundo deveria ser, e não condizem com as relações de poder em disputa que efetivamente moldam as instituições do sistema. Além disso, Carr não separa a economia da política, e defende que o pensamento não é neutro, uma vez que todo analista é influenciado por uma perspectiva geográfica, histórica, econômica, social e política.

Inayatullah e Blaney (1999) defendem que a metodologia de Polanyi revolucionou a disciplina de EPI, oferecendo uma fertilidade de possibilidades para teorizar sobre um projeto ético e crítico, dando voz aos marginalizados pelo capitalismo global e àqueles que querem continuar pensando alternativas que sejam socialmente mais democráticas. Apontam a centralidade das instituições políticas e sociais (incluindo o Estado) no pensamento polanyiano para interligar a economia à sociedade.

1.2.1 A CRÍTICA AO LIBERALISMO

Polanyi desenvolve uma das críticas mais consistentes ao liberalismo econômico. Em suas obras *A subsistência do homem* (2012) e *A grande transformação* (2000), discorre sobre o lugar que a economia ocupa na sociedade. Para o autor, o termo econômico atual deriva de uma economia formal e acadêmica, no qual a definição de econômico se daria pela escassez ou pela maximização, ou seja, o postulado econômico de que haveria uma propensão a um comportamento racional do homem em seu estado natural buscando sempre maximizar seus ganhos. O autor aponta essa falácia economicista como fonte de uma distorção histórica, baseado em uma visão anacrônica que tenta estabelecer uma característica do presente – o mercado autorregulável – para explicar o passado, cuja organização operava de maneira distinta. O principal erro nessa abordagem é que desconsidera a sociologia, a antropologia ou a história, isolando assim a realidade material da análise.

Polanyi delinea o conceito de economia substantiva, que para ele seria a verdadeira origem da definição de econômico. Sua reflexão parte de como a impulsão material se originou na evolução humana, expressa na relação do homem com o espaço geográfico para a satisfação de suas necessidades imediatas. Tratar-se-ia da institucionalização dessa interação para criação da subsistência e reprodução humana.

Na economia substantiva o sistema social é responsável por regulamentar o funcionamento do sistema econômico, criando princípios gerais de comportamento. Assim, essa economia estaria “enraizada” nas relações sociais. Durante a maior parte da história, esse controle era feito através de relações de reciprocidade, redistribuição, e domesticidade, estabelecendo modelos organizacionais de divisão de trabalho e arbítrio da produção e sua distribuição pelo centro de poder estabelecido⁶ para a satisfação das necessidades dos membros do grupo. A manutenção dos laços sociais era crucial para a sobrevivência.

⁶Em seu estudo histórico das origens econômicas da sociedade, Polanyi analisa as sociedades tribais e arcaicas, que regulamentavam a economia através dos grupos familiares e da hierarquia estabelecida nos cultos ritualísticos de magia e religião, geralmente personificados pelo chefe e o sacerdote.

Inversamente aos pressupostos liberais, era antes o bem-estar da comunidade como um todo, ao atender as obrigações sociais recíprocas, que gerava a satisfação das necessidades individuais. A virtude cívica era vista como um elemento de grande prestígio social.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. (POLANYI, 2000:65)

É importante pontuar que embora a permuta seja um elemento presente constantemente ao longo da história, ela operava de maneira bastante distinta da lógica liberal de tendência natural à obtenção de lucro através da barganha. Suas raízes estão na origem do comércio, na obtenção de bens distantes não disponíveis na região, que por vezes significava na troca entre diferentes comunidades. Cabe ressaltar que esse tipo de comércio não implicava em competição a princípio, mas sim na complementaridade.

O ensino ortodoxo partiu da propensão do indivíduo à permuta; deduziu daí a necessidade de mercados locais, bem como a divisão do trabalho; inferiu, finalmente, a necessidade do comércio, eventualmente do comércio exterior. À luz do nosso conhecimento atual, podíamos quase reverter a seqüência do argumento: o verdadeiro ponto de partida é o comércio de longa distância, um resultado da localização geográfica das mercadorias, e da "divisão do trabalho" dada pela localização. O comércio de longa distância muitas vezes engendra mercados, uma instituição que envolve atos de permuta e, se o dinheiro é utilizado, de compra e venda. (POLANYI, 2000:79).

No âmbito interno, a permuta e os mercados estavam circunscritos a suas localidades e também eram movidos por transições complementares. O lucro não aparecia como motivação social relevante, e os mercados eram apenas acessórios da vida econômica, não seu elemento central. Seu funcionamento não se dava através do mecanismo de preços baseado na oferta e na demanda, mas eram definidos pela tradição ou pela autoridade, os quais também eram responsáveis por eventuais alterações.

A formação do Estado, impulsionada pela necessidade de se estabelecer uma autoridade central frente ao problema da guerra, levou ao desenvolvimento das transações econômicas, já que depende de recursos humanos e materiais cuja acumulação e manuseio levam ao surgimento de novas instituições. É a intervenção estatal que impulsiona a formação de um mercado nacional coeso, expresso pela transição das sociedades medievais ao mercantilismo do século XV e XVI, superando a fragmentação do particularismo feudal. O comércio competitivo se desenvolve a partir da integração econômica, mas esse processo é acompanhado de perto pelo crescimento das regulamentações, que visavam impedir o

monopólio e assim salvaguardar o funcionamento dos mercados. Portanto, “a emergência da ideia da auto-regulamentação se constituiu numa inversão completa da tendência do desenvolvimento” (POLANYI, 2000:89).

Polanyi conclui que a economia de mercado enquanto instituição organizadora da sociedade só surge através da criação de três mercadorias fictícias: a terra, o trabalho e o dinheiro. Mesmo durante o mercantilismo, que insistiu na comercialização como política nacional, esses dois elementos básicos da produção, a terra e o trabalho, contavam com uma organização tradicional. É somente com a Revolução Industrial que esse processo de mercantilização ganha força, com o surgimento de máquinas especializadas que mudaram a produção em uma sociedade comercial, tornando necessária uma livre oferta de matéria-prima e trabalho para garantir a saída de mercadorias sem prejuízo dos investimentos e manutenção requeridos pelos equipamentos.

(...) a utilização de maquinarias e fábricas especializadas implicou o desenvolvimento do sistema fabril e, com ele, ocorreu uma alteração decisiva na importância relativa do comércio e da indústria, em favor dessa última. A produção industrial deixou de ser um acessório do comércio organizado pelo mercador como proposição de compra e venda; ela envolvia agora investimentos a longo prazo, com os riscos correspondentes, e a menos que a continuidade da produção fosse garantida, com certa margem de segurança, um tal risco não seria suportável. (POLANYI, 2000:96)

Todos os elementos da produção industrial precisavam estar disponíveis nas quantidades necessárias e, portanto, à venda para quem pudesse pagar por eles. A ordem na produção e na distribuição de bens passa a ser controlada pelos preços, que se autorregulavam através do mecanismo de mercado de oferta e demanda. Dessa forma, toda a produção e todos os rendimentos passam a derivar de vendas no mercado. Assim, a terra, o trabalho e o dinheiro passam a ser geridas através de contratos entre compradores e vendedores, criando um “grande mercado único”, no qual até mesmo indivíduos tornam-se fatores de produção a serem vendidos, ou seja, mercadorias.

O liberalismo não foi capaz de entender a Revolução Industrial porque julgou os acontecimentos sociais do ponto de vista econômico. Segundo Polanyi (2000: 143-155), o “credo militante” do liberalismo econômico desenvolvido no meio intelectual, representado pelos ideais de Smith, Ricardo, Malthus, Mises, Mill, Townsend e tantos outros, engendra um viés naturalista que inverte a lógica da função econômica: as sociedades humanas não serviriam para proteção e para a garantia da sobrevivência, mas deveriam ser um reflexo do “estado de natureza” atomizado, na luta individual pela sobrevivência.

A partir dessa ótica, o mercado competitivo proviria de leis naturais, que selecionaria os mais aptos – seu funcionamento seria conseqüentemente visto como uma evolução espontânea da sociedade. A fome, a guerra, a peste seriam responsáveis pelo alcance do equilíbrio da reprodução humana exigido pela natureza. O ímpeto de saciar a própria fome e garantir a vida faria com que as pessoas se engajassem no trabalho. Dessa forma, legitimavam-se os ganhos de alguns à custa da sobrevivência de outros.

1.2.2 A TESE DO DUPLO MOVIMENTO

É importante ressaltar ainda que o processo de desenvolvimento e consolidação da economia de mercado não é linear, independente da ação humana ou inerentemente natural (o mito do “progresso espontâneo”), mas perpassa necessariamente por lutas políticas e sociais. A tese central que Polanyi desenvolve em *A grande transformação* (2000) é que a sociedade liberal está sujeita à ação de duas forças sociais diametralmente opostas, que causariam uma tensão permanente na disputa pela organização da sociedade.

A primeira delas é expressa pelo princípio do liberalismo econômico, cuja função é garantir o funcionamento do mercado autorregulado. É impulsionado pela satisfação de interesses econômicos da classe média manufatureira, industrial, comercial e intelectual, que através de pressões políticas vão transformando a sociedade em uma sociedade de mercado com a mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. Isso pode ser observado, por exemplo, na política de cercamento dos campos e na emenda da Lei dos Pobres⁷ de 1834, cujo objetivo era permitir a mobilidade da força de trabalho e criar uma classe trabalhadora industrial.

Essa mudança veio com uma pronta aceitação por quaisquer que fossem as conseqüências sociais do mercado autorregulado, aliada à necessidade de se estabelecer um sistema político mais condizente com a ascensão econômica da burguesia⁸. Ao subordinar a organização social ao sistema econômico, institucionaliza-se a separação entre a economia e a política, necessária para a existência desse mercado. Ocorre que não há organização econômica que não envolva decisões políticas, uma vez que a riqueza se traduz, efetivamente, em poder político. A tentativa de isolar o reino econômico do reino político e humano como

⁷A *Poor Law* de 1601 decretou que as paróquias providenciariam trabalho para garantir o sustento dos pobres capacitados, que seria obrigatório e os vincularia àquela localidade.

⁸ Marcado pela transferência no campo político da crença nos poderes absolutos do déspota esclarecido que vigorava no mercantilismo para o sistema democrático liberal representativo, que significou uma transformação completa na estrutura da sociedade.

instâncias independentes e autônomas serve antes para mascarar os valores dessas decisões, dotando a ação dos agentes como “naturais”. Essa naturalização do princípio liberal de não intervenção serve à instrumentalização das políticas para o livre funcionamento do mercado, em favor de uma espécie definida de interferência.

Não havia nada natural em relação ao *laissez-faire*; os mercados livres jamais poderiam funcionar deixando apenas que as coisas seguissem o seu curso. Assim como as manufaturas de algodão - a indústria mais importante do livre comércio - foram criadas com a ação de tarifas protetoras, de exportações subvencionadas e de subsídios indiretos dos salários, o próprio *laissez-faire* foi imposto pelo estado. (...) Para o utilitarista típico, o liberalismo econômico era um projeto social que deveria ser posto em prática para grande felicidade do maior número de pessoas; o *laissez-faire* não era o método para atingir alguma coisa, era a coisa a ser atingida. (POLANYI, 2000:170)

O ponto central do argumento de Polanyi é que o mercado autorregulado é uma utopia liberal que não é capaz de se sustentar, uma vez que possui uma contradição intrínseca em sua lógica: o uso sem restrições dos fatores necessários para a produção resultaria na destruição desses mesmos fatores, incapacitando assim a própria organização e manutenção da produção capitalista. A natureza, a vida humana e o uso do poder de compra – a terra, o trabalho e o dinheiro – não seriam capazes de sobreviver a esse sistema de “grosseiras ficções”. A tese do autor, escrita há quase um século, não poderia ser mais atual:

Despojados da cobertura protetora das instituições culturais, os seres humanos sucumbiriam sob os efeitos do abandono social; morreriam vítimas de um agudo transtorno social, através do vício, da perversão, do crime e da fome. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas. Finalmente, a administração do poder de compra por parte do mercado liquidaria empresas periodicamente, pois as faltas e os excessos de dinheiro seriam tão desastrosos para os negócios como as enchentes e as secas nas sociedades primitivas. (POLANYI, 2000:95)

Esse fenômeno destrutivo de desintegração do ambiente natural e cultural é denominado pelo autor de “moinho satânico”. O trabalho, por exemplo, ao ser organizado na forma de contratos, gera uma alienação do ser humano a todas as outras relações não-contratuais, como parentesco, vizinhança, comunidade, vistas como restrição à liberdade de contrato. Aniquila-se, através de uma organização atomista e individualista, o caráter orgânico da sociedade. Além disso, momentos de contração da mercadoria fictícia “trabalho” geram efeitos sociais muito perversos, refletindo em desemprego e precarização de direitos, e, conseqüentemente, em uma diminuição drástica na qualidade de vida que ameaça a própria sobrevivência. Segundo Polanyi, não é a razão econômica *per se* que causa a ruína, mas sim o

desenraizamento da atividade econômica de suas relações sociais e a destruição dessas instituições sociais, resultando na perda de padrões e de respeito próprio.

É como reação a esses efeitos que surge a segunda força social, norteadada pelo princípio de autoproteção da sociedade. Essa força atua de maneira a salvaguardar a sobrevivência da sociedade, pressionando por políticas que em última instância minam o funcionamento do mercado autorregulado. Ela é impulsionada por interesses sociais, relacionados à saúde, educação, segurança, direitos sociais e trabalhistas, transporte, habitação, visando estabilidade no ambiente cultural e qualidade de vida. Esses interesses em comum à sociedade como um todo engendram a busca por soluções em diferentes segmentos da população, em um movimento espontâneo que supera interesses específicos de classe.

É preciso muita atenção, no entanto, ao fato de que as respostas da sociedade a essa crise da economia de mercado podem ser múltiplas, e por vezes, mutuamente excludentes. A situação de caos social produz soluções que “mudavam de individualista para ‘coletivista’, de liberal para antiliberal, do ‘laissez-faire’ para formas intervencionistas, sem que ocorresse qualquer mudança no interesse econômico, nas influências ideológicas ou nas forças políticas em jogo” (2000:182). As tensões da busca por respostas refletem nas políticas dos governos, que poderiam ser conservadoras, democráticas, nacionalistas e/ou centralizadoras.

O protecionismo social é, portanto, uma consequência à tendência de autodestruição da economia de mercado e produto da separação institucional da política e da economia. É importante ressaltar que esse processo não ocorre linearmente, mas de maneira dialética com sua força oposta, e que esse duplo movimento é uma tendência histórica contínua. Além disso, ele não ocorre apenas na esfera nacional, mas transforma também as estruturas que ligam a organização econômica e política internacional.

1.2.3 O ORDENAMENTO INTERNACIONAL LIBERAL

A primeira edição de *A grande transformação* é escrita em 1944, fazendo com que a obra se torne uma retratação do ambiente de instabilidade do entre guerras e o desafio dos acadêmicos em entender as complexas mudanças sistêmicas da época. Polanyi procura analisar as origens políticas e econômicas do que ele se refere como “a destruição da civilização liberal do século XIX” (POLANYI, 2000: 16).

Para isso, ele reduz as principais características da civilização liberal a quatro principais instituições políticas e econômicas, nacionais e internacionais, a saber: o sistema de equilíbrio europeu, o padrão-ouro internacional, o Estado liberal e o mercado autorregulado.

Esse último assume o ponto central da análise, uma vez que “a chave para o sistema institucional do século XIX está nas leis que governam a economia de mercado” (POLANYI, 2000, p. 17). Assim, atua como força matriz do sistema, segundo a qual todas as outras instituições passam a se organizar, atuando como salvaguarda para garantir a reprodução da lógica liberal e do funcionamento desse mercado, mantendo a sociedade engajada no processo de produção e acumulação capitalista. Nesse sentido, o próprio Estado liberal pode ser visto como uma criação do mercado autorregulado.

As fontes utópicas do dogma do *laissez-faire* não podem ser inteiramente compreendidas enquanto examinadas separadamente. Os três pilares - mercado de trabalho competitivo, padrão-ouro automático e comércio internacional livre – formavam um todo. Eram inúteis os sacrifícios exigidos para atingir qualquer um deles a menos que os dois outros fossem igualmente garantidos. (...) Nada menos do que um mercado auto-regulável, em escala mundial, poderia assegurar o funcionamento desse mecanismo estupendo. (POLANYI, 2000:170).

O padrão-ouro surge enquanto extensão à nível internacional da institucionalização do mercado autorregulado no seio do ordenamento mundial. O padrão-ouro engendrou uma moeda internacional estável para o comércio internacional e uma organização única na economia mundial, dispendo um centro financeiro com lucros sem precedentes cujo funcionamento operava como mecanismo diplomático no jogo de equilíbrio de poder. A cooperação internacional expressa pelo Concerto Europeu durante o século XIX esteve baseada na sustentação da economia mundial, fazendo com que o Sistema Monetário e Financeiro Internacional (SMFI) não tivesse uma função estruturante apenas na economia, mas também na política internacional.

Polanyi pontua que o interesse pela paz só poderia ser trasladado para a política por meio de algum instrumento social, papel que vai ser preenchido pelo avanço das finanças internacionais. Embora seu objetivo fosse o lucro, a estreita relação entre o comércio internacional e o SMFI torna atraente para os negócios manter um bom relacionamento entre as nações. Isso não significa uma ausência de guerras, ou que os setores ligados aos bancos e às finanças não tenham enriquecido com elas. Mas uma guerra generalizada na Europa atrapalharia os investimentos, os empréstimos, os títulos governamentais e, principalmente, a própria fundação monetária sobre a qual todo o sistema repousava⁹. Assim, mesmo quando as guerras eram organizadas pelos financistas, como ocorreu com diversas guerras coloniais de

9 Contrariamente ao dogma liberal, não há um caráter intrínseco de paz nas finanças ou no livre comércio, mas sim a satisfação de interesses que, naquele contexto histórico específico, resultaram em cooperação. Da mesma forma, em outros momentos históricos a busca pela maximização dos ganhos instiga uma grande escalada na competição entre os países.

cunho imperialista no período, era preciso que permanecessem circunscritas para garantir o lucro.

Dessa forma, o poder financeiro influencia a diplomacia, atuando independentemente de governos específicos e conectando economicamente indústrias, bancos, corporações públicas e privadas dentro e fora dos países. Durante a Paz dos Cem Anos “orçamentos e armamentos, comércio exterior e matérias-primas, independência nacional e soberania eram agora funções da moeda e do crédito. (...) o sistema econômico internacional era o eixo da existência material da raça humana” (POLANYI, 2000:34).

De fato, o padrão-ouro foi a última instituição a entrar em colapso durante a escalada da competição que resultaria na I Guerra Mundial, graças ao empenho coletivo para preservá-lo. Para Polanyi, a ruptura do padrão-ouro representa o momento de destruição completa das instituições que sustentaram a civilização liberal do século XIX. A ruptura se condensa no padrão ouro, mas é determinada pela contradição intrínseca dos mercados autorregulados, cujas consequências são aumento da insegurança socioeconômica e o acirramento da competição econômica e política entre os Estados.

No período entre guerras, o padrão-ouro continuou sendo o bastião do ordenamento internacional, fazendo com que a prioridade no imediato pós-guerra fosse sua estabilização. Nesse sentido, Polanyi argumenta que a década de 1920 foi na verdade conservadora, uma vez que se empreendeu um esforço muito grande para restaurar a principal instituição liberal internacional. Mesmo no âmbito político, uma das principais funções da Liga das Nações que emergia naquele momento era justamente pressionar pela restauração do sistema econômico mundial, sem o qual não seria possível manter o interesse pela paz no equilíbrio de poder europeu.

A crença no padrão-ouro tornou-se a religião daquele tempo. Para alguns ela representava um credo ingênuo, para outros, uma crença crítica, para outros, ainda, um credo satânico que implicava a aceitação da carne e na rejeição do espírito. E, no entanto, a crença em si era a mesma, isto é, de que as notas bancárias tinham valor porque elas representavam ouro. Não fazia diferença, então, se o próprio ouro tinha valor pelo fato de incorporar trabalho, como diziam os socialistas, ou pelo fato de ser útil e escasso, como afirmava a doutrina ortodoxa. A guerra entre o céu e o inferno ignorava o tema dinheiro, deixando milagrosamente unidos capitalistas e socialistas (POLANYI, 2000:41).

A importância dessa crença deve ser propriamente destacada, já que o dinheiro estável era pensado como uma necessidade suprema para a sociedade humana. A prioridade de cada país era, portanto, retornar ao sistema de paridade, ainda que isso significasse reforçar políticas que estrangulavam econômica e socialmente a população. Muitos países pequenos e

fragilizados passaram fome tentando estabilizar a paridade do câmbio, os diferentes estratos de suas sociedades afetados de maneiras opostas: enquanto a classe média intelectual foi pauperizada, o setor financeiro acumulava grandes fortunas. A fuga de capitais atuou com intensidade jamais antes vista.

A manutenção do padrão-ouro resultou em diversos sacrifícios para as economias nacionais. De fato, o próprio comércio internacional, um dos baluartes do princípio liberal de *laissez-faire*, teve que ser sacrificado: a estabilidade das moedas e das taxas de câmbio dependia do comércio exterior, e, no entanto, não havia condições de retomar a paridade sem adotar medidas restritivas a esse comércio – cotas de importação, moratórias, embargos de exportação de capital, entre outros - para proteger o valor externo da moeda, já em situação de extrema vulnerabilidade.

Enquanto os Estados Unidos da América (EUA) apoiaram a libra esterlina mantendo taxas de juros baixas no pós-guerra, evitando assim a saída de reservas de ouro de Londres para Nova York e estabilizando o câmbio inglês, o sistema se mantinha, apoiado na ajuda através de empréstimos que as potências centrais prestavam às nações menores e mais vulneráveis. A partir do momento em que há uma reversão na política de juros norte-americana, impulsionada pela necessidade de reverter a bolha financeira de *Wall Street* e o sistema de preços inflacionados, se deflagra a maior crise econômica sistêmica até então.

A Grande Depressão enterra de vez o padrão-ouro. Os efeitos sociais da crise 1929 são especialmente perversos, e lançam a economia mundial, já estagnada pela guerra, em uma década de falências, desemprego, aumento da desigualdade, precarização de direitos sociais e acirramento de disputas políticas. Esse momento de ruptura sinaliza ainda uma revolução mundial, ilustrada pelas múltiplas reformas e reestruturações na política e economia ao redor do mundo, principalmente no aprofundamento da crise que impulsionou a ascensão do fascismo, do nazismo, do socialismo, e em última instância, das rivalidades que resultariam na II GM. Assim sendo, engendra um processo de mudança política, social e institucional significativa na autorregulamentação dos mercados de todo o ordenamento internacional, gerando uma profunda discussão sobre o papel fundamental da política na economia que forneceu as bases necessárias para a construção do SMFI de Bretton Woods.

1.3 ROBERT COX

[Cox's scholarship] it was also decidedly original, defying easy classification. In good part this is because he was so willing, as a former student has written (not disapprovingly), "to sample from discordant intellectual traditions to create a method" (Sinclair 1996, 9). He himself preferred to place his work in the tradition of historical materialism (Cox 1996c, 58). His focus on the concept of world orders, embodying a succession of historical structures defined by their modes of production, was certainly consistent with the historical materialist approach. (...) Much of the uncertainty about his core orientation appears to relate to his notion of social forces, which is much broader than the classic Marxist concept of class. (COHEN, 2008: 90)

Enquanto Polanyi dialoga principalmente com os liberais, Cox se preocupa em traçar uma importante crítica ao que ele chama de "neorrealistas", como Waltz e Morgenthau, que se afastaram da origem histórica do realismo para perseguir uma abordagem centrada na racionalidade dos agentes – que não por acaso, surge do debate com os liberais. É relevante pontuar que Cox escreve em uma época em que a Teoria da Estabilidade Hegemônica estava sendo academicamente desenvolvida na Escola Americana.

A influência de Marx no pensamento de Cox é percebida na ênfase dada às classes sociais e às forças materiais de produção, bem como no método dialético. Apesar disso, a teoria crítica segue por um caminho autônomo ao se afastar do marxismo ortodoxo determinista cujas proposições abstratas e estáticas levam novamente a uma análise a-histórica que procura explicar a manutenção do equilíbrio de um sistema e não dá conta de explorar a transformação sistêmica (COX, 1981). Para Cox, a teoria de sistema-mundo integrado política e economicamente de Immanuel Wallerstein, definida essencialmente pelas relações sociais, acaba caindo nessa categoria, apesar de ter uma contribuição importante para pensar em outras perspectivas analíticas.

Cox foi o primeiro teórico a trazer o pensamento gramsciano para as Relações Internacionais, focando na importância do poder das ideias na construção de uma ordem social hegemônica (SINCLAIR, 1996). Seus esforços concentram-se em empreender um estudo centrado na história não de modo meramente expositivo e determinista, mas enquanto teoria de análise baseada na investigação dinâmica do processo contínuo de mudança histórica. Ao privilegiar a complexidade histórica e as relações de poder segue uma forma de pensamento análoga à autores como Carr, Braudel, Hobsbawm, Polanyi e Gramsci.

Assim como ocorre com Polanyi, a teoria crítica de Cox tem um nuance propositivo para pensar em ordens alternativas possíveis, uma dose moderada e saudável de utopismo, cuja gama de possibilidades é afinada à compreensão dos processos históricos. Novamente, é enfatizado o papel da teoria como uma oportunidade de engajar pessoas em importantes

questões sociais, aproximando a análise a um projeto ético (COHEN, 2008). De fato, seu modelo analítico traça diversos paralelos com as proposições de Polanyi, de quem tira boa parte de sua inspiração para estudar a internacionalização do Estado, processo no qual instituições e políticas nacionais se ajustam à dinâmica de produção capitalista.

Another inspiration was Karl Polanyi's *The Great Transformation* (1944), which placed systemic change center stage and was unabashedly normative in its tone. Polanyi, too, stressed the social underpinnings of structural transformation. (...) The family resemblance between Polanyi's double movement and the dynamics of Cox's world orders is transparent, as Cox is the first to admit. Here also his debt has been freely acknowledged. As Cox stated (1995, 39), "Polanyi has given us a framework for thinking about . . . the global economy." (COHEN, 2008:90)

1.3.1 A CRÍTICA AO POSITIVISMO

Cox introduz importantes conceitos gramscianos às Relações Internacionais e à EPI na tentativa de suplantar as limitações metodológicas e epistemológicas das teorias positivistas que predominavam esses campos acadêmicos. Vale lembrar que Cox escreve *Social Forces, States and World Orders* (1981) e *Realism, Positivism, and Historicism* (1985) na época de principal aderência da Escola Americana à TEH.

Cox ressalta que a centralidade dada ao Estado como único ator internacional relevante nas teorias tradicionais ignora a importância do complexo Estado/sociedade, mantendo uma forte distinção entre as duas esferas que parte de uma mera convenção acadêmica e não reflete a relação profundamente interpenetrada entre elas. A análise histórica ajuda a preencher essa lacuna ao refletir sobre continuidades existentes entre forças sociais, a natureza em transformação do Estado e as relações internacionais.

Beware of underrating state power, but in addition give proper attention to social forces and processes and see how they relate to the development of states and world orders. Above all, do not base theory on theory but rather on changing practice and empirical-historical study, which are proving ground for concepts and hypothesis. (COX, 1981:128).

A análise de Cox parte de uma necessidade que é anterior à problemática em si e que está intimamente relacionada ao contexto histórico – político, econômico e social – no qual se insere o pesquisador: a principal premissa que guia o pensamento crítico é a percepção de que “toda teoria é feita para alguém e para algum propósito” (COX, 1981:128). Isso significa que a pretensão de distanciamento entre o objeto de pesquisa e o sujeito do positivismo dissimula a perspectiva que guia a própria escolha tanto do objeto quanto dos métodos adotados. É uma tentativa de isentar o pesquisador de valores, quando a constituição desses valores é o que

efetivamente orienta a pesquisa. Assim, ainda que o processo de construção das teorias envolva uma transcendência de sua perspectiva inicial, ignorar sua localização histórica, política e social é perder a essência que justifica a teoria em si e possibilita sua compreensão.

O autor argumenta que teorias podem servir a dois principais propósitos. O primeiro, usado por ele para definir o que chama de “teorias de solução de problemas”, seria desenvolver um guia capaz de solucionar problemas inseridos em uma perspectiva específica. Esse tipo de teoria considera as relações de poder e instituições como dadas, e oferece soluções para problemas dentro de determinada área. Há dois principais problemas com essa abordagem: isola a análise do todo, pressupondo uma estabilidade em outras esferas que por vezes não condiz com a realidade; e acaba se tornando uma reprodução do sistema ao adotar uma perspectiva fixa e anacrônica, ignorando assim a possibilidade de mudança. Resulta, dessa forma, em uma prescrição de comportamento dos agentes, reproduzindo permanentemente a mesma estrutura.

The relative strength of problem-solving theory, however, rests upon a false premise, since the social and political order is not fixed but (at least in a long-range perspective) is changing. Moreover, the assumption of fixity is not merely a convenience of method, but also an ideological bias (COX, 1981:129)

A grande crítica que Cox empreende não é ao realismo em si, cujas origens remontam um modo de pensamento histórico não só elogiado pelo autor, mas usado como inspiração para a formulação de sua teoria crítica – o segundo tipo de propósito ao qual as teorias podem servir, que será analisado mais a fundo em seção posterior. A definição da *raison d'état* do realismo clássico esteve pautada na análise da configuração de forças específicas que nortearam as relações internacionais em diferentes contextos históricos e pautaram as instituições, teorias e eventos do período.

Neo-realism puts the accent on states reduced to their dimension of material force and similarly reduces the structure of world order to the balance of power as a configuration of material forces. Neorealism, which generally dismisses social forces as irrelevant, is not much concerned with differentiating forms of state (...), and tends to place low value on the normative and institutional aspects of world order. (COX, 1981:222)

É na transformação do realismo em uma teoria de solução de problemas pelos acadêmicos da Escola Americana durante a Guerra Fria que reside o verdadeiro problema. O “neorrealismo” é uma forma positivista, centrada na tentativa de trazer o método científico para as ciências sociais, que abstrai os agentes da história, implicando que teria neles uma essência independente dela – a racionalidade, que passa a assumir o papel de resposta

“natural” na tentativa de maximizar os interesses particulares frente ao sistema anárquico. O conflito¹⁰ nessa perspectiva é entendido como inerente à natureza humana de busca pelo poder, consequência recorrente de uma mesma estrutura. Assim, postula uma forma generalizada de ação para os agentes, que o autor define como uma “ideological form abstracted from the real historical framework” (COX, 1981:131). Os neorrealistas, em seu debate com os liberais, incorrem no mesmo erro de tentar universalizar um postulado moderno como inerente ao agente.

Não é surpresa que tal postulado presente nessas teorias seja interessante aos que se beneficiam da ordem instituída, os que se encontram no centro de poder e podem dessa forma reforçar as regras e instituições, dando a elas um caráter de pretensão não-normativa centrada na continuidade.

1.3.2 O CONCEITO GRAMSCIANO DE HEGEMONIA

Em sua obra *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais* (2007), Cox trabalha com o conceito de hegemonia gramsciano aplicando-o para as relações internacionais. As ideias desenvolvidas pelo autor nesse ensaio são especialmente relevantes para entender a correlação entre hegemonia e o desenvolvimento de ordens mundiais, e o papel que as normas sociais e a sociedade de modo geral assumem na reprodução do ordenamento hegemônico.

Segundo Cox (2007), há duas dimensões através das quais a hegemonia atua simultaneamente: a coerção e o consenso. Embora a primeira seja uma clara demonstração de poder, importante para subjugar os infratores da normatividade, a segunda assume a função indispensável de assegurar o engajamento contínuo da maioria da sociedade ao sistema. Isso significa que a hegemonia para Gramsci não está circunscrita apenas ao aparato administrativo, executivo e coercitivo do Estado, mas inclui também diversas instituições e mecanismos – tais como a imprensa, a Igreja, o sistema educacional - que reforçam e reproduzem comportamentos e expectativas coerentes com a ordem social hegemônica.

¹⁰Segundo Polanyi, para os liberais “o conflito também parecia inerente à economia, seja como competição entre indivíduos, seja como luta de classes - mas esse conflito poderia transformar-se apenas no veículo de uma harmonia mais profunda imanente numa sociedade atual ou talvez futura” (2000:107), ideia expressa pelo postulado de que a busca por ganhos individuais em última instância refletiriam em ganhos coletivos. Essa concepção paradoxal que norteia os princípios de consenso e conflito vai legitimar o respeito à lei econômica de autorregulação “harmoniosa” pelo indivíduo mesmo que ela o destrua.

A construção de hegemonia perpassa, necessariamente, pelo movimento de traduzir os interesses específicos de determinado grupo em ideologias e institucionalizá-los em termos universais, em relações complexas entre as esferas política, social, econômica, ética, ideológica e cultural, responsáveis por manter a coesão e a identidade da sociedade. Esse processo está intimamente ligado à liderança da classe burguesa no projeto de assegurar o modo de produção capitalista. O domínio sobre a produção é racionalizado por meio do consenso entre grupos dominantes e subordinados, isto é, a classe dominante oferece concessões às demais com o objetivo garantir as relações de domínio e subordinação, reforçando a aceitação e o comportamento submisso.

No âmbito internacional, um Estado pode ser considerado hegemônico quando é capaz de edificar e manter uma ordem que a maioria dos outros Estados considere compatível com seus interesses. Isso ocorre através da incorporação da produção de países particulares ao sistema internacional de produção, no qual a classe dominante do Estado hegemônico constrói um consenso global em torno de um projeto de produção que gera vínculos com as classes sociais dos outros países incluídos. A hegemonia internacional é portanto uma expansão da hegemonia interna do Estado hegemônico e de sua classe dominante. A estabilidade dessa ordem é mantida através das relações de dominação entre os Estados poderosos e as classes dominantes mundiais sobre os Estados subalternos e as classes subordinadas. As organizações e fóruns internacionais são produto da universalização de regras e valores hegemônicos, que atuam como uma estrutura informal de influência definindo práticas e políticas que reproduzem a manutenção de poder das forças sociais e econômicas dominantes.

Portanto, a hegemonia no plano internacional não é apenas uma ordem entre Estados. É uma ordem no interior de uma economia mundial com um modo de produção dominante que penetra todos os países e se vincula a outros modos de produção subordinados. É também um complexo de relações sociais internacionais que une as classes sociais de diversos países. A hegemonia mundial pode ser definida como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política, e não pode ser apenas uma dessas estruturas: tem de ser todas as três ao mesmo tempo. Além disso, a hegemonia mundial se expressa com normas, instituições e mecanismos universais que estabelecem regras gerais de comportamento para os Estados e para as forças da sociedade civil que atuam além das fronteiras nacionais - regras que apoiam o modo de produção dominante. (COX, 2007: 118-119)

1.3.3 A LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA

As forças sociais são tão importantes na construção de hegemonia quanto o Estado. Cabe ressaltar que o Estado permanece um dos pontos centrais da análise, sendo considerado “a entidade básica das relações internacionais e o lugar onde os conflitos sociais acontecem - portanto, também é o lugar onde as hegemonias das classes sociais podem ser construídas”

(COX, 2007: 113). A relação dialética entre Estado e sociedade civil formam uma estrutura sólida, à qual Gramsci chama de bloco histórico.

Ao analisar alternativas de mudança ao ordenamento hegemônico estabelecido, conclui que só poderia ocorrer mediante a formação de um novo bloco histórico capaz de substituir o primeiro. Na visão gramsciana, a transformação deve partir da sociedade civil, já que mudanças nas relações de poder a um nível internacional entre os Estados refletiriam mudanças nas relações sociais e, conseqüentemente, na organização econômica e política interna. Dessa forma, as disputas internas tornam-se imprescindíveis para o processo de construção ou mudança hegemônica, partindo primeiramente da sociedade nacional, passando pelas bases estatais até finalmente alcançar as ordens internacionais.

Em Cox (1999), a sociedade civil é o espaço onde a ordem vigente é fundada, mas também onde uma nova ordem pode ser construída. A sociedade civil é formadora e formada, ao mesmo tempo um agente de estabilização e reprodução e um agente potencial de transformação. Sua característica é dialética. (...) O mundo pode ser descrito como padrões de forças sociais, no qual os Estados jogam um papel intermediário, mas autônomo, entre estrutura global das forças sociais e configurações locais de forças sociais dentro de certos países. (GARCIA, 2011: 113).

A partir de sua análise histórica, Gramsci faz uma distinção entre duas estratégias revolucionárias nas quais transformações nos modos de produção e relações sociais poderiam ocorrer, dependendo das forças relativas da sociedade civil e do Estado (COX, 2007:106-107). A primeira seria através de uma guerra de movimento, na qual haveria uma tomada do aparato administrativo e coercitivo estatal por determinado grupo frente à uma sociedade civil subdesenvolvida e incapaz de fornecer resistência. A Revolução Russa, realizada por uma classe operária disciplinada porém relativamente pequena, se enquadra nessa categoria.

Já a segunda seria mais adequada para lidar com uma sociedade civil mais bem estruturada e com instituições mais robustas, ao disputar projetos políticos em uma guerra de posição e vencer primeiramente dentro da própria sociedade, antes de tomar o Estado. A contra-hegemonia seria construída a longo-prazo através da criação de instituições e recursos intelectuais alternativos capazes de formar uma nova hegemonia ao aliar as classes subordinadas sob uma nova liderança¹¹.

¹¹ Polanyi, ao se referir ao princípio de autoproteção da sociedade como um movimento espontâneo, argumenta que a perspectiva de luta de classes - proposta pelo marxismo, mas incorporada pelos liberais ao justificar o fracasso da sociedade liberal devido a uma conspiração ideológica "coletivista" - não é suficiente para explicar o caráter diverso dos movimentos da sociedade no longo prazo. Para o autor, essa perspectiva só funciona ao se considerar a estrutura da sociedade como estática: não abarca a ascensão ou desintegração das classes. É limitada justamente porque não compreende que as necessidades da sociedade como um todo é o que determina o destino das classes, e não o contrário. Dessa forma, Polanyi se aproxima muito da perspectiva de Cox, ao defender que

Nesse sentido, destaca-se o papel dos movimentos sociais para uma organização política eficaz, que é imprescindível para que a luta contra-hegemônica obtenha êxito. Os conflitos mais importantes da sociedade apresentados pelos movimentos sociais são levados ao sistema político, em uma vinculação recíproca entre sociedade civil e Estado. Em sociedades mais complexas, o primeiro campo de disputa ocorre justamente dentro da identidade e valores morais da própria sociedade, atuando portanto na construção do consenso. A partir de então, esse consenso seria expandido ao aparato coercitivo do Estado e suas relações de poder, e posteriormente nas relações interestatais. Cox ressalta que, apesar de sua importância, a identificação das forças sociais atuantes depende do árduo trabalho de análise histórica.

The close relation between theory and political practice still seems to be a major preoccupation for Cox. He emphasizes that the biggest advantage of a concept like 'social forces' is precisely its vagueness and imprecision, something that in turn makes mandatory for the researcher to find out in each specific context what is the nature of those social forces under investigation. (...) "It leads you to find out what they are. They are not there by definition, they are there to be discovered" (GARCIA; DE SÁ, 2013:304)

Gramsci classifica ainda um terceiro tipo de transformação possível, ao que ele denomina de "revolução passiva", feita sem a organização de forças populares, geralmente impulsionada pelas elites ao importar ideias estrangeiras alheias à realidade social e econômica locais. Essa situação costuma ocorrer em países periféricos, socialmente mais vulneráveis às influências do poder estrutural do sistema, gerando uma conjuntura conflitiva entre as novas forças sociais e as forças sociais tradicionais. Lança, dessa forma, o país em um processo de revolução e restauração.

Nessas circunstâncias, o grupo portador de novas ideias não é um grupo social autóctone ativamente engajado em construir uma nova base econômica com uma nova estrutura de relações sociais. É um estrato intelectual que aproveita ideias originadas de uma revolução econômica e social ocorrida anteriormente no estrangeiro. Por isso, o pensamento desse grupo assume uma forma idealista, sem raízes num processo econômico de seu país, e sua concepção do Estado assume a forma de "um racional absoluto" (COX, 2007: 115).

Ademais, Gramsci alerta sobre o perigo de tentativas contra-hegemônicas caírem em processos de cesarismo ou transformismo. O cesarismo acontece quando um governo forte intervém para resolver a tensão entre forças sociais equivalentes e opostas, que pode ocorrer

"ocorre, ainda, que as oportunidades das classes em luta dependerão da sua habilidade em ganhar apoio fora da sua própria coletividade, e isso também dependerá da possibilidade de executarem as tarefas estabelecidas por interesses mais amplos do que o seu próprio." (2000:185).

tanto de maneira progressista na criação de um novo Estado quanto de maneira reacionário ao estabilizar o poder existente. Já o transformismo seria uma estratégia de domesticação de ideias perigosas através da cooptação de lideranças e de forças contra-hegemônicas, reintroduzindo-as na busca de ganhos da lógica hegemônica e impedindo a formação de uma oposição organizada. Na prática isso significa que serão concedidas novas concessões para apaziguar as forças revolucionárias, sem nunca comprometer o modo de produção ou a estrutura de poder vigente.

Cox (2007) pontua ainda que a crise econômica da década de 1970 teria um potencial contra-hegemônico, mas sem uma organização política eficaz as elites protegeriam seu poder através do transformismo, utilizando da retórica do nacionalismo e do perigo do socialismo como disfarce para aprofundar a ordem mundial liberal-monopolista. Em entrevista concedida em 2013 (GARCIA; DE SÁ, 2013), Cox adverte quanto à necessidade de desenvolver estratégias de resistência à cooptação, sugerindo que a solidariedade transnacional entre movimentos pode ser um bom caminho a seguir, ao conectar pautas de sociedades geograficamente afastadas e assim, impulsionar e influenciar-se mutuamente.

1.3.4 A TEORIA CRÍTICA E O MATERIALISMO HISTÓRICO

O modelo de teoria crítica desenvolvida por Cox em *Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory* (1981) é considerado como uma das principais referências para os acadêmicos que desejam estudar as transformações sistêmicas. Cox desenvolve um método dinâmico que busca entender as origens das ideias e das instituições de diferentes ordens mundiais em seus tempos históricos, observando a dualidade entre continuidade e o processo de mudança.

Para isso, baseia-se principalmente no materialismo histórico do marxismo¹², que se preocupa em explicar através do pensamento histórico mudanças nas relações sociais. Seu caráter dialético atua de duas maneiras: a primeira, no nível da lógica, que se expressa na confrontação contínua de conceitos com a realidade e de ajustamento às mudanças dessa realidade; a segunda atua no nível da história, na qual “dialectic is the potential for alternative

¹² Cox ressalta uma diferenciação análoga à existente entre o realismo e o neorealismo no Marxismo, entre o que ele denomina de materialismo histórico e marxismo estrutural. Este último compartilha o caráter positivista do neorealismo, e apesar de se propor a analisar a sociedade e os Estados capitalistas, o foco da abordagem é voltado para a conceituação de uma forma estática e abstrata do modo de produção, que se afasta do conhecimento histórico e, portanto, não é objeto de interesse do autor (COX, 1981: 133).

forms of development arising from the confrontation of opposed social forces in any concrete historical situation” (COX, 1981: 134).

Dessa forma, as forças sociais são o motor central para a transformação sistêmica, e o conflito é entendido enquanto parte do processo de recriação de padrões de relações sociais e, conseqüentemente, das regras do jogo que moldam as estruturas. Além disso, como discutido na seção anterior, a relação de influência recíproca entre as relações econômicas e a esfera ética-política é essencial para compreender de que forma essas mudanças ocorrem no complexo Estado/sociedade.

No materialismo histórico de Gramsci (que ele tinha o cuidado de distinguir do que chamava de economicismo histórico", ou uma interpretação estreitamente econômica da história), as idéias e as condições materiais andam sempre de mãos dadas, influenciando-se mutuamente, e não podem ser reduzidas umas às outras. As idéias têm de ser compreendidas em relação às circunstâncias materiais, as quais incluem tanto as relações sociais quanto os meios físicos de produção. Superestruturas de ideologia e de organização política moldam o desenvolvimento de ambos os aspectos da produção e são por eles moldadas. (COX, 2007:111).

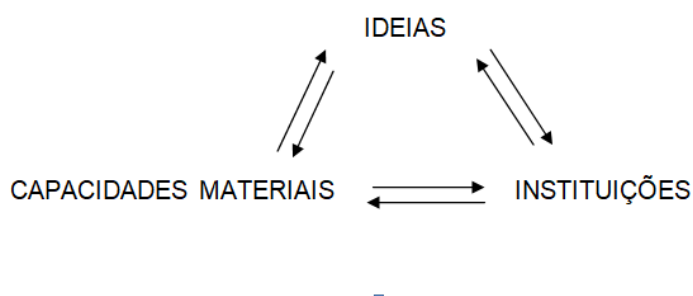
O materialismo histórico considera ainda o processo de produção como elemento central para compreender a configuração de relações sociais em determinado momento histórico, uma vez que cria tanto a riqueza da sociedade quanto a capacidade estatal de mobilizar poder através das relações entre quem controla e quem executa a produção (COX, 1981: 135). São exploradas as relações entre o poder na produção, o poder no Estado e o poder nas relações internacionais.

Cox (1981: 135) aponta algumas premissas básicas para entender o funcionamento de sua teoria crítica. Em primeiro lugar, a ação acontece em um contexto histórico, que constitui sua problemática. Essa, por sua vez, molda tanto a ação quanto a teoria. Esse contexto passa por mudanças com o tempo, que devem ser consideradas na teoria. É importante salientar que a estrutura não determina mecanicamente que ações serão tomadas, mas influencia a margem de possibilidade de ação através de pressões e limitações.

1.3.5 A ESTRUTURA HISTÓRICA

Esse contexto toma a forma do que Cox denomina de estrutura histórica, que se expressa em uma conjunção particular de três forças: capacidades materiais, ideias e instituições, que interagem entre si de forma recíproca e dialética.

FIGURA 1 - Estrutura histórica de Cox

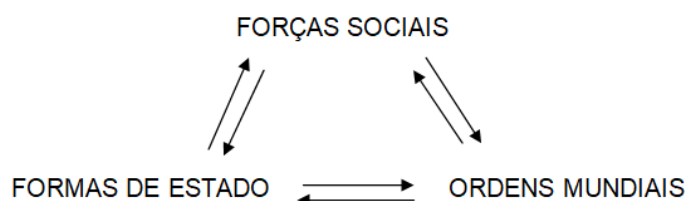


As capacidades materiais representam os potenciais produtivos e destrutivos, que existem tanto em forma dinâmica, como nas capacidades organizacionais e tecnológicas, quanto em forma acumulada, expressas por exemplo em recursos naturais e riqueza. Já as ideias se apresentam em dois tipos: o primeiro é através de sentidos subjetivos, demonstradas através de hábitos, práticas e costumes de comportamento condicionados historicamente; o segundo são ideias coletivas de diferentes grupos sociais sobre a ordem social, que divergem quanto ao significado de justiça e legitimidade das relações de poder, por exemplo, dependendo de seu contexto político, social e espacial, ainda que compartilhem um mesmo contexto histórico.

A institucionalização assume para Cox um papel muito próximo daquele explorado por Polanyi: é a forma pela qual se estabiliza e se reproduz uma ordem particular, refletindo as relações de poder e perpetuando ideias coletivas – ou seja, ideologias. As instituições são para Cox um apanhado de ideias e poder material que eventualmente se desenvolvem de maneira autônoma. Cox argumenta ainda que a institucionalização está intimamente ligada ao conceito gramsciano de hegemonia, uma vez que fornecem “âncoras” para amenizar conflitos nas quais a estratégia hegemônica pode atuar para legitimar as relações de poder.

O método de estruturas históricas é aplicado a três esferas de atividade humana. A primeira delas são as forças sociais que organizam o processo de produção. A segunda são as formas de Estado, derivadas do estudo do complexo Estado/sociedade. Finalmente, a terceira e última esfera de atividade são as ordens mundiais, que são configurações particulares de forças que definem as problemáticas de guerra e paz. Novamente, a interação entre as três esferas é recíproca e dialética. Cada uma dessas esferas pode ser analisada separadamente como configurações aproximadas das capacidades materiais, das ideias e das instituições, e pode ser estudada como uma sucessão de estruturas, ora dominantes, ora suas rivais emergentes.

FIGURA 2 - Hegemonia para Cox



1.4 PARA ALÉM DA TEORIA

Antes de prosseguir, é importante destacar que o quadro teórico aqui estabelecido não tem por objetivo enquadrar o estudo de caso aos modelos teóricos apresentados. Ele oferece referências fundamentais para pensar criticamente as conexões existentes na construção e manutenção do ordenamento não só internamente nos Estados, mas também internacionalmente. Assim como visto com os teóricos da Escola Inglesa que bebem de múltiplas fontes para desenvolver suas próprias análises, o que interessa a presente pesquisa é extrair elementos pertinentes de pesquisas anteriores capazes de jogar luz sobre os fenômenos aqui estudados, mas sem circunscrevê-los em modelos engessados ou automatizados.

Esses elementos, trabalhados detalhadamente ao longo desse capítulo, podem ser resumidos em cinco principais itens.

- I. A análise histórica é a mais indicada para entender o contexto particular em que se inserem os fenômenos estudados, uma vez que permitem apreender as mudanças nas relações entre atores sociais e políticos e encontrar as conexões com suas causas presumidas.
- II. O ordenamento está relacionado ao estabelecimento de uma organização econômica (modo de produção capitalista – mercado autorregulado – e os SMFI) e de uma organização política (as formas de Estado, dinâmica de relação entre os Estados e as instituições que reforçam o ordenamento hegemônico) da sociedade. A relação entre o poder econômico e o poder político é interdependente na construção desse ordenamento.
- III. O processo se expande de dentro para fora, perpassando a sociedade civil, alcançando os Estados e finalmente o ordenamento mundial, e uma vez estabelecido reforça-se mutuamente. Dessa forma, as forças sociais são fundamentais para a institucionalização de um ordenamento hegemônico.

- IV. A relação entre diferentes forças sociais apresenta um caráter dialético de tensão permanente, fruto de consecutivas lutas sociais e políticas entre forças antagônicas e muitas vezes mutuamente excludentes. Esse conflito é constitutivo tanto da permanência de um ordenamento quanto de uma eventual mudança. Isso significa que esse processo não ocorre de maneira linear na história e não pode, portanto, ser entendido como uma “evolução natural”, um “progresso espontâneo” ou como um processo finalizado, estando sempre passível a alterações nas forças e regras em jogo.
- V. A construção de um consenso hegemônico depende da conquista de poder social, político, econômico, cultural, ético e ideológico dentro dessa disputa por um projeto ou grupo específico.

A reação espontânea das forças sociais frente à crise desse ordenamento, com o crescimento de uma retórica de questionamento à legitimidade das instituições hegemônicas pode ser observada através da análise do movimento *Occupy Wall Street*. O processo político interno nos EUA entre os diferentes projetos de resposta à crise é uma disputa pela construção de consenso dentro da sua sociedade. Enquanto epicentro da economia e da ordem hegemônica liberal, os processos que ocorrem nesse país são muito reveladores, pois apontam tendências que transpassam fronteiras nacionais.

CAPÍTULO 2 - A GLOBALIZAÇÃO CAPITALISTA FINANCEIRA E A CRISE SISTÊMICA DE 2008

Embora a teoria seja um importante norteador de metodologia para a análise, é preciso ressaltar que ela não serve enquanto modelo estático no qual a pesquisa deva se encaixar obrigatoriamente para ter validade. A própria perspectiva ontológica da Escola Inglesa já demonstra o perigo dessa presunção. O resultado disso seria uma distorção do objeto, ou demasiadas abstrações do contexto no qual ele se insere.

Portanto, o salto da teoria para a prática na presente pesquisa se dará justamente através da análise do desenvolvimento histórico, essencial para compreender não somente o funcionamento do SMFI tal qual o conhecemos hoje, mas principalmente para apreender uma visão que possibilite conectar a arquitetura de sistemas anteriores com o aprendizado econômico por elas engendrado, elucidando as motivações dos momentos de ruptura e o debate acerca do papel do Estado na economia, visando maximizar o saber estratégico para acumulação de riqueza e poder. Além disso, analisa a posição dos EUA no ordenamento dos mercados internacionais, e a ênfase no poder econômico como meio de exercer e perpetuar a hegemonia americana enquanto centro da economia mundial.

Dessa forma, com intuito de desenvolver uma leitura mais minuciosa sobre a crise econômico-financeira de 2008, cabe traçar um panorama da globalização capitalista financeira a partir da queda do sistema de Bretton Woods (BW) e da liberalização do ordenamento que passaria a caracterizar o sistema dólar-flexível (SERRANO, 2002). A primeira seção do capítulo será dedicada a esse objetivo.

Em seguida, a análise se voltará para a crise do *subprime*, perpassando a formação da bolha especulatória criada sobre os ativos das hipotecas norte-americanas e a debandada para a liquidez, e na atuação emergencial dos EUA para impedir o colapso do sistema. Também será discutido as conseqüências da crise para a organização geoeconômica internacional, as transformações pelas quais o SMFI foi submetido e o impacto gerado nos alicerces dos pressupostos neoliberais.

2.1. A ARQUITETURA DO SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO INTERNACIONAL

2.1.1 BRETTON WOODS

Bretton Woods foi um sistema erigido dos resquícios da II Guerra Mundial e da Grande Depressão, que colocaria os EUA definitivamente como vitorioso não só da guerra, mas também do projeto de poder enquanto principal centro financeiro do mundo e emissor da moeda internacional. Preços, investimentos, financiamentos e câmbio passariam a ser geridos e referenciados através do dólar americano. Graças à posição americana como credor mundial ao final da guerra e principal potência militar – única a possuir bomba atômica até então –, os acordos de BW podem ser entendidos como uma formalização da supremacia americana em criar e fazer valer as regras do sistema.

[poder monetário] se refere especificamente à capacidade de um país mudar, em seu próprio benefício, os mecanismos de natureza sistêmica que regem a originação de crédito e comandam a conversibilidade entre as diferentes moedas relevantes. Essas normas determinam a possibilidade de as nações emissoras de moeda internacional utilizarem seus sistemas monetário e financeiro para impedir ou postergar ajustes em suas contas externas. Conseqüentemente, tem repercussões sobre o grau de autonomia desses Estados na formulação de suas políticas. (TORRES FILHO, 2019:624).

O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) surgem nessa época, com objetivo de estabelecer novas regras de comércio internacional e garantir a estabilidade monetária. Era responsabilidade do FMI regular o acesso a créditos internacionais e as taxas de câmbio, que passariam a ser fixas e não mais flexíveis como no padrão-ouro. Os conselhos de ambos estariam sujeitos ao veto dos EUA, tornando-os “indelévels instituições americanas” (MOFFIT, 1984).

A elas se somaram o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) e a Organização das Nações Unidas (ONU), principalmente com o Conselho de Segurança, responsável pela administração política dos conflitos interestatais. Projetado para ser um sistema disciplinador, essas instituições reguladoras de Bretton Woods enquadrariam o resto dos países a se submeter à gestão multilateral da hegemonia norte-americana.

O sistema de Bretton Woods foi influenciado pelos debates que se seguiram à crise de 1929 nas ciências econômicas. É conhecido como a época de ouro do capitalismo, pautada na revolução keynesiana¹³, cujos principais postulados sustentam-se sobre o estudo do ciclo

¹³ Ver *General theory of employment, interest and money* (KEYNES, 1936).

econômico e de instrumentos de política pública capazes de controlá-lo. Assim, simbolizava uma ruptura com a tradição liberal de *laissez-faire* – a não-intervenção da política na economia. Ao contrário, a política seria o meio pelo qual a economia poderia ser manejada para obter melhores resultados e alocar os recursos de maneira mais eficaz, combatendo períodos de vulnerabilidade e regulando os sistemas financeiros. O modelo de bem-estar social seria intervencionista.

O embedded liberalism de que falou John Ruggie, sustentado por uma política monetária e comercial complacente do *hegemon* e viabilizado por um movimento sindical que manteve-se fiel ao pacto social implícito de moderação nas relações entre o capital e o trabalho. Foi parte decisiva deste novo consenso a aceitação, pelos liberais, do novo papel do estado como regulador, como planejador, como produtor e como coordenador de alguns investimentos-chave para o processo de acumulação. A nova heterodoxia admitia, até mesmo, sistemas financeiros nacionais submetidos aos objetivos políticos condensados pelas idéias do crescimento e do pleno emprego. (FIORI, 1997:103)

As contas de capital passaram a ser controladas pelos governos nacionais. Os mercados passaram a ser segmentados e regionalizados, os conglomerados financeiros divididos e limitados a atuar em determinado espaço geográfico (HELLEINER, 1994). Nos EUA, a regulamentação bancária separaria os bancos comerciais dos bancos de investimentos, limitando a atuação internacional às operações de crédito comercial ao invés das altas finanças do sistema anterior. “A finança internacional passaria a ser um jogo predominantemente interestatal” (TORRES FILHO, 2019:632). Nem mesmo a pressão dos banqueiros de Nova Iorque seria capaz de anuviar a necessidade e importância da estabilidade do câmbio e do comércio multilateral.

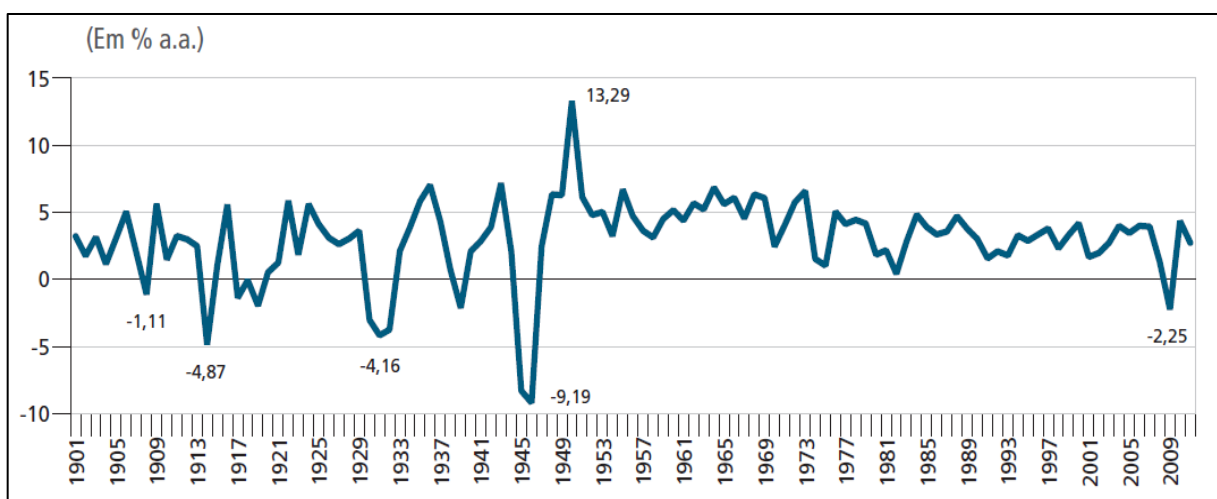
Macroeconomic management could easily be disrupted by speculative capital movements or by the flight of capital from artificially low interest rates. Similarly, government attempts to ration and allocate capital would be undermined if borrowers and investors had access to foreign capital markets. Capital controls thus became an integral part of the new domestic economic interventionism. (HELLEINER, 1994: 29).

É importante ressaltar que, apesar da grande importância da revolução keynesiana e da crise de 1929 para a arquitetura de BW, é antes a conjuntura geopolítica da época que define de maneira decisiva essa escolha estratégica por uma hegemonia benevolente norte-americana, contrariamente ao projeto inicial que colocava os EUA como única potência que não sairia completamente arrasada da II Guerra Mundial e, portanto, estaria em posição de capitalizar os principais ganhos econômicos do sistema. A prevalência da ideologia norte-americana na acirrada disputa da Guerra Fria entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) dependia da recuperação do resto do mundo capitalista. Esse

contexto interferiu diretamente na estratégia de montagem do SMFI dos EUA para o pós-guerra. “Como em nenhum outro momento da história capitalista, os Estados Unidos [...] submeteram em várias oportunidades o seu interesse nacional imediato ao interesse coletivo de seus aliados [...]” (FIORI, 1997:107).

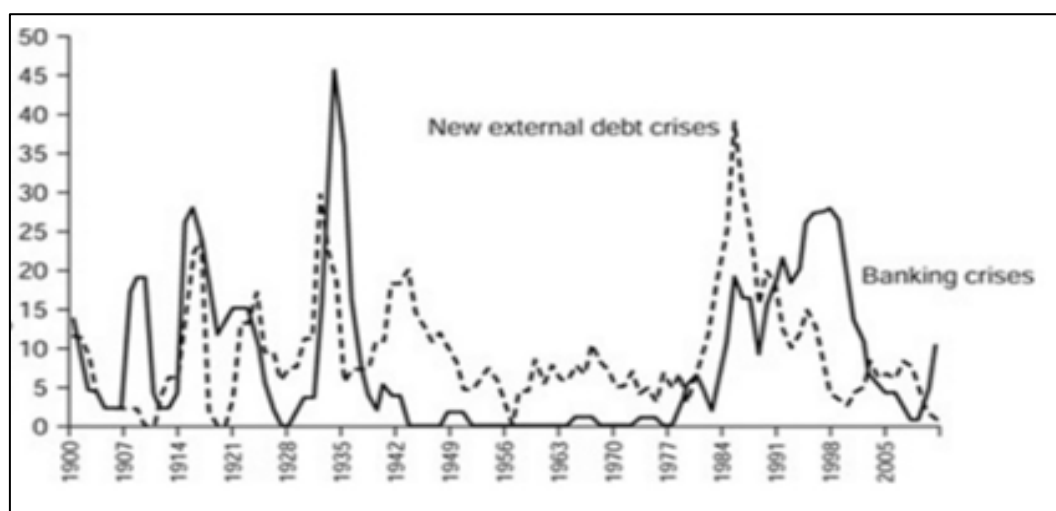
Segundo Moffit (1984:14), BW ofereceu o arcabouço institucional para o maior crescimento econômico da história, sem recessões ou pânico financeiros graves. Torres Filho (2015:7) acrescenta que, desde o século XX, as taxas de crescimento internacionais só foram negativas em cinco momentos, quatro deles ocorreram entre 1908 e 1946, e o quinto foi registrado em 2008.

GRÁFICO 1 – Taxa de crescimento da economia mundial 1901-2009



Elaboração: TORRES FILHO (2015:7)

GRÁFICO 2 – Proporção de países com crises bancárias e de dívida externa 1900-2008



Elaboração: REINHARDT; ROGOFF (2009:129).

Esse período de expansão só foi possível devido à capacidade norte-americana de oferecer liquidez e assim alavancar o sistema internacional. Os EUA atuaram como um banco central do mundo (SERRANO, 2002, TORRES FILHO, 2014), emitindo a moeda internacional (dólar) e multiplicando-a através dos bancos comerciais. Para evitar uma escassez de dólares, os EUA mantiveram um déficit permanente em sua balança de pagamentos. Ao mesmo tempo, isso dava um “privilégio exorbitante”¹⁴ ao país em relação ao resto do mundo, pois não tinha restrições para financiar seus déficits externos. O resto do mundo teria que se ajustar ao saldo de sua balança de pagamentos. Quando os norte-americanos aumentavam a circulação de dólares no mundo, os países tinham que ajustar suas políticas monetárias. Assim, determinavam unilateralmente a taxa básica de juros global.

A única restrição a que os americanos estavam sujeitos era a obrigação de converter dólares em ouro, no caso de seus parceiros acumularem um volume expressivo e indesejado de saldos em sua moeda. Nessa hipótese, os EUA teriam que realizar alguma forma de ajuste em sua economia para permitir a recuperação da confiança dos demais parceiros na estabilidade do dólar. (TORRES FILHO, 2014:435)

O Plano Marshall de reconstrução da Europa ocidental e do Japão, juntamente com as abundantes despesas militares norte-americanas com a Guerra do Vietnã e a política de contenção contribuíram para reverter a posição superavitária do pós-guerra para déficits cada vez mais profundos na balança de pagamentos. A recuperação dos aliados aumenta a competição comercial com os EUA ao despontarem como novas potências industriais. O esforço para financiar a guerra sem aumentar impostos faz com que os norte-americanos emitam mais moeda, gerando uma inflação de demanda que se alastra para o resto do mundo, já que com o excesso de dólares os governos eram obrigados a manter a paridade fixa aumentando a emissão de suas moedas (MOFFIT, 1984). O dólar se mantém artificialmente valorizado graças às taxas fixas do câmbio.

O crescente acúmulo de dólares nas reservas internacionais gerou um problema de confiança dos mercados na credibilidade do dólar. Na década de 1960 há um movimento para converter as reservas de dólares para ouro impulsionado principalmente pela França, aumentando a pressão sobre o dólar. Além do privilégio exorbitante, a França de DeGaulle se retirou da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aliança militar do bloco capitalista na Europa, e assumiu uma posição mais independente em relação à estratégia

¹⁴Termo utilizado pelo presidente francês Charles de Gaulle durante a década de 1960. Ver Eichengreen (2011) e Serrano (2002).

nuclear francesa e à ordem europeia sob sustentação franco-alemã, escalando a competição com os EUA e a Inglaterra (FIORI, 1997:111).

A cooperação internacional necessária para reverter esse quadro se fragilizou a partir do momento em que os EUA recusaram fazer alterações que restringissem sua balança de pagamentos e seu financiamento interno e externo, como desvalorizar o dólar, aumentar a taxa de juros dos EUA e/ou fazer intervenções no mercado de ouro. Da mesma forma, tentativas de reforma no sistema para criar uma moeda de reserva internacional que não fosse moeda nacional de país algum foram vetadas pelos norte-americanos¹⁵. O mesmo destino teriam as propostas que visassem reduzir a relevância do dólar enquanto moeda internacional aumentando a concorrência monetária utilizando outras moedas europeias, ou que ampliassem o papel do ouro no sistema e assim dessem poder adicional aos países produtores de ouro como a França, a África do Sul e a URSS (SERRANO, 2002:249).

O debate acerca do ajuste necessário só demonstrou que o “poder do dólar era real” (MOFFIT, 1984), uma vez que a posição central dos EUA e do dólar no sistema permitia que a responsabilidade do ajuste caísse de fato sobre os demais países. Walter (1993), Strange (1987), Tavares e Fiori (1997) argumentam que o declínio da hegemonia americana discutido entre os acadêmicos de EPI devido à ruptura de BW não poderia ser mais enganosa, uma vez que esse momento representa antes o poder dos EUA ao se recusar a fazer concessões para salvar a paridade de BW. O mundo havia adotado e acumulado o dólar como moeda internacional sem garantias de restrição da política americana.

Durante o fim de semana de 13 de agosto [de 1971], a administração Nixon fechou o guichê do ouro, suspendendo o compromisso de entregar ouro a governos credores em dólares a US\$ 35 por onça ou a qualquer outro preço. O governo americano impôs um sobretaxa de 10% sobre a importação de mercadorias para pressionar outros países a valorizar suas moedas, dessa forma poupando-se do embaraço de precisar desvalorizar o dólar. Em vez de realizar consultas com o FMI, os Estados Unidos comunicaram sua decisão ao diretor-gerente do Fundo como um fato consumado. (EICHENGREEN, 1996:179)

Essa decisão remonta uma estratégia que começou a tomar forma em 1966, sendo defendido por Kindleberger em seu artigo *The Dollar and World Liquidity: a minority view*¹⁶,

¹⁵ Denominada Direitos Especiais de Saque (DES). A resolução final é que o DES assume um papel irrisório em comparação ao dólar no sistema internacional. Essa iniciativa foi inspirada no “bancor” que Keynes propôs durante as negociações de BW.

¹⁶ “The real problem is to build a strong international monetary mechanism resting on credit, with gold occupying, at most, a subordinate position. Because dollar is in a special position as a world currency, the USA can bring about this change through its own action. Several ways in which it can do so have been proposed, including widening the margin around parity at which it buy and sells gold, reducing the price at which it buys

em 1968 estaria em um relatório da força tarefa de Nixon que, ainda em campanha eleitoral, reunia economistas acadêmicos e do setor privado para analisar a situação da balança de pagamentos norte-americana e do SMFI (AGUIAR, 2016:62).

Em 1969 estaria novamente em relatório oficial do *Volcker Group*¹⁷, um grupo que reunia o Conselho de Segurança Nacional e diversas agências econômicas do governo americano, como o Tesouro, o FED (*Federal Reserve System*) e o Conselho de Consultores Econômicos (TORRES FILHO, 2017:25). Nesse relatório, optou-se por descartar a desvalorização unilateral do dólar, e introduzir a suspensão da conversibilidade como uma “resposta inevitável a uma situação de crise”, que “obrigaria os EUA à ceder às pressões do mercado”, mascarando assim a hegemonia americana e preservando a harmonia com os outros Estados (*U.S. Department of the Treasury*, 1969: 47).

2.1.2 O PADRÃO DÓLAR FLEXÍVEL

Durante a década de 1970, o SMFI passou por uma alteração estruturante sem precedentes. A medida audaciosa de suspender a paridade do dólar com o ouro, tomada unilateralmente pelos EUA, provar-se-ia uma tática para assegurar a posição central do país no ordenamento do sistema ao final da década bem como garantir a liberdade da política macroeconômica e monetária norte-americana. O declínio da hegemonia discutida tanto pelos liberais quanto pelos realistas na academia seria apenas uma conjectura passageira, mas que causaria muita instabilidade no período.

O fracasso da Guerra do Vietnã deixa a hegemonia norte-americana debilitada e isola o país internacionalmente. A aproximação triangular da China na política de Nixon e Henry Kissinger, à época seu conselheiro político e assessor de Segurança Nacional, em uma tentativa de mudança da política externa norte-americana para uma *realpolitik* causa uma divisão internamente do *establishment* americano, levando tanto conservadores quanto liberais a pressionarem por uma volta da liderança ideológica anticomunista. A estratégia de recomposição da hegemonia é derrotada antes mesmo de entrar em vigor, contribuindo para o enfraquecimento da posição dos EUA naquele momento (FIORI, 1997).

gold, and otherwise depriving gold of its present unlimited convertibility into dollars. (...) It would enable the USA to preserve the international capital market even without European cooperation” (KINDLEBERGER, 1966:50)

¹⁷Paul Volcker, à época sub-secretário para assuntos monetários do Departamento do Tesouro e um dos principais responsáveis pela ruptura do lastro com ouro.

Antes do pleno funcionamento do padrão dólar-flexível, a década de 1970 é marcada por instabilidade monetária, aumento da competitividade e especulação sobre *commodities* que culmina nos choques do petróleo de 1973 e 1979, aumentando a inflação vertiginosamente em todo o mundo, enquanto os países tentam se ajustar à “flutuação” do novo sistema, cujas premissas ainda não eram tão claras.

Havia ainda certa resistência entre os bancos centrais e investidores da Europa a aceitar a decisão unilateral dos EUA, o que fez com que diversificassem a composição de reservas do período (ouro, prata, francos suíços, marcos alemães, iene, imóveis e objetos de arte), enfraquecendo o dólar como moeda de reserva e criando iniciativas como o Sistema Monetário Europeu (MOFFIT, 1984:197). A Arábia Saudita também se desfez de parte de suas reservas em dólar em resposta às grandes taxas de inflação nos EUA e anunciou que aumentaria os preços do petróleo (TORRES, 2014). Essas iniciativas marcavam um crescente desafio à hegemonia norte-americana.

Com isso, a posição do dólar encontrava-se ameaçada. Os choques de Volcker - que acabava de assumir a presidência do FED para a alegria dos banqueiros de Nova Iorque - na taxa de juros em 1979 marcam o que Tavares (1985), Tavares e Fiori (1997), e Tavares e Melin (1997) chamam de “diplomacia do dólar forte”, que nada mais é do que o poder norte-americano no campo geoeconômico exercendo o ajuste no sistema.

O aumento na taxa de juros norte-americana serve enquanto mecanismo para tornar os ativos denominados em dólar mais rentáveis aos investidores e, portanto, mais desejáveis do que o ouro ou a prata. A medida de Volcker combateu a inflação e a especulação das *commodities*, no entanto, causou também uma recessão mundial.

Ao expandir ou contrair sua balança de pagamentos, os EUA geram um impacto na estrutura de ativos, ou seja, na riqueza de todos os países e mercados. A taxa de juros dos EUA, ao determinar o valor do dólar, passa a funcionar verdadeiramente como referência do SMFI, obrigando os demais países a adotarem políticas macroeconômicas de ajuste monetário e fiscal na defesa do valor da moeda e no combate à inflação. Quando as moedas dos outros países se valorizam em relação ao dólar, perdem sua competitividade piorando sua restrição externa, e quando se desvalorizam sofrem pressões inflacionárias. Os movimentos especulativos nos mercados de câmbio obrigam os governos nacionais a se ajustar às pressões externas.

A “retomada da hegemonia americana”, nas palavras de Tavares (1985), empunhava definitivamente uma de suas pinças¹⁸ ao enquadrar os países aliados em uma incontestável liderança. “Os demais países centrais, finalmente convencidos da futilidade de questionar a centralidade do dólar no novo sistema, passam a aceitar um novo padrão monetário internacional, o padrão dólar flexível.” (MEDEIROS; SERRANO, 1999:4).

De fato, a passagem de Bretton Woods para o sistema de dólar flexível seria chamado por Strange (1987) de “privilégio extra exorbitante”¹⁹ ao livrar o dólar de sua paridade com o ouro, e assim permitir aos EUA imprimir dólares sem nenhum tipo de restrição, com a garantia de que os demais países não seriam capazes de recusá-los como meio de pagamento. Impulsionar a desregulamentação financeira também seria parte essencial desse processo, uma vez que

Em um sistema de câmbio flutuante sem a mediação de nenhum mecanismo internacional extramercado, a pressão dos capitais privados para a valorização de suas moedas levaria os governos estrangeiros a serem obrigados a ajustar suas economias. Esse processo seria tão mais eficaz quanto menor fossem as restrições nacionais ou multilaterais à mobilidade dos capitais. Assim, o fim dos controles de capitais ao lado do domínio da intermediação internacional pelas instituições privadas foram, desde o início, elementos centrais no projeto americano de remontagem da ordem internacional pós-Bretton Woods. (TORRES FILHO, 2014: 436)

Quanto maior fosse a plena liberdade de movimento de capitais, maior seria o poder norte-americano. Conseqüentemente, os EUA lideram reformas pela flexibilidade cambial e liberalização da conta de capitais. O mercado financeiro americano tem que ser organizado, profundo e livre para que os dólares entrem e saiam sem restrições, permitindo que esse dinheiro circule como em uma economia doméstica. Assim, a administração da economia norte-americana tem grande efeito no resto do mundo.

¹⁸ A segunda pinça seria a “diplomacia das armas” no plano geopolítico, que transformou as relações internacionais a partir da década de 1980. Com a vitória de Ronald Reagan, é lançada uma ofensiva anticomunista com iniciativas como o programa militar da “Guerra nas Estrelas” e a Guerra do Golfo, que em última instância culminaria com o fim da URSS na década de 1990. Tanto essa retomada da hegemonia americana quanto a globalização capitalista financeira da “diplomacia do dólar forte” seriam duas pinças de um mesmo processo estratégico norte-americano, resultante de políticas tomadas pelo governo para impedir a decadência de seu poder no sistema.

¹⁹A teoria do poder estrutural de Strange é uma grande referência em EPI. Segundo a autora, “*structural power is the power to choose and to shape the structures of the global political economy within which other states, their political institutions, their economic enterprises, and (not least) their professional people have to operate*” (STRANGE, 1987:565). Esse poder atua de forma dialética entre objetivo e resultado, assimétrica entre os atores e dependente de variáveis entre estruturas de conhecimento, de crédito, de produção e de segurança. Há uma atenção especial aos agentes sociais e os processos de tomada de decisão. Dessa forma, não poderia ser visto de maneira linear em uma relação de causa-efeito como os teóricos da TEH presumiam.

Esse foi um momento de virada crítica no sistema, no qual a projeção de poder norte-americana passa a se dar em grande parte através dos mercados. De acordo com o Zbigniew Brzezinski (*apud* PECEQUILO, 2017), estrategista norte-americano e à época Assessor de Segurança Nacional dos EUA, a ênfase no poder econômico em um mundo cada vez mais integrado deve ser uma das principais prioridades no gerenciamento do ordenamento internacional, um meio de exercer e perpetrar a hegemonia americana enquanto centro da economia mundial.

Surgira, portanto, uma nova aliança política e estratégica entre o Estado norte-americano e seu capital financeiro e o internacional, com o objetivo de administrar em conjunto a nova ordem mundial. Para isso seria necessário montar uma rede de instituições e regimes cambiais e financeiros internacionais que permitissem que o mercado cumprisse essa função. A vitória de Ronald Reagan abriu caminho a uma restauração conservadora neoliberal que devolveu a *Wall Street* o comando da política financeira, definindo os interesses de classe e a base ideológica que orientariam a recuperação da hegemonia norte-americana (FIORI, 1997:115).

Ademais, era imprescindível integrar os outros países, suas moedas e seus sistemas financeiros a esse novo sistema, bem como os principais mercados de mercadorias, conforme foi visto com Cox (2007) ao falar sobre a incorporação dos países ao sistema internacional de produção no capítulo anterior. Dessa maneira, integrar e desregular os demais mercados relevantes – petróleo, grãos, *commodities* de maneira geral – ao novo regime de preços flexíveis torna-se uma prioridade. Todo esse processo não aconteceu repentinamente, levando ao contrário entre dez e quinze anos para se tornar efetivo, prolongando-se até a década de 1990.

Fiori (1997), fazendo alusão à Polanyi, se refere a essa passagem como uma “segunda grande transformação” geopolítica, ideológica e geoeconômica que alterou o funcionamento do mundo capitalista no final do século XX. Para o autor (1999), a nova concentração financeira é mais volátil e excludente, uma vez que é impulsionada pela flutuação cambial que não existia no padrão-ouro. Assim, o moinho satânico se aprofunda, impondo um limite à política econômica e ao crescimento da economia internacional, e forçando países com moedas fracas a adotar políticas ortodoxas.

A generalização do processo de desregulação dos mercados de capitais e a dolarização da maior parte dos negócios e da riqueza mundial fizeram com que a gestão monetária do FED se transformasse no poder que – em última instância – administra e arbitra os fluxos financeiros mundiais, os conflitos de interesses entre blocos de capitais e estados e que também promove, ativamente, a homogeneização

das políticas econômicas dos países mais frágeis. Essa convergência das políticas conservadoras provocou, por sua vez, uma desaceleração seletiva e hierarquizada do crescimento econômico mundial e uma maciça transferência de renda e de capitais do resto do mundo para os títulos do governo e para o mercado norte-americano. (FIORI, 2000:213)

Os desequilíbrios orçamentários e a estagflação da década de 1970 foram colocados sob a responsabilidade do Estado regulador keynesiano e suas políticas de gasto público e social. As legislações trabalhistas foram duramente atacadas no período, diminuindo direitos sindicais, empregos e salários. Foi formado um novo consenso neoliberal pela eficácia empresarial e individual, pela competitividade e pelos equilíbrios macroeconômicos (FIORI, 1997:117). Tavares e Melin (1997) acrescentam que as políticas de globalização financeira servem também para reforçar a assimetria de crescimento e poder do sistema a favor dos EUA, induzindo aos demais países à adoção de políticas deflacionistas neoliberais que deterioram a base fiscal do Estado através da manutenção de taxas de juros elevadas e da flexibilização dos mercados de trabalho. A mobilidade irrestrita do capital impacta diretamente na capacidade tributária, e na tentativa de reduzir o desequilíbrio patrimonial os Estados optam pelo corte generalizado de gastos e por privatizar os serviços públicos.

Além disso, com a supremacia do capital financeiro o funcionamento das relações internacionais alcança um novo patamar de expansão e conflito na politização das relações econômicas. O sistema interestatal atua como cenário para a competição capitalista, uma vez que Estados politicamente poderosos são necessários para competir por novos territórios econômicos (FIORI, 1997; 1999; 2000). Destarte, o Estado²⁰ tem papel essencial para fomentar o funcionamento de uma economia de mercado pujante.

A aliança entre o capital financeiro e os grandes poderes políticos é hoje ainda mais intensa e indispensável do que fora no mundo colonial e imperialista do fim do século XIX. Agora a competição capitalista e estatal se dá de forma mais fluida e mais concentrada, razão pela qual as novas fronteiras dos territórios econômicos estão em contínuo processo de destruição e reconstrução, definidos pelos avanços financeiros e pelas conquistas comerciais que são face e reverso das disputas estatais. (FIORI, 1997:142)

²⁰ Haveria também no campo geoeconômico um duplo movimento de tendência dialética e tensão contínua entre a criação de um império financeiro universal, e a guerra econômica ou militar de competição entre os Estados. Nesse sentido, Fiori (1999) argumenta que a criação de um império mundial eliminaria o habitat do capital financeiro, resultando no fim do próprio capitalismo, dado que é a própria desigualdade de força e riqueza que move o sistema. A competição entre os Estados é a própria alavanca de acumulação do capital, que tem como resultado uma estrutura hierarquizada de poder e riqueza no centro do sistema. Fiori (1997:88) salienta ainda que não há evidência alguma que comprove o pensamento utópico do liberalismo sobre o fim dos Estados nacionais em prol de uma paz perpétua, ou que esteja em curso um desenvolvimento econômico mais inclusivo e igualitário. Empiricamente o que se verifica é justamente um aprofundamento da polarização das classes sociais e dos países no sistema em relações assimétricas de poder e dominação. O autor se refere a esse credo neoliberal das elites mundiais como “inversão ideológica da própria realidade”.

Muitos autores de EPI partilham dessa visão. Helleiner (1994, 1995a, 1995b) também retoma Polanyi ao salientar o papel estatal na decisão de liberalizar o movimento de capital, refutando a tese economicista ortodoxa de que seria um fenômeno natural ou espontâneo do progresso tecnológico e dos mercados financeiros, que teriam forçado os EUA a romper a paridade. Embora esses tenham sido fatores importantes, não se pode ignorar que essas decisões perpassam por disputas políticas e interesses estatais. Afinal, como Torres (2019) ressalta, as alternativas dos EUA para lidar com a especulação contra o dólar não estavam esgotadas.

Entretanto, a ruptura do sistema monetário não foi uma decisão precipitada. Em todos os momentos, nesse período, a instabilidade dos mercados de câmbio conseguiu ser controlada. (...) Entre as alternativas que lhes restavam estavam: a desvalorização do dólar, o aumento das taxas de juros nos EUA e a realização de intervenções no mercado de ouro. (TORRES, 2019:633)

De acordo com Helleiner (1995b), o processo de volta ao liberalismo e abandono da ordem financeira socialmente controlada de Bretton Woods pode ser explicado por quatro fatores. Em primeiro lugar está o papel dos intelectuais neoliberais ao advogarem que a regulamentação mina a alocação eficiente de capital e a liberdade dos indivíduos de diversificar seu portfólio através das fronteiras, dado que o capital especulativo teria a função de aportar informações sobre o mercado. Essa força coercitiva do Estado iria de encontro às liberdades individuais e ao livre governo.

Havia entre os acadêmicos e intelectuais neoliberais certo ceticismo quanto a capacidade dos controles de capital serem efetivos sem restringir os fluxos comerciais. Até mesmo os movimentos repentinos de capital, que em BW impulsionaram o resguardo e a regulação, passam a ser visto como benéficos, já que motivariam os países a tomarem medidas de ajuste adequadas. Essas idéias convergiram com os interesses nacionalistas de preservar a autonomia da política econômica norte-americana, vista como um mal necessário pelos neoliberais.

Segundo, as decisões dos EUA e da Inglaterra pela liberalização financeira foram estratégias geoeconômicas. Para financiar os déficits externos norte-americanos era proveitoso aumentar a atratividade de ativos em dólar para estrangeiros e, dessa forma, evitar a fuga para o ouro. Além de preservar a dominância norte-americanas finanças globais e a posição do dólar como moeda internacional, como grande parte dos ativos em dólar detidos por estrangeiros são investidos em títulos do Tesouro, alivia a restrição de gastos não somente externa, mas também a interna. A capacidade norte-americana de manter sua dívida pública

como título de segurança máxima no sistema permite que sua taxa de juros funcione enquanto taxa de referência para o aumento das transações financeiras globais.

In a deregulated system, the relative size of the U.S. economy, the continuing prominence of the dollar and U.S. financial institutions, and the attractiveness of U.S. financial markets all gave the United States indirect power via market pressure to, as Strange put it, "change the range of choices open to others." Drawing on this structural power, the United States aimed to preserve its policy autonomy by encouraging foreign governments and private investors to finance and adjust to growing U.S. deficits (HELLEINER, 1994: 114).

De forma similar, era interesse britânico atrair negócios para Londres e revitalizar seu papel como centro de finanças internacionais. É nesse contexto que os euromercados se desenvolvem durante a década de 1960, de modo paralelo e autônomo aos sistemas nacionais, livre de restrições legais e operando em dólar. A falta de regulação daquele mercado significava que os ativos em dólar teriam taxa de juros mais altas que nos EUA ou na Europa continental, tornando o circuito euro-dólar extremamente atrativo para os investidores. (HELLEINER, 1994:90). Não implementar medidas de controle mais efetivas nos movimentos financeiros foi uma escolha dos Estados.

Em terceiro lugar, as corporações multinacionais também advogavam pela desregulamentação financeira para terem mais liberdade em suas atividades globais. As decisões fundamentais da produção mundial passam a ser tomadas por um conjunto de empresas industrialistas multinacionais, bancos e, posteriormente, novos atores financeiros dos países centrais, capazes de convergir o capital.

E, finalmente, há uma pressão em cima dos outros Estados a desmembrar seus controles de capitais, sob a ameaça de perderem sua competitividade em financiamento e investimento nos mercados internacionais, além de correrem o risco de gerar perda de empregos e de arrecadação fiscal devido à fuga de capital. Acirra-se assim a concorrência capitalista, capaz de deslocar e destruir muito rapidamente as atividades produtivas.

Também para Torres Filho (2014) a política governamental e os grandes bancos foram essenciais para o processo de globalização financeira desregulamentada. A primeira deu garantias jurídicas, flexibilidade operacional e administrativa, enquanto os bancos assumiram uma posição central nesse sistema capaz de influenciar normas regulatórias para facilitar os seus negócios.

Ainda segundo o autor (2014: 446-448), a liberalização financeira ocorre a partir de quatro vertentes complementares, que mais tarde ajudariam a entender a profundidade e o grande contágio da crise de 2008. A primeira delas seria o fim do controle governamental e o

restabelecimento do livre movimento de capitais, integrando os mercados internacionais com os nacionais, como já foi discutido aqui anteriormente.

A segunda é a desintermediação e dessegmentação bancária²¹, impulsionando o surgimento de diversas instituições financeiras, conglomerados e dos bancos universais com diversos tipos de negócios, cuja ampliação de atividades financeiras não bancárias abre espaço para o uso de instrumentos de financiamento direto. A intermediação financeira migra dos bancos para os mercados. Em BW, as operações financeiras eram bem simplificadas: os bancos recebiam depósitos de curto prazo e concediam empréstimos a médio e longo prazo, e os ganhos vinham do *spread* entre os juros pagos e os recebidos (PRADO, 2011). No novo modelo, o dinheiro é manejado de maneira muito mais rápida e dinâmica, em diferentes instrumentos do mercado. Não há mais necessidade de passar pelo banco, as operações são feitas de forma mais direta entre as instituições e indivíduos presentes no mercado, que competirão pelos ativos com o melhor potencial de ganhos de acordo com seus riscos e liquidez disponíveis.

Como consequência, a grande concorrência entre essas instituições no mercado de títulos privados leva a uma explosão de instrumentos financeiros. É nesse ambiente que prospera a securitização do crédito, processo de conversão dos direitos sobre os juros e fluxos de amortização de contratos de dívida – ativos financeiros ou não financeiros – em títulos de crédito negociáveis no mercado. Em outras palavras, os bancos realizavam os empréstimos, aglutinavam essas dívidas e as financiavam em seu caixa através de sua revenda como título no mercado de capitais, convertendo, portanto, essa dívida em investimento.

O principal objetivo da securitização é criar um ativo que possa ser facilmente comprado e vendido, ou seja, originado e distribuído. Desse ponto de vista, o novo título deve apresentar condições de rentabilidade, prazo e risco que sejam facilmente percebidas pelos investidores, sem a necessidade de uma pesquisa mais profunda sobre as condições dos créditos que lhes deram origem (Kregel, 2008). O volume de operações de securitização manteve-se em níveis pouco significativos até os anos 1990. Desde então, as emissões anuais apresentaram um crescimento vertiginoso, chegando a atingir um máximo de US\$ 5 trilhões em 2006, para se reduzir a cerca de US\$ 2,5 trilhões em 2008 (FMI, 2009). (TORRES FILHO, 2014: 438)

A terceira era a externalização do risco. O risco nas operações está relacionado às incertezas quanto ao futuro do mercado que podem causar perdas financeiras. Quanto mais

²¹Os EUA revogam o *Glass-Steagall Act* de 1933, que determinava a separação de bancos comerciais e bancos de investimento.

propenso a gerar perdas, mais arriscado um ativo é; apesar disso, os ativos mais arriscados possuem o maior potencial de melhores ganhos.

A flexibilização dos mercados de câmbio e de juros e a propagação da securitização levam ao desenvolvimento dos derivativos, contratos que permitem a mercantilização de uma das características do ativo, sem a necessidade de que esse ativo em si seja negociado (CECÍLIO, 2019). Geralmente, são utilizados para desagregar, precificar e negociar os diferentes riscos de determinado ativo. É um ativo derivado de outro ativo-base, calculado com base no valor de uma variável, no caso, o risco. Atuam, portanto, como uma espécie de “seguro” de portfólio, e os riscos – por exemplo, de *default* ou de variação de preço, das taxas de juros e/ou de câmbio - seriam redistribuídos para diferentes investidores que os comprassem no mercado, igualando o ativo original a um de menor risco.

Os derivativos servem a diferentes tipos de investidores. Alguns os utilizam para se proteger das flutuações intrínsecas aos mercados flexíveis. Nesse caso, esses instrumentos são uma forma de seguro contra movimentos indesejados nos preços e nos fluxos de caixa. Outros buscam redução nos custos de suas operações na medida em que algumas estruturas de derivativos permitem, por exemplo, replicar investimentos em ativos reais a custos inferiores. Outros aplicadores são atraídos pela receita decorrente das margens com a emissão desses contratos. Existem ainda aqueles que utilizam esse tipo de contrato para efetivar apostas em posições que contrariam as “convenções” de preços do mercado. (TORRES FILHO, 2014:439)

Os derivativos têm um grande papel no novo sistema financeiro globalizado, ao oferecer uma unidade de medida para o valor de diferentes formas de capital, e assim torná-los não só comparáveis, mas também intercambiáveis. A partir deles, surge a arbitragem, que é a “atuação de um agente financeiro para zerar qualquer discrepância de precificação entre mercados” (CECÍLIO, 2019: 38). Os *hedge funds* são condomínios de investidores que exploram operações de arbitragem, partindo do pressuposto que antecipar os movimentos de precificação do mercado é uma estratégia de investimento com alto grau de retorno, e que poderiam potencializá-lo ainda mais multiplicando seu ativo total através de empréstimos bancários (TORRES FILHO, 2014). O efeito disso é a permissão do aprofundamento dos mercados especulativos de câmbio, formação das taxas de juros, crédito e ações.

Por fim, a quarta vertente é a elevada alavancagem do setor financeiro. O capital necessário para adquirir diversos contratos de derivativos é muito menor do que o custo de aquisição do ativo, para o mesmo ganho esperado. Por essa razão, esse mercado torna-se muito atrativo aos investidores, aumentando a liquidez desses mercados. A alavancagem nada mais é do que a capacidade de aumentar a relação entre o total dos seus ativos e o capital próprio no fluxo de caixa das instituições financeiras e dos bancos.

Tanto a securitização quanto os derivativos são instrumentos de crédito de curto prazo por atacado, usados para financiar posições de longo prazo e tornar os ativos que antes não possuíam liquidez em ativos líquidos. Permitiam assim que as instituições atuassem de maneira muito alavancada, com muito mais crédito do que eram capazes de captar (CECÍLIO, 2019). Nesse tipo de financiamento pelo mercado que passa a caracterizar o novo SMFI as agências de *rating* ganham muito destaque ao avaliar e classificar o risco dos ativos circulando.

Seria atribuição da auto-regulação manejar esses instrumentos, otimizando a alocação de recursos e aumentando a eficiência do mercado. No entanto, como a crise de 2008 ensinaria, esse sistema de alavancagem permite que perdas de ativo total tenham efeitos desproporcionais na solvência dessas instituições. Problemas com a liquidez desse mercado de financiamento a curto prazo poderia quebrar todo o sistema.

Em 1993 Walter já assinalava que todas essas inovações financeiras não seriam capazes de resolver os riscos em escala sistêmica, contribuindo, ao contrário, por disseminá-los ao modificar o comportamento coletivo. Ele pontua ainda que a volatilidade dos movimentos de capital e preços dos ativos vinha prejudicando o ajuste de desequilíbrios domésticos e internacionais. A dificuldade de supervisão prudencial em conjunto com a globalização e a securitização dos mercados financeiros turva progressivamente a balança de pagamentos das instituições financeiras, erodindo a relação entre devedores e credores de tal forma que, em uma recessão, o acesso a crédito pode se tornar escasso (WALTER, 1993:218). Para o autor, a fragilidade financeira do sistema exige um esforço coletivo para criar uma estrutura de regulação internacional.

Tavares e Melin (1997) também ressaltam o risco intra-sistêmico que o crescente caráter especulativo do mercado desenvolve a partir de 1988, deixando a disponibilidade de crédito e liquidez em qualquer parte do mundo à mercê da “ditadura do capital financeiro”.

Assim, a partir de 1992, com a desregulação cambial e financeira atingindo três continentes, o capital financeiro tem voado para todos os portos num jogo de cassino em que ganhadores e perdedores só têm contribuído para reforçar a posição financeira do dólar. Importa observar que nesse imenso cassino os jogadores individuais – empresas e bancos – podem quebrar-se uns aos outros, mas não podem quebrar a banca (TAVARES; MELIN, 1997:63).

Barry Eichengreen e Michael Mussa – à época respectivamente Conselheiro Senior de Política do FMI, e Economista Chefe e Diretor do Departamento de Pesquisa do FMI – elaboraram um estudo em 1998 quanto à liberalização financeira, principalmente da conta de capital e suas consequências para os países. Embora a abertura financeira e a mobilidade de

capital tenha benefícios consideráveis, como a diversificação de portfólio, o comércio intertemporal, a divisão de riscos e as maiores taxas de retorno, as principais conclusões que chegaram é quanto à necessidade de políticas de regulamentação e supervisão dos governos para conter a volatilidade do capital e as crises financeiras.

O debate quanto à capacidade dos mercados financeiros liberalizados de alocar eficientemente os recursos sem distorcer os benefícios diretamente aos seus participantes em detrimento do bem-estar geral já era uma preocupação então. A disciplina do mercado não seria capaz de conter a tomada de risco excessiva no setor. Os instrumentos derivativos e de securitização foram apontados como principais incentivadores à tomada de risco pelos investidores. Ademais, as tecnologias de informação contribuem na dinamização do mercado, deixando-o mais vulnerável a ações inesperadas de investidores e, conseqüentemente, a crises.

Segundo esse estudo, para prevenir grandes instabilidades seria necessário adotar políticas voltadas para regulação prudencial, com contabilidade, auditoria e supervisão das autoridades. Diminuir a atuação de bancos e intermediários agindo como “seguradoras” e imputar os riscos diretamente aos investidores também forneceria mais estabilidade ao sistema. Além disso, a cultura de garantias implícitas dos governos e bancos centrais ao atuarem como prestadores-de-última-instância teria que ser restringida, uma vez que estabeleciam um compromisso de preservar empresas financeiras independente do risco econômico que assumissem.

De fato, o número de bolhas e crises parciais aumentou substancialmente no SMFI dólar-flexível. Kindleberger e Aliber, ao relacionarem em 2005 as maiores bolhas financeiras desde o século XVII, incluíram cinco episódios que ocorreram a partir de 1984, entre os dez eventos selecionados:

1. A bolha dos bulbos de tulipas na Holanda em 1636;
2. A bolha do South Sea em 1720;
3. A bolha do Mississipi em 1720;
4. A bolha de preços de ações de 1927-1929;
5. O aumento dos empréstimos bancários para o México e outros países em desenvolvimento na década de 1970;
6. A bolha de imóveis e ações no Japão de 1985-1989;
7. A bolha de 1985-1989 em imóveis e ações na Finlândia, Noruega e Suécia;
8. A bolha em imóveis e ações na Tailândia, Malásia, Indonésia e vários outros países asiáticos de 1992-1997;
9. O aumento do investimento estrangeiro no México 1990-1993;

10. A bolha do mercado de balcão de ações nos Estados Unidos 1995-2000.

Esses fenômenos são recorrentes no sistema globalizado, mas não são exclusivos do padrão dólar-flexível. Porém, como observado anteriormente, a liberalização da conta de capitais, combinada com o sistema de flutuação de câmbio e taxa de juros e as inovações financeiras contribuem para o aumento de risco de uma atuação concertada do mercado. O potencial de contágio em um mercado financeiro tão integrado é extremamente alto, alcançando um caráter sistêmico que não era comum no padrão-ouro fora do período de guerras. Essas características tornam os países mais vulneráveis ao “terror do mercado”, no qual há paradas súbitas dos fluxos de capitais.

Muitas dessas bolhas e crises são efeitos colaterais da entrada dos países na globalização financeira. Em consonância com Tavares e Melin (1997) e Fiori (1997), o SMFI está em permanente processo de ajustamento, que é provocado pelos impactos que as contas externas americanas produzem sobre os demais países de maneira assimétrica. O mercado é o mecanismo em que esse ajustamento opera, obrigando cada ator, seja ele país, banco ou empresa, a se submeter às regras do jogo. A fragilidade desses atores no sistema é identificada pelo mercado como uma oportunidade de lucro, fazendo com que haja um ajustamento repentino. De modo similar, a posição de “privilégio extra exorbitante” norte-americana no topo desse sistema permite que os EUA tenham o poder de forçar o mercado a enquadrar determinado ator, seja através da taxa de juros ou de sanções econômicas frente a seus competidores.

O Consenso de Washington foi uma mera formalidade para explicitar as medidas a que os atores desse sistema já estavam sendo sujeitados. Nele o desenho estrutural do dólar-flexível neoliberal já se delineava de maneira clara: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros e câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, privatização das estatais, desregulamentação financeira e trabalhista e direito à propriedade intelectual.

Além disso, ainda de acordo com Kindleberger e Aliber (2005), as principais crises do período foram cambiais, causadas por especuladores e *hedge funds* que ganhavam dinheiro provocando uma corrida contra as moedas dos países. Isso ocorreu repetidamente em diferentes países, como na França em 1981, na Inglaterra em 1992, no México em 1994, no sudeste da Ásia em 1997, na Rússia e no Brasil em 1998.

Similarmente, o sistema gera bolhas sempre que uma nova inovação financeira se propaga, transbordando o mercado com um novo ativo supostamente de baixo risco. Em muitos casos, também esteve associado a mudanças nos condicionantes macroeconômicos do

sistema, por exemplo, um forte processo de valorização cambial. A maioria das bolhas do século XX esteve associada ao setor imobiliário e/ou às ações. Isso pode ser verificado na dívida latino-americana da década de 1970, na bolha de ações e crédito consumidor no Japão em 1989, na dívida latino-americana, russa e do sudeste da Ásia de 1994 a 2001, na crise da bolsa americana em 2000 e, finalmente, é o que também iremos observar na crise do *subprime* em 2008.

2.2. A CRISE SISTÊMICA

2.2.1 A CRISE DO SUBPRIME

Embora a eclosão só tenha ocorrido em 2007-2008, a maior crise sistêmica econômico-financeira desde 1929 vinha sendo progressivamente gestada a partir da década de 1990, na esteira das transformações e inovações que caracterizaram o período.

A partir da segunda metade da década de 90 sucederam-se uma série de crises cambiais e financeiras em vários países periféricos, que deram lugar a uma fuga de capital para os EUA, onde a valorização dos ativos financeiros confirmava a supremacia indiscutível do mercado de capitais de Nova York. A explosão acionária de Wall Street levou a um ciclo de fusões e aquisições em que os grandes bancos americanos se tornaram mega-instituições à escala mundial, superando de longe todos os seus antigos concorrentes europeus e japoneses. (TAVARES, 2009:2)

Os EUA, diferentemente do resto do mundo, vinham mantendo uma boa taxa de crescimento, impulsionado pelos ganhos de sua posição chave na economia mundial, ao alocar capital conforme seus interesses através da taxa de juros: o ethos social do *American dream* andava a todo vapor. Os níveis de investimento e consumo subiram vertiginosamente, elevando também o endividamento do Estado, das famílias, das empresas e dos bancos (TAVARES, 2009).

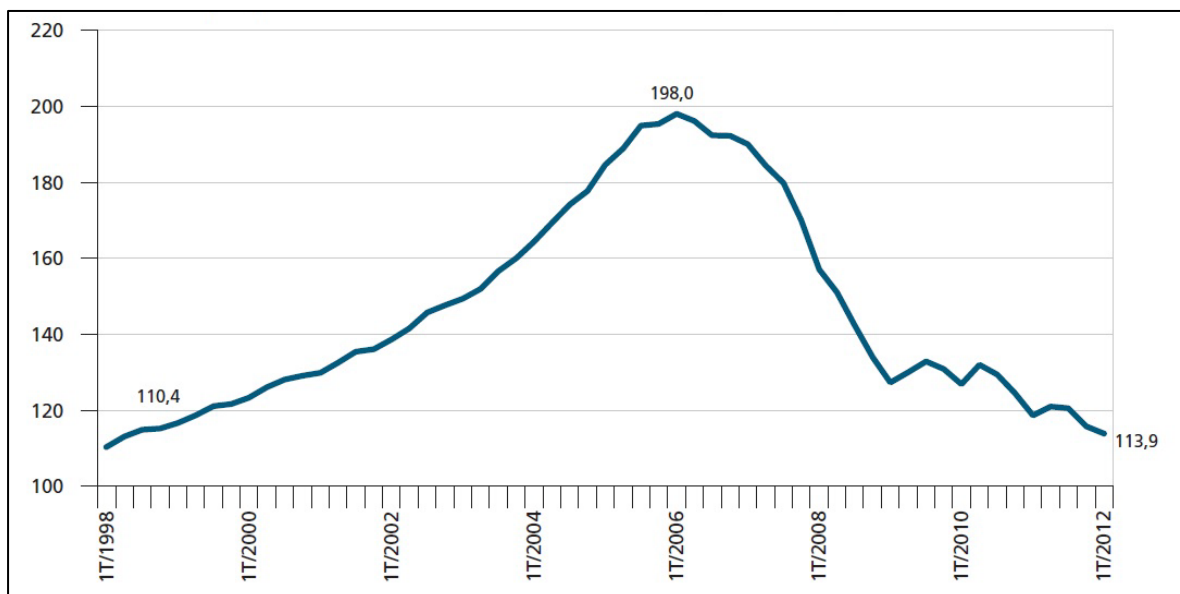
Nessa época houve uma expansão do setor imobiliário nos EUA, que manteve um crescimento próximo ao da inflação (TORRES FILHO, 2015), acompanhada de uma política habitacional para pessoas de baixa renda.

Concomitantemente, a bolha da internet que ocorreu na década de 2000 fez com que muitos investidores redirecionassem seus investimentos para um setor mais seguro e estável da economia: o imobiliário. Além disso, para atenuar as perdas que essa bolha e o atentado de 11 de setembro geraram, o FED passa a promover uma política de juros baixos, caindo de 6,4% a.a. em dezembro de 2000 para 1,8% a.a. em dezembro do ano seguinte, tornando as taxas de juros reais negativas até o final de 2005 (TORRES FILHO, 2015:18).

É importante salientar o papel dos influxos de capital estrangeiro para os EUA vindos de países com excedentes na conta corrente e grandes poupanças (HELLEINER, 2011). Esses capitais contribuíram na criação de condições de crédito barato, inundando o mercado de liquidez não somente em um nível macroeconômico mas particularmente no setor imobiliário, ao considerar títulos de agências financeiras paraestatais como a *Fannie Mae* e a *Freddie Mac*, ambas envolvidas com a securitização do mercado imobiliário e com garantias implícitas do governo federal americano, como principais e mais seguros ativos a serem adquiridos juntamente com os títulos do Tesouro norte-americano.

O resultado disso foi a maior alta do mercado de imóveis da história.

GRÁFICO 3 – Índice de preço real de imóveis nos EUA 1998-2012



Elaboração: TORRES FILHO (2015:18)

Nesse cenário, multiplicam-se os empréstimos hipotecários, que passam a ser ativos muito interessantes para o setor financeiro. Enquanto ativos de baixa liquidez, o mercado de securitização e de derivativos sobre elas torna-se intenso. Em particular, as hipotecas com elevado risco de crédito, oferecidas a pessoas em situação de vulnerabilidade social e denominadas de *subprime* (sub-ótimo), apresentam uma abundância de oportunidades aos que desejam obter lucro com a especulação.

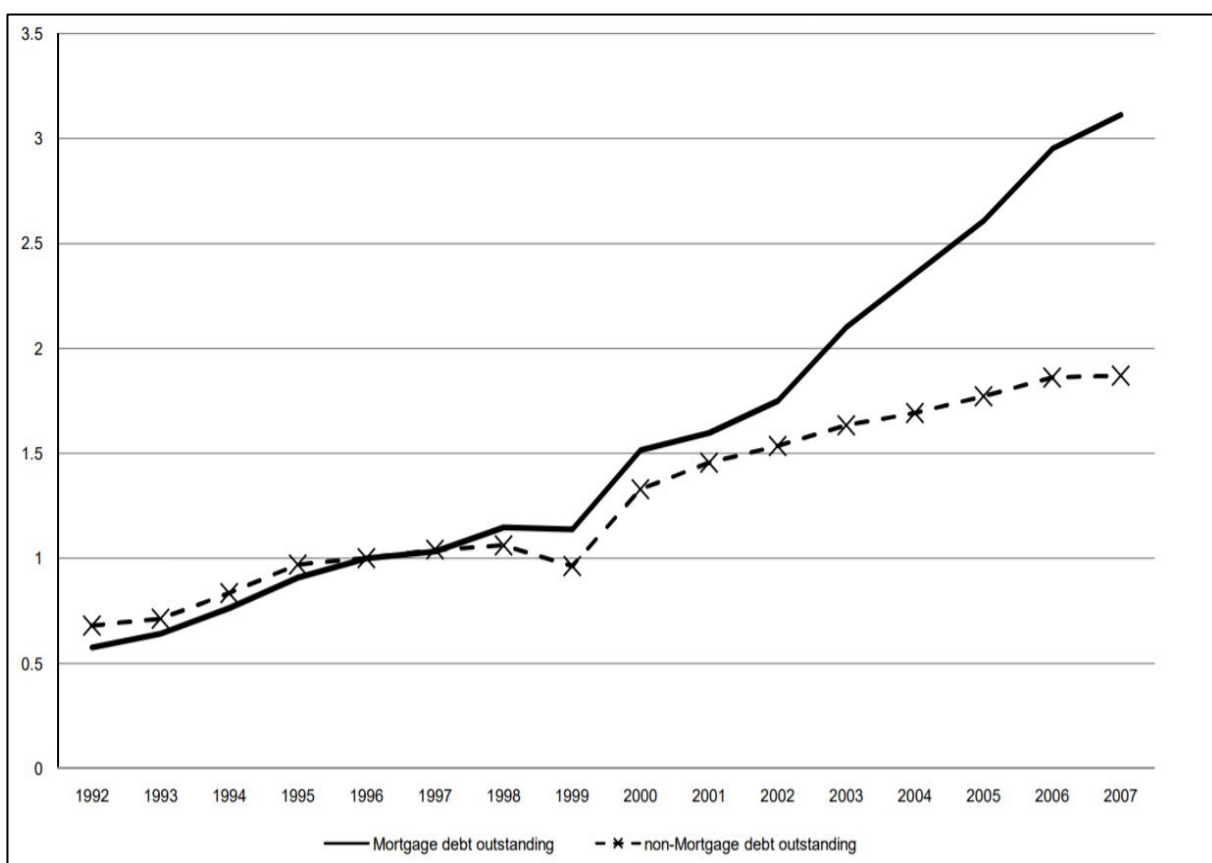
Normalmente é necessário comprovar capacidade de pagamento e demonstrar histórico de crédito positivo para adquirir o empréstimo hipotecário. Apesar disso, as hipotecas *subprime* são elaboradas de maneira atípica: são contratos de financiamento a longo prazo, nos quais há um período inicial de aproximadamente dois ou três anos com taxas de pagamento muito baixas ou com a obrigação de pagar apenas os juros relativos ao financiamento imobiliário, acessíveis a essas famílias sem renda, sem emprego e sem patrimônio (TORRES FILHO; BORÇA JR, 2008: 138). Passado esse estágio inicial, essas taxas aumentavam significativamente pela duração restante do contrato, que poderia ser de 27 a 30 anos.

Essas condições, juntamente com a baixa taxa de juros, tornavam esse tipo de contrato muito acessível. “Como resultado, o mercado de hipotecas – o mecanismo de financiamento imobiliário mais importante nos EUA – movimentou, entre 2001 e 2006, uma média anual de

US\$ 3 trilhões em novas operações, atingindo um máximo de quase US\$ 4 trilhões em 2003”. (TORRES FILHO; BORÇA JR, 2008: 135).

As pessoas com pouca condição socioeconômica conseguem moradias muito acima do seu padrão de vida. “Esse tipo de operação cresceu 25% por ano entre 1994-2003, aumentando dez vezes em 9 anos, sendo que mais da metade desses tomadores eram minorias, particularmente negros e hispânicos” Dados do *Federal Reserve Bank*, 2004. (PRADO, 2011:31). Em muitos casos, sequer tinham a documentação necessária para abertura de crédito, uma vez que não era incomum serem residentes ilegais ou com contratos inadimplentes anteriores (TORRES FILHO; BORÇA JR, 2008).

GRÁFICO 4 – Dívida hipotecária e dívida não hipotecária 1992 - 2007



Elaboração: MIAN; SUFI (2008).

O aumento da demanda pelas hipotecas valorizou os imóveis no mercado, já que eram os bens que garantiam as próprias hipotecas. Assim, os preços dos imóveis subiram de maneira gradual, enquanto a renda média das famílias caiu (MIAN; SUFI, 2008). Passado o período das baixas taxas iniciais, as famílias já não tinham mais condições de continuar pagando. Dessa forma, saíam dos imóveis, liquidando o financiamento imobiliário graças ao

princípio americano do *walk away*, que estabelece juridicamente que o débito pode ser quitado com a entrega (execução) do imóvel, sem penalidades adicionais. Em seguida, assumiam um novo empréstimo hipotecário em um imóvel diferente, voltando novamente ao período das taxas mais baratas iniciais do começo dos contratos, e assim sucessivamente.

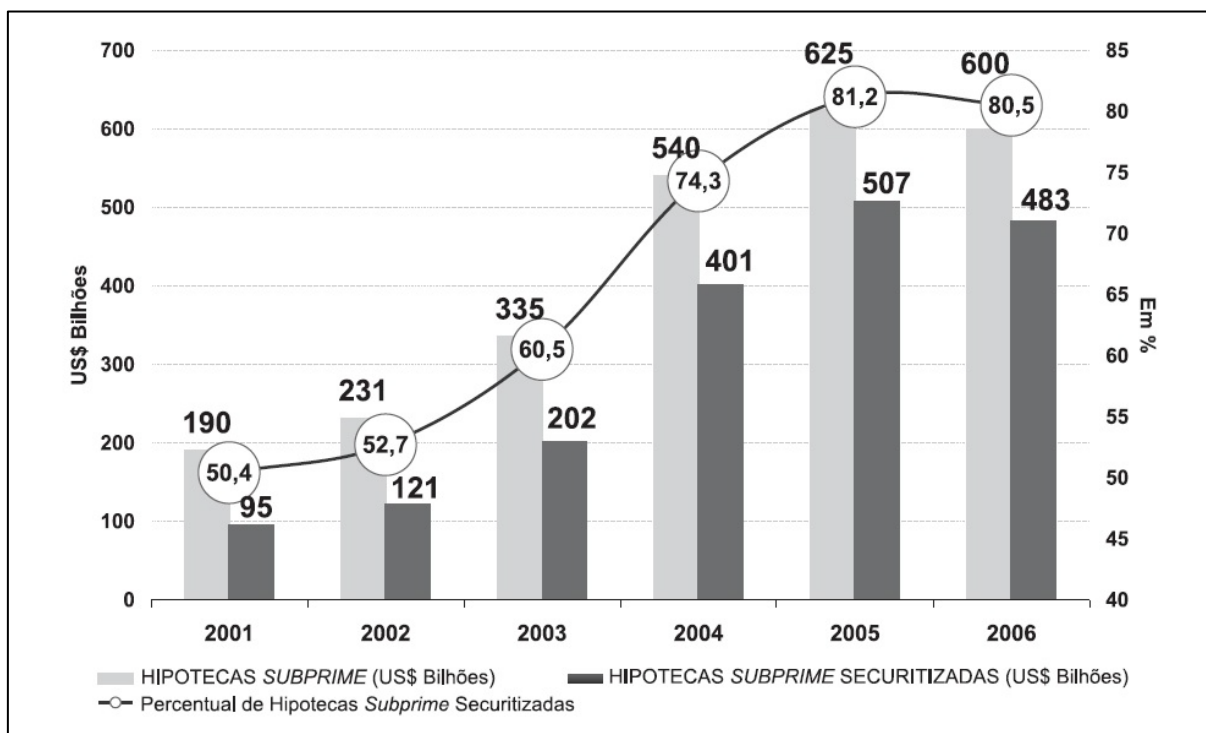
Antes, os bancos eram obrigados a assumir o risco da operação em caso de inadimplência. No novo sistema financeiro, entretanto, os altos riscos desse tipo de contrato poderiam ser repassados e mercantilizados através da securitização. Os bancos originavam as operações de financiamento imobiliário e distribuíam o risco vendendo esses créditos no mercado de capitais para investidores, como os *hedge funds*, companhias de seguro e fundos de pensão (TORRES FILHO; BORÇA JR, 2008).

Dessa forma, os bancos não precisavam atuar com cautela, já que os riscos dessas operações eram colateralizados a terceiros. Passam a rebaixar progressivamente os requerimentos para a concessão de crédito, além de não se preocuparem mais em evitar o crescimento dos pagamentos atrasados que poderia levá-los à falência (PRADO, 2011). Em seu impulso de gerar uma remuneração maior, realizam um volume cada vez maior de empréstimos hipotecários (HELLEINER, 2011). A crença na estabilidade do sistema e na sua habilidade de dispersar os riscos incentivou a tomada de operações menos prudentes, aumentando o risco moral associada a esses empréstimos.

Os derivativos também tiveram uma grande participação na escalada dessa prática, já que, na tentativa de financiar o crescimento das hipotecas e securitizações, agentes privados repassavam esses créditos no mercado de capitais para obter os recursos necessários. Instituições financeiras, grandes bancos universais e corretoras foram os principais responsáveis pela generalização da prática (TORRES FILHO; BORÇA JR, 2008).

Como visto na seção anterior, os derivativos de crédito emitem novos títulos de dívida com valores que derivam de outros títulos já existentes, nesse caso, as hipotecas *subprime*. A securitização e os derivativos formam um mercado secundário e terciário a partir das hipotecas, aprofundando em vários níveis o financiamento da dívida através da emissão de títulos.

credit risks were also hedged via new kinds of derivatives, most notably the credit default swap (CDS). This product was invented in 1991, and it effectively insured holders of bonds against the risk of default (by offering to pay the buyer of the CDS contract the full value of the bond on which the CDS contract was written in the event of a default). Many buyers of CDSs did not in fact own the underlying bond but simply wanted to speculate on the likelihood of default on specific bonds. A large market was even created before the crisis in CDS contracts based on indexes of bonds. By the end of 2007, the size of CDS contracts had grown dramatically to a gross nominal value of more than \$60 trillion (HELLEINER, 2011:70)

GRÁFICO 5 – Evolução do percentual de hipotecas *subprime* securitizadas 2001-2006

Elaboração: TORRES FILHO; BORÇA JR (2008:137) baseado em Wray (2007).

Assim, a “arquitetura financeira” montada para sustentar esse quadro inicia-se através da transferência de vários contratos de hipoteca para um único fundo de investimentos, os *mortgage pools*. Esse fundo emite diferentes classes de cotas, cada uma com uma taxa de retorno distinta de acordo com o risco assumido. Desse modo, quanto mais arriscado, maior a rentabilidade. Essas taxas são calculadas por agências de *rating*, empresas que as classificam através de modelos estatísticos de gestão de risco, dando credibilidade à operação ou à instituição referida (TORRES FILHO; BORÇA JR, 2008:141).

Essas cotas eram divididas em três grupos principais no mercado de capitais. O primeiro grupo era o de baixo risco, negociada diretamente com os investidores. O segundo, de risco médio, era transferido para os fundos de *Collateralized Debt Obligations* (CDO), que é um instrumento financeiro lastreado em hipotecas já securitizadas.

O terceiro grupo era o de grande risco, submetidos a um novo processo de transformação financeira através de derivativos de crédito para melhorar sua classificação de risco (TORRES FILHO; BORÇA JR, 2008). Essa última que assumiria as primeiras perdas em caso de atraso ou inadimplência, funcionando como amortecedores de risco para os demais investidores. Caso as perdas superassem o valor desse aporte, a classe seguinte de investidores assumiria as perdas, e assim sucessivamente até que chegasse à classe de menor risco, que só teria perdas se as anteriores tivessem prejuízos integrais.

O *pool* de ativos financeiros reunia hipotecas de diferentes regiões e a prioridade do pagamento era determinada em cascata (sendo que prioridade significa um maior *rating*). A forma como essas operações eram estruturadas fazia com que a maior parte desses títulos recebesse elevada classificação das Agências de Risco. O modelo pressupunha que a probabilidade de uma elevada inadimplência no conjunto do país, acompanhada de uma queda do preço dos colaterais, também, no conjunto do país, era remota. (PRADO, 2012: 32).

Os fundos de CDO, além de contribuir para a diluição dos riscos, também reduzia o custo da captação de créditos, já que sua carteira era composta com diferentes títulos de dívida (como empréstimos estudantis, cartões de crédito, financiamento de automóveis, etc) e utilizava diferentes instrumentos financeiros. Tanto os títulos quanto esses fundos eram classificados como de baixo risco pelas agências de *rating*, que, segundo Helleiner (2011:70), “often issued overly positive ratings because they too found it difficult to evaluate risks accurately and/or because of various conflicts of interest (e.g., they were paid by, and relied on information from, the issuers)”. Destarte, muitas dívidas desses fundos originavam novos títulos.

Já as cotas de maior risco eram transferidas para as Empresas de Propósito Específico (EPE), criadas pelos bancos para emitir títulos de curto prazo lastreados nas hipotecas, chamados *asset backed commercial papers*, e garantidos por linhas de crédito fornecidas pelos próprios bancos. (TORRES FILHO; BORÇA JR, 2008: 144).

Todos esses instrumentos elevaram demasiadamente a alavancagem dos bancos, ao mesmo tempo em que transferiam o risco para agentes cada vez mais afastados da fonte original, aumentando a complexidade e obscuridade das operações, já que as EPEs também serviam para mascarar os balanços das instituições financeiras, desagregando os ativos dos passivos ao receber a pior parte da carteira de crédito *subprime*, ficando de fora da tesouraria dessas instituições e assim permitindo que a avaliação de suas carteiras não fosse prejudicada apesar de suas práticas.

(...) the far-flung diffusion of MBSs and CDOs also intensified the panic because of widespread uncertainties about which institutions actually held these products and what their levels of exposure were. The lack of transparency was only compounded by the opacity of the enormous OTC derivatives markets. At the time of Lehman’s collapse, for example, no one knew the precise size of the CDSs on its bonds or who held these contracts. As Tett (2009, p. 226) puts it, “the CDS market had turned into a vast, opaque spider web of deals in which banks, shadow banks, and brokers alike had become dangerously ensnared, interlinked by fear.” (HELLEINER, 2011:71).²²

²² MBS: mortgage backed security
CDO: collateralized debt obligation
CDS: credit default swap
OTC: over-the-counter

Essa espécie de sistema só poderia funcionar com ampla oferta de crédito. A partir do momento que o governo americano aumenta gradativamente a taxa de juros a partir de 2005 para reverter o *boom* da inflação dos bens e serviços e dos ativos – incluindo os preços dos imóveis residenciais e o processo de especulação – o frágil equilíbrio sobre o qual todos esses instrumentos se erguiam desmorona (TORRES FILHO, 2015). Com menor crédito, as condições para renegociação das hipotecas se enrijecem, diminuindo a demanda e os preços dos imóveis. Assim, as taxas de inadimplência e de execuções das hipotecas aumentam (TORRES FILHO; BORÇA JR, 2008).

A liquidez necessária para esse processo expansionista é enxugada, e da mesma forma que os derivativos e a securitização alavancam o sistema, também são os primeiros instrumentos a sofrer com essa retração. Dessa forma, os ativos de curto prazo obtidos através desses instrumentos para financiar as posições em ativos de hipoteca passam a ser vistos com desconfiança no mercado, gerando uma corrida financeira para se livrar deles entre os investidores que joga o valor desses ativos para baixo. A estruturação das operações gera, conforme foi visto, um efeito dominó no sistema, começando com as de maior risco, mas que progressivamente vai contaminando todo financiamento no qual as hipotecas *subprime* se apoiavam.

Inicialmente, são as instituições financeiras que atuam nesse mercado as primeiras a sofrer grandes perdas. Na década que antecedeu a crise, os principais atores desse mercado eram os bancos de investimento *Goldman Sachs*, *Morgan Stanley*, *Lehman Brothers*, *Merrill Lynch* e *Bear Stearns*; os conglomerados financeiros *Citigroup* e *JPMorgan*; as companhias de seguro *AIG*, *MBIA*, *AMBAC*; e as agências de classificação de risco de crédito *Moody's*, *Standard & Poors* e *Fitch*.

No primeiro semestre de 2007, dois *hedges funds* hipotecários do *Bear Stearns* entram em crise, juntamente com a *New Century Financial Corporation*, segunda maior empresa de hipotecas *subprime* dos EUA, que começa a entrar em processo de falência.

Ben Bernanke, à época presidente do FED afirmou que “(...) *the effect of the troubles in the subprime sector on the broader housing market will likely be limited, and we do not expect significant spillovers from the subprime market to the rest of the economy or to the financial system*” (apud TORRES FILHO, 2011: 59). Ainda se acreditava que o mercado se auto-regularia, ajustando os excessos do setor.

No segundo semestre do mesmo ano, a instituição financeira internacional *BNP-Paribas* se encontra em situação semelhante. *Hedge funds* em Londres começam a fechar as portas, enquanto bancos alemães e suíços anunciam prejuízos no setor. Grandes bancos como

o *Citigroup* tiveram perdas elevadas em operações relacionadas aos créditos *subprime* não registradas nos balanços, nas EPE, que, por sua vez, escalaram a classificação de risco dessas instituições, contribuindo para o alastramento da desconfiança de solvência do sistema bancário norte-americano (PRADO, 2011). A desvalorização dos ativos começou a afetar todo o mercado de crédito e as bolsas de valores. Investidores com ações na *Fannie Mae* e na *Freddie Mac* sofreram prejuízos elevados.

A crise começava a demonstrar sua potencialidade sistêmica. As autoridades governamentais começam a tomar providências para desacelerar a crise do setor. Além de baixarem a taxa de juros, aumentaram a linha de redesconto do setor financeiro, e criaram programas de liquidez.

Entre eles podem-se destacar: US\$600 bilhões para a compra de títulos visando apoiar os investidores dos “fundos do mercado monetário”; US\$500 bilhões para a compra de títulos lastreados em hipotecas; US\$100 bilhões em dívidas da *Fannie Mae* e da *Fred Mac*. O Congresso aprovou, por iniciativa democrata, a Lei de Estímulo Econômico de Fevereiro de 2008 cujas principais medidas foram de renúncia fiscal. De abril, quando começou a devolução de impostos, até dezembro de 2008, foram devolvidos milhões de cheques no valor total de US\$96 bilhões. Foi também proposta renúncia fiscal para estimular os investimentos e a ampliação no valor das hipotecas com cobertura financeira semi-oficial. (TAVARES, 2009:4)

Em março de 2008, a situação se grava com a falência do *Bear Stearns* e seu resgate em esforço conjunto do *JPMorgan* e do FED, que estendeu linhas de crédito e estabeleceu assim uma importante indicação regulatória ao resgatar uma instituição fora de sua jurisdição (TORRES FILHO; BORÇA JR, 2008). A leve recuperação econômica nesse período elucida a suposição governamental, segundo a qual “o Secretário do Tesouro americano, Henry Paulson, anunciou à imprensa: ‘O pior (da crise) provavelmente já passou’”(TORRES FILHO, 2011:60).

Em setembro vem a fissura final que deflagra um pânico generalizado no sistema financeiro: a quebra do *Lehman Brothers* e da *AIG*, e conseqüente decisão governamental de não socorrer o banco e suspender em massa os empréstimos do FED em uma tentativa e diminuir o risco moral do mercado, uma vez que “a visão de que não existe nenhuma instituição suficientemente grande e complexa que não possa ir à falência, é uma versão neoliberal extrema de que todas as soluções devem ser buscadas pelo ‘livre’ funcionamento do mercado” (TAVARES, 2009:12).

A partir desse momento, há uma debandada para a liquidez a qualquer custo, congelando as operações e fazendo com que o preço dos ativos despencasse e o crédito

desaparecesse (PRADO, 2011). A economia real foi afetada imediatamente com quedas significativas do investimento, do consumo e da produção em uma espiral deflacionária.

Um indicador da importância da economia norte-americana e do papel do dólar no mundo é a corrida que se seguiu após o estouro da crise pelos títulos do Tesouro Americano como ativo líquidos de última instância na economia mundial (PINTO, 2011). Apesar da crise, os títulos norte-americanos continuaram sendo a principal reserva de valor do mundo.

Os países emergentes mais endividados foram fortemente atingidos pelo contágio através dos mercados. O efeito em cascata sistêmico levou a um verdadeiro curto-circuito da economia mundial, causando crises de débito e crédito em diversos países e prejudicando as importações e exportações de diversos setores.

o ano de 2009 foi marcado por uma retração econômica sem precedentes. A economia mundial encolheu quase 1%, puxada por uma redução média do PIB dos países industrializados de 3,7%. O comércio internacional encolheu mais de 10% e os preços das commodities chegaram a menos da metade do seu valor em junho de 2008. (TORRES FILHO, 2011: 61)

A queda violenta do preço das commodities fragilizou o comércio de países emergentes dependentes da exportação de petróleo e gás, assim como a queda das manufaturas no Leste Asiático (TAVARES, 2009). Vários desses países, sobretudo da América Latina e do Leste Europeu foram obrigados a recorrer ao FMI devido ao colapso do crédito bancário internacional. As filiais dos grandes bancos internacionais presentes nesses países também passam a remeter seus lucros para as matrizes, em uma tentativa de mantê-las em funcionamento e, ao mesmo tempo, acabam aprofundando a precariedade desses países.

A intervenção governamental assertiva em ampla escala passa a ser, além de única alternativa, uma necessidade emergencial desesperada. Os efeitos desastrosos da crise evidenciaram a facilidade com que o sistema inteiro pode ruir quando o mercado é deixado a sua própria (des)regulação.

2.2.2 O GERENCIAMENTO DA CRISE

A política norte-americana teve um papel crucial para a recuperação econômica, sendo a atuação do FED e do Tesouro Americano essenciais na administração da crise. Enquanto epicentro da economia e conseqüentemente da crise mundial, a política nacional dos EUA teve reflexos cruciais também no resto do mundo. Reerguer a economia norte-americana significava, portanto, garantir o funcionamento do sistema. O papel central do dólar, das instituições financeiras e dos mercados norte-americanos faz com que uma instabilidade

internacional sistêmica seja uma grande vulnerabilidade ao poder geoeconômico dos EUA, tornando o gerenciamento da crise uma prioridade vital (HELLEINER, 2014).

Ademais, compreender as necessidades internas elucidada também a postura norte-americana em sua política externa e em sua estratégia geoeconômica adotada no período. Em um contexto de crise, Obama identifica uma necessidade de reestruturação interna, portanto, prioriza uma política externa menos agressiva para poder focar em questões estruturais dos EUA (DUECK, 2015).

Quanto às medidas tomadas a nível nacional, deu continuidade à intervenção patrimonial em instituições financeiras e não-financeiras através da compra de ativos ilíquidos dessas instituições pelo Tesouro e o FED, e às operações de crédito iniciadas no governo anterior.

É nesse escopo que é anunciado o *Financial Stability Plan* (FSP). Nesse plano é lançada a criação de um fundo fiduciário para reforçar o capital dos bancos e para realizar “testes de stress” capazes de medir a resistência à vários cenários de crise dos vinte maiores bancos norte-americanos, aumentando a participação do Tesouro nos mais vulneráveis. Há ainda a criação de um fundo de participação público-privado para leiloar os ativos tóxicos dos bancos a investidores privados, com uma participação acionária minoritária do Tesouro. Por fim, foi criada uma linha para compra de novas dívidas securitizadas que permitisse às instituições financeiras recompor sua liquidez e crédito através de empréstimos para novos clientes (TAVARES, 2009).

O pacote específico para o setor imobiliário criado pelo governo americano foi o *Homeowners Affordability and Stability Plan* (HASP), cujas medidas incluem flexibilizar regras para permitir o financiamento dos contratos a baixas taxas de juros, oferecer incentivos a credores para aliviar os devedores em situação de inadimplência ou a execução das moradias, e ampliar o papel da *Fannie Mae* e *Fred Mac* no fomento imobiliário e permitindo que ampliem a carteira de hipotecas.

Expandiu também o *Troubled Asset Relief Program* (TARP) do governo anterior, programa do Tesouro Americano para resgatar instituições financeiras, passando a incluir também as famílias afetadas pela crise e a reestruturação da indústria automobilística e de pequenas empresas. Dessa forma, recapitalizou o sistema e deu ao governo autoridade para recuperar quaisquer retornos da compra de ativos e investimentos feitos pelo programa.

A rápida atuação de Obama desde o início de seu mandato visava estimular a economia norte-americana e reverter a situação de recessão do país, adotando diversas estratégias anticíclicas.

Dentre elas, adotou uma política monetária expansionista que baixou significativamente a taxas de juros na tentativa de dinamizar o mercado de crédito e a atividade econômica (PINTO, 2011). Além disso, aproveitando-se do clima político de aprovação popular e maioria no Congresso, conseguiu levar adiante importantes medidas fiscais expansionistas com aumento de gastos e renúncia tributária.

O *American Recovery and Reinvestment Act* (ARRA) de fevereiro 2009 foi um dos projetos mais significativos que pautaria a ação anticíclica, e consistiu em um pacote de investimento público em educação, saúde, tecnologia, energia e infraestrutura.

Com o *Recovery Act*, Obama adotava um conjunto de medidas anti-cíclicas, cujo foco imediato seria conter o desemprego, combater o declínio no consumo e a insegurança dos empresários, estabilizar o sistema financeiro, e promover liquidez e crédito para retomar o consumo. Seu resultado foi alcançado nos primeiros trimestres subsequentes ao plano, por meio da contenção dos índices de desemprego e do impacto positivo da ação governamental para o crescimento do PIB e entrada da economia em rota de recuperação da recessão. Não obstante, o principal objetivo com as medidas do *Recovery Act* era o de impulsionar atividades e investimentos de longo prazo capazes de dar novo fôlego à economia norte-americana. (MOREIRA JR, 2017:24).

Os programas sociais desenvolvidos pelo ARRA vão ao encontro das promessas de campanha de Obama, marcadas por discursos em prol da democracia, da restituição de políticas sociais de saúde e educação, e da reconciliação partidária. Obama foi eleito justamente sob a promessa de mudança e de recuperação econômica, simbolizados pelos seus slogans “*Yes, We Can*” e “*Change We Can Believe In*” (PECEQUILO, 2013).

No ARRA, estendeu benefícios através do *Medicaid*, programa de saúde para a população de baixa renda, além de compensações de auxílio desemprego, programas de alimentação e de proteção social aos trabalhadores de baixa renda. Além disso, um dos pontos mais importantes dessa medida foi a renúncia fiscal com restrições para declarantes com renda mais elevadas, com aumento do desconto por número de crianças e despesas escolares e com tratamento favorecido aos que se utilizarem do seguro desemprego, à famílias de baixa renda com três crianças ou mais e aos que comprarem o primeiro automóvel (TAVARES, 2009). Com isso buscava também combater a retração do poder de consumo da população doméstica.

Também investiu em programas de inovação, desenvolvimento científico e tecnológico, estimulando o aporte de recursos para ensino de ciências, pesquisa, e capacitação profissional. O objetivo era impulsionar os setores estratégicos para o governo, visando autonomia e independência energética através de fontes renováveis e aumento da competitividade industrial do país no mercado internacional, principalmente em bens

manufaturados de alta tecnologia e produtos de maior valor agregado. “O mote seria a criação de uma estratégia que conjugasse objetivos econômicos com demandas sociais do país” (MOREIRA JR, 2017:26). Assim, seria capaz de garantir a posição hegemônica dos EUA na economia mundial, além de manter a liderança do ciclo sistêmico.

De acordo com o documento *Economic Report of the President* de 2017 do Conselho de Assesores Econômicos (CEA), o efeito dessas medidas foi significativo na melhora do desempenho da economia. A taxa de desemprego caiu consistentemente, e o Produto Interno Bruto (PIB) voltou a crescer.

Recovery Act saved or created about 6 million job-years (where a job-year is the equivalent of one full-time job for one year) through 2012 and raised the level of GDP by between 2 and 2.5 percent in FY 2010 and part of FY 2011. (...)in the absence of policy actions by the Bush and Obama Administrations, Congress, and the Federal Reserve, the peak-to-trough decline in real GDP would have been nearly 14 percent (instead of 4 percent), the unemployment rate would have risen to nearly 16 percent (instead of 10 percent), and real output would have contracted for 13 quarters (instead of six). (COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS, 2017:41)

Dessa forma, observa-se que as principais estratégias econômicas adotadas pelo governo Obama estiveram centradas na tentativa de reaquecer a economia, intervindo ativamente através de políticas fiscais e monetárias expansionistas, injetando liquidez no sistema financeiro, resgatando bancos e instituições financeiras, e, no limite, estatizando empresas. Muitas dessas medidas seriam seguidas de perto pelos países do resto do mundo, seguindo a liderança americana, especialmente na Europa e no Japão, principais atingidos e com posição mais aproximada da centralidade do sistema. A queda do nível de atividade sobre as contas públicas nos países mais avançados provocou um aumento generalizado de déficits.

A falta de supervisão adequada para impedir a crise gerou pressões para uma maior regulação financeira, uma vez que foi justamente a política de desregulamentação adotada para proteger os lucros do setor financeiro que permitiu o constante aumento da tomada de riscos através das inovações financeiras. A principal interpretação da crise, compartilhada pelas correntes mais tradicionais

imputa a responsabilidade à problemas de risco moral, facilitada pela ação regulatória do Estado, por políticas monetárias excessivamente frouxas e pela irresponsabilidade de alguns agentes do mercado. Variações dessa interpretação foram sustentadas pela *Financial Crisis Inquiry Commission*(FCIC) instituída pelo Congresso Norte-Americano e é o diagnóstico implícito no *Trouble Asset Relief Program* (TARP), apoiado pelos secretários do tesouro de Bush (Henry M. Paulson) e de Obama (Timothy Geithner). (PRADO, 2011:35)

Obama, em um discurso proferido na Casa Branca em 17 de julho de 2009, chega a afirmar que

It is an indisputable fact that one of the most significant contributors to our economic downturn was a unraveling of major financial institutions and the lack of adequate regulatory structures to prevent abuse and excess. (...)Where there were gaps in the rules, regulators lacked the authority to take action. Where there were overlaps, regulators lacked accountability for their inaction. An absence of oversight engendered systematic, and systemic, abuse. (...) So today, my administration is proposing a sweeping overhaul of the financial regulatory system, a transformation on a scale not seen since the reforms that followed the Great Depression. (OBAMA, 2009)

O tema da regulação passaria a estar em pauta não somente no discurso nacional, como também seria recorrentemente proferido pelos líderes mundiais nos principais fóruns econômicos internacionais, uma prática sem precedentes desde o sistema de Bretton Woods.

No âmbito nacional, engendrou a iniciativa da lei federal *Dodd Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act* de 2010 para supervisionar o sistema financeiro e identificar riscos; assegurar a transparência e prestação de contas das instituições financeiras; restringir as ações especulativas; redefinir os marcos regulatórios das operações de securitização; criar autoridade para aplicar multas às agências de *rating* e supervisioná-las; desenvolver um sistema de liquidação mais seguro para os bancos universais; fortalecer o poder regulatório e discricionário do FED e gerenciar melhor os riscos das instituições financeiras para evitar o contágio (FREDDO, 2013:224). A ideia seria gerir microeconomicamente os riscos para impedir que se ampliassem na esfera macro.

Ainda, a *Dodd Frank* reforça a adoção da *Volcker Rule* na nova legislação financeira americana, que sujeita os bancos a grandes limitações de alavancagem ao realizarem operações proprietárias por conta própria. Isso significa que essas instituições passam a ser obrigadas a aumentar a relação entre seu capital próprio e o total de seus ativos, restringindo assim seu comportamento imprudente e especulatório que possa prejudicar seus clientes e a economia (TORRES FILHO, 2011). A crise botou definitivamente à prova a noção neoliberal de que esses bancos seriam grandes demais para quebrar.

É importante ressaltar, no entanto, que todas essas medidas passaram por disputas políticas, e serviram para aumentar o clima de tensão no país. O resgate às instituições financeiras, embora essenciais para impedir o colapso da economia, gerou grande insatisfação popular. Imputar responsabilidade de internalizar os custos econômicos e sociais do risco de crise sistêmica às instituições financeiras e agentes de mercado e retirar esse fardo dos pagadores de impostos e governos passou a ser uma reivindicação recorrente.

Dentre as consequências mais perversas da crise, o aumento das desigualdades e do desemprego prejudicou a coesão social americana, acirrando o debate quanto ao tamanho do Estado e o papel dos programas sociais entre diferentes grupos da sociedade, que acabou por se estender para as disputas políticas entre Republicanos e Democratas (PINTO, 2011). Obama enfrentou uma perda da maioria do Congresso nas eleições de meio de mandato, o que dificultou a adoção de medidas mais profundas, especialmente de novos instrumentos fiscais.

Apesar de haver evidências fortes de que na raiz da crise atual está o abandono da ordem econômica, inspirada em princípios keynesianos, e a implantação de uma ordem liberal, mais parecida com a vigente no período anterior a 1930, na opinião pública a percepção é outra. A visão majoritária na opinião pública norte-americana é de que a dívida pública, surgida da socialização das perdas do setor financeiro, é produto da irresponsabilidade de um Estado gastador. Diferente da década de 1930, quem está hoje na ofensiva são os republicanos, principalmente sua ala mais conservadora, representada pelo Tea Party. Nas condições atuais, a capacidade de usar política fiscal como um instrumento anticíclico, está muito reduzida. (PRADO, 2011: 37)

De fato, esses setores parecem desconsiderar a natureza financeira da transmissão da crise para o déficit público, evidenciado pelas ações governamentais de assumir grande parte dos passivos dos sistemas bancários através de injeções de capital, participações acionárias e empréstimos, medidas essas que produziram um salto na relação entre a dívida pública e o PIB em diversos países (TORRES FILHO, 2011:65). Como será observado no próximo capítulo, o aumento dessas disputas narrativas quanto à crise e às políticas econômicas permearão as eleições de 2016 de maneira expressiva.

No âmbito internacional, o FED atuou ativamente como um emprestador-de-última-instância, injetando liquidez e gerando uma abundância de dólares no mercado mundial (TORRES FILHO, 2014). Fazendo acordos bilaterais, estabeleceu linhas de *swap* para países sistemicamente importantes, no intuito de ajudar as autoridades nacionais a fornecer liquidez a empresas e mercados que ficariam estranguladas com a falta de dólares²³ de maneira mais rápida e atrativa do que o FMI (HELLEINER, 2014: 39).

Essas linhas permitiam aos bancos centrais venderem suas moedas nacionais ao FED em troca de dólares, com a promessa de comprar a moeda de volta junto com os juros na mesma taxa de câmbio em uma data futura especificada. Muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento foram auxiliados dessa maneira, como Brasil, México, Singapura, Coreia do Sul, Japão, Inglaterra, Austrália, Canadá, Suécia, Suíça, Nova Zelândia, Noruega, Dinamarca,

²³ Oferecer liquidez na moeda nacional provocaria uma depreciação da mesma, uma vez que os fundos teriam que ser trocados por dólares para serem úteis.

assim como a União Européia. Ademais, o Tesouro Americano também ajudou instituições financeiras estrangeiras ao permitir que alguns fundos do TARP fossem direcionados a suas filiais em outros países (HELLEINER, 2014).

A agenda de governança econômica global tomou um novo caráter durante o gerenciamento da crise de 2008. Evidenciou-se ainda mais a necessidade de uma coordenação internacional mais ampla, uma vez que os principais afetados foram os países do centro, possibilitando um ganho de força política aos países em desenvolvimento.

Além dos tradicionais pilares do SMFI – o FMI e o BM – o G20 assume uma maior relevância enquanto fórum econômico global, reunindo lideranças de 19 países mais a União Europeia e criado em 1999 com o intuito de debater soluções para as instabilidades financeiras que deflagraram nos países em desenvolvimento nessa década.

Esse maior protagonismo do G20 e dos países emergentes aponta para uma preferência pelo governo Obama de legitimar uma ação multilateral. Para entender essa tomada de posição é preciso considerar, por um lado, os reflexos da trajetória política nacional do presidente, e, por outro, o caráter extremamente estratégico dessa postura para o momentum da crise.

O primeiro ponto diz respeito ao clima político no qual Obama chega à presidência. No começo de seu primeiro mandato, ele contava com apoio tanto do Congresso quanto da população, o que possibilitava uma margem maior para implementar as políticas expansionistas discutidas e se ater às promessas de mudança e de combate à crise pelas quais ele foi eleito.

O aumento das tensões no Congresso quanto a essas medidas resultou numa perda de força política e do apoio popular de Obama, deixando-o na encruzilhada política de ter que conciliar as agendas democrata e republicana e concomitantemente retirar o país da crise econômica (PINTO, 2011). Na política internacional, isso se traduz de forma semelhante quanto à liberdade de atuação do presidente nos fóruns internacionais.

Apesar dessa postura e medidas internas unilaterais como de emissão de moeda, o Presidente Obama participa das reuniões do G20 financeiro desde 2009. Todavia, comparando os discursos de 2009 (primeiro encontro do qual Obama participou como Presidente) e do último encontro em Los Cabos, México, 2012, nota-se uma significativa diferença. (...). A forte oposição à Obama levou à crise do orçamento em 2011, com o Congresso se recusando a aprovar o balanço anual das contas públicas e futuros investimentos. Em 2009, prevaleceu um Obama mais “multilateral” e decidido a mudanças, em 2012, uma atitude mais “pragmática e focada” (PECEQUILO, 2014:169)

Quanto ao segundo, o governo norte-americano usou a demanda dos países emergentes para maior participação na governança global como ponto de barganha para expandir os fundos de reserva do FMI, necessários para fornecer liquidez e estabilizar a crise (BARCELLOS, 2017). O condicionante era que os países emergentes contribuíssem com capital para o fundo.

Posteriormente, no entanto, essas promessas ficam embargadas no Congresso norte-americano, paralisando as iniciativas e frustrando as expectativas dos emergentes. Dessa forma, o governo norte-americano consegue em um primeiro momento prevenir divisões na estrutura financeira multilateral, garantindo a cooperação e engajamento desses países para amenizar a crise e seus interesses nacionais, ao mesmo tempo em que garante a manutenção de seu poder geoeconômico no SMFI.

The recognition of G-20 as the main forum of global economic governance was a strategical action engendered by developed countries to co-opt developing and emerging economies to a project of joint political coordination that would benefit the former on taking advantage of the latter's better economic situation. The United States was the leader of the strategy of coopting the emerging countries' claim to more power in decision-making within the international financial institutions. This cooptation would guarantee the U.S. reinforced its hegemonic control of the international financial architecture, whose fundamental pillars are the IMF and the World Bank. (BARCELLOS, 2017:72).

Houve ainda nesses fóruns a principal disputa gerada pela crise: a necessidade de uma reforma também nos dispositivos de regulação financeira do SMFI. A expectativa da comunidade internacional era grande, principalmente devido aos desafios do centro de fazer valer os interesses privados frente à crise graças à perda de poder político desses atores e falta de credibilidade da ideologia de *laissez-faire* das políticas neoliberais nesse momento (HELLEINER, 2014: 96-99).

Ainda em 2008, os países emergentes e a União Europeia, à exceção do Reino Unido, impulsionam essas iniciativas a despeito de uma resistência inicial dos EUA a se comprometer com as regulações perdendo assim autonomia política (BARCELLOS, 2017). No entanto, no início do governo Obama, há uma maior aceitação às negociações sobre a política regulatória, pouco depois da implementação da lei *Dodd Frank* nos EUA.

Em abril de 2009 os líderes do G20 fazem uma declaração anunciando sua intenção de desprender um amplo esforço internacional para a reestruturação do SMFI, uma vez que as falhas no setor financeiro foram reconhecidas como a causa fundamental da crise econômica. Nessa declaração, o G20 estipula a criação do que seria depois chamado de quarto pilar da arquitetura econômica mundial, o *Financial Stability Board* (FSB), que juntamente com o

FMI, o BM e a Organização Mundial do Comércio (OMC), ajudaria a fortalecer a governança da regulação financeira internacional.

Na mesma oportunidade anunciaram ainda o Basileia III, conjunto de propostas dessa nova regulamentação financeira para reforçar a confiabilidade e estabilidade do SMFI, que visava reformar os acordos predecessores²⁴. Esse acordo incluía um aumento na quantidade e qualidade de capital requerido para os bancos, além de incluir regras sobre liquidez para ajudar a proteger os bancos em tempos de instabilidade no mercado.

Nesse sentido, o novo arcabouço regulatório estaria organizado em quatro pilares. O primeiro seria focado no aprofundamento da cooperação financeira, atributo essencial à coordenação regulatória em um mercado globalmente integrado. O segundo, a manutenção de regras alicerçadas sobre requerimentos mínimos de capital a serem mantidos como ‘colchões’ de capital, baseados na avaliação de riscos das posições bancárias via mercado, com elevação da qualidade e quantidade de capital e criação de “colchões” anticíclicos. Terceiro, a aceitação da importância da regulação macroprudencial como necessária para complementar os mecanismos microprudenciais baseados na segurança individual das instituições. Quarto, a imposição de índices para limitar a alavancagem. (CAMARES, 2016:151).

Apesar dessa ampla gama de medidas, muitas delas apresentavam defeitos que dificultavam suas finalidades. O FSB, por exemplo, não tinha poder formal de criar direitos e obrigações legais, e a regra de consenso de sua Plenária permitia aos países vetar qualquer iniciativa. Basileia III permitia aos bancos usar conceitos próprios para medir o risco de ativos e delegava às autoridades nacionais a descrição dos colchões anticíclicos (HELLEINER, 2014). Ao mesmo tempo, não houve naquele momento participação relevante dos líderes do G20 na principal iniciativa responsável por sustentar a liquidez do sistema internacional: os *swaps* internacionais.

Além disso, não há uma diminuição na influência das instituições financeiras sobre as negociações regulatórias. A necessidade de reformas financeiras evidenciada no imediato pós-crise acaba por perder significativa força uma vez que as instituições são resgatadas e passam a influenciar novamente a política. Além disso, a perda da força de ideias neoliberais que fortaleceria a regulação financeira não chega a se concretizar devido ao intenso *lobby* do setor em não permitir que o livre-mercado fosse reprimido. Dentre as possibilidades de governança financeira global futura, o autor aponta uma maior fragmentação e disputas de poder geradas pela insatisfação com a atual estrutura e suas tentativas de reformas.

Dessa forma, Helleiner (2014) argumenta que a crise de 2008 não foi capaz de conceber a reforma esperada pelos líderes internacionais e pela sociedade civil global. Para o

²⁴ Basileia I e II, feitos no ambiente de globalização financeira dos anos 1980 e 1990.

autor, o que houve foi antes uma continuidade do *status quo*, emendada de maneira específica e localizada, mas permanecendo com seus alicerces implantados no sistema anterior baseado nos mercados. Nesse sentido, não houve uma ruptura como a engendrada da passagem do padrão ouro para BW, nem de BW para o dólar-flexível no que se refere a marcos regulatórios e supervisão financeira.

Cecílio (2019) desafia essa conclusão e argumenta que nos últimos anos consolidaram-se iniciativas de institucionalizar algumas das principais medidas utilizadas na contenção da crise, tornando os mercados mais acolhoados e supervisionados de maneira preventiva, embora convirja que não há uma rigorosa contenção dos mercados propriamente dita como ocorreu no início de BW. Ele entende que surgiu sim um novo ordenamento com maior capacidade de suportar choques tais quais a crise sistêmica da década passada e ampliar a capacidade do Estado e do próprio sistema de lidar com eles, aplicando maior margem de segurança para a operação dos mercados para que menores riscos sejam formados e que haja uma administração pré-instalada das perdas.

Entre as principais diferenças, Cecílio (2019:266-2667) aponta que o Estado é colocado em papel-chave ao exigir novos requerimentos de liquidez dos bancos, desencorajando os empréstimos de suas reservas. Além disso, desenvolve também programas de liquidez para esses bancos, fazendo com que deixem de acessar o mercado de fundos do FED, para onde a política monetária é direcionada. Assim, mudou-se a implementação da política monetária, que antes fluía diretamente para o mercado de capitais e agora precisa passar por uma rigidez estrutural gerada pelo próprio FED na intenção de diminuir o risco sistêmico. Isso resulta em uma incapacidade dos bancos de praticarem os elevadíssimos volumes de arbitragem de antes, que corrobora com o estabelecimento de um nível máximo de alavancagem para constranger as operações do mercado. Marca, desse modo, uma conversão significativa da resposta estatal de confiança na auto-regulação do mercado para a necessidade de supervisão restritiva.

Entre as exigências feitas pelo FED está a necessidade das instituições financeiras de capital adicional proporcional ao grau de complexidade das suas operações, que funcione como um amortecedor a ser utilizado somente em situações de crise. Os requerimentos de liquidez, além de indicar que o financiamento a curto prazo não são confiáveis e não servem para avaliar a viabilidade de curto prazo das instituições, também coloca os títulos privados de alta qualidade abaixo dos públicos. Os testes de stress também passaram a ser institucionalizados como prática recorrente.

Ademais, exige também maior capital para os derivativos fora dos sistemas centralizados de compensação, ou seja, fora do escopo do FED, ao mesmo tempo em que demanda que um número crescente desses derivativos seja negociado no sistema centralizado (*ibid*:269). Esses derivativos passam a necessitar de registros em repositórios públicos com intuito de diminuir seu risco e ampliar as informações sobre eles.

Os grandes bancos de investimento não atuam mais sem a regulação do FED, passando a serem adquiridos por ou a se tornarem *holding* bancárias sob sua supervisão. O FED também recebe o poder de aprovar e demandar mudanças nos planos de uso do capital e nas estruturas organizacionais e operacionais das instituições financeiras (*ibid*:270).

Cabem ainda duas considerações relevantes. A primeira é que essas transformações reforçaram a centralidade dos EUA na geoeconomia internacional, promovendo uma intermediação ainda mais direta do FED nos fluxos e liquidez globais, uma vez que em detrimento de mercados interbancários os bancos estrangeiros ampliam seus depósitos no FED, que passa também a poder remunerar agentes que não seus bancos membros. A institucionalização das linhas de *swap* internacionais também contribuiu expressivamente para o poder norte-americano.

No centro do palco, o FED terá mais alavancagem do que nunca para priorizar certos fluxos e monitorar o Estado da economia global e a posição de seus agentes. A alavancagem do Estado norte-americano também foi sem dúvida ampliada pela institucionalização das linhas de *swap*. O sistema ganhou um novo pilar operacional com centro inequívoco. Nos parece que este é um legado definidor da [crise], aproximando o sistema como nunca de uma centralização formal nos EUA. O acesso direto ao FED passa a ser um privilégio capaz de influenciar posicionamentos geopolíticos e imenso poder de barganha. (CECÍLIO, 2019: 274).

A segunda é que uma das conseqüências da crise foi a desestruturação dos campos políticos tradicionais e a emergência de novas forças, contestadoras da ordem. Isso faz com que o apoio implícito das elites dos partidos democrata e republicano já não seja tão assegurado assim. A vitória de Donald Trump nas eleições de 2016 ilustra isso muito bem, ao colocar à frente da política norte-americana um novo grupo que vai de encontro à posição multilateral pregada até então como um dos sustentáculos estruturais dessa ordem liberal do SMFI do padrão dólar-flexível. A importância dos atores na consolidação das políticas não pode ser menosprezada, e sua disposição para agir é extremamente necessária, especialmente em períodos de instabilidade.

CAPÍTULO 3 - OCCUPY WALL STREET E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2016 NOS EUA

A crise do *subprime* e a recessão mundial que se seguiu tiveram conseqüências profundas na política e na opinião pública quanto ao *establishment* e ao ordenamento mundial neoliberal consolidado a partir do padrão dólar-flexível. Os anos seguintes à crise foram marcados pelo acirramento de disputas que exacerbavam a desconfiança frente às instituições neoliberais, e geraram uma gama de discursos políticos fora dos eixos tradicionais (TOOZE, 2018).

Novamente, o debate quanto à separação formal da política e da economia seria fervorosamente recuperado, uma vez evidenciado o papel primordial do Estado ao salvaguardar o sistema sobre o qual a economia se erguia. A tese do mercado autorregulado como principal instituição de governança global é abalada pelo resgate urgente da política para manejar as forças de mercado fora de controle. A impressão latente revelada pela crise foi de fragilidade desse sistema, que deixado sem regulação sempre poderia estar à beira do colapso.

Nesse ponto é importante lembrar a importância dos movimentos e das forças sociais discutidas tanto por Polanyi quanto por Cox na projeção do ordenamento hegemônico, e na sua capacidade de, através de uma reação dialética, transformá-lo. Novamente vale ressaltar que esse processo não ocorre de maneira linear e determinista da lógica positivista e, portanto, possui um ritmo errático, que hora avança, hora regride, e um grau de complexidade e variáveis elevado. Esse capítulo procura demonstrar como essas forças são refletidas na política de maneira mais ampla, e a partir dela tem a potencialidade de afetar o mundo.

3.1 OCCUPY WALL STREET

3.1.1 CONTRA HEGEMONIA NA ERA INFORMACIONAL

Em primeiro lugar, a revolução tecnológica e digital das últimas décadas transformou completamente o funcionamento da sociedade, sendo responsável por uma integração política, econômica e social sem precedentes em todo o mundo, a chamada globalização. Essa revolução foi essencial para o SMFI reforçar o ordenamento hegemônico do modo de produção capitalista e a financeirização, conforme foi visto no capítulo anterior. Foi também responsável por uma transformação profunda da estrutura social, na maneira de se relacionar em sociedade e com o mundo.

A sociedade em rede (CASTELLS, 2011) que surgiu desse processo é uma sociedade da informação e da comunicação de massa em ampla escala. Dentre as inúmeras renovações que trouxe, uma das mais importantes foi o modo de se organizar, de pensar e de participar politicamente. Elas foram primordiais para o surgimento de um novo tipo de movimento social também em ampla escala.

As lutas localizadas passaram a conseguir conectar-se entre si, podendo adquirir um caráter globalizado coordenado, e concomitantemente inspirando manifestações de demandas específicas locais. Para superar o medo de quem detém o poder de manter a ordem pela intimidação e a força, precisa-se de uma ação emocionalmente motivada, ao se compartilhar comunicativamente a identificação com outros.

O ativismo através das redes permite o registro e a distribuição instantânea de informações fora dos meios de mídia tradicionais, que geralmente representam os interesses e as narrativas hegemônicas e/ou governamentais. Dessa forma, a mobilização conta com um acesso mais horizontal, autônomo, democrático e veloz de informação, que auxilia sua propagação viral.

A dificuldade de regular essas redes e o caráter descentralizado da organização faz com que esses movimentos sejam menos vulneráveis à repressão, principalmente enquanto permanecem no espaço digital, podendo se regenerar de maneira inesgotável (CASTELLS, 2013; GOHN, 2014). Ademais, passam a ser movimentos porque saem do meio virtual para ocupar os espaços urbanos, existindo simultaneamente nesses dois espaços.

O começo do século XXI foi marcado pelo novo fenômeno global desses movimentos sociais em rede. O primeiro rompante dessa onda chocou o mundo em 2010 ao enfrentar e derrubar regimes totalitários no Oriente Médio com a Primavera Árabe. A notoriedade dessas grandes mobilizações inspirou novas experiências ao redor do mundo na mesma época, como

os Indignados e o 15M na Europa, e o *Occupy Wall Street* nos EUA, compartilhando pautas de combate à dominação da organização sistêmica hegemônica e desconfiança às suas instituições, na tentativa de conquistar uma maior participação política, recuperar direitos, e demandar melhor qualidade de vida em diversas áreas sociais. A semelhança com o contramovimento descrito por Polanyi de autoproteção da sociedade e da guerra de movimento de Gramsci e Cox é grande demais para passar despercebida.

Em segundo lugar, o período em que essas manifestações ocorreram é bastante revelador, uma vez que surgem no rastro da crise e de seu gerenciamento por parte dos governos. As políticas expansionistas emergenciais e os programas de crescimento através do investimento perderam força com o aumento da dívida pública e tensões políticas, e passaram a ser substituídas pelas políticas de austeridade, enquanto a recuperação do setor financeiro progredia, aumentando o limbo da desigualdade. A consequência disso é o estrangulamento das condições sociais pelo “moinho satânico”, que por sua vez volta a tensionar as disputas políticas e a mobilizar a população pela sua sobrevivência.

3.1.2 DESIGUALDADE DE RENDA E CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Em 2010, o nível de desigualdade dos EUA estava entre os maiores da história, segundo Thomas Piketty, economista francês que desenvolveu um dos estudos mais referenciados sobre “O Capital no Século XXI”. Há um aumento vertiginoso dessa desigualdade a partir da década de 1970, em concomitância com o processo de globalização financeira capitalista do dólar-flexível (PIKETTY, 2013:422).

Utilizando dados provenientes dos registros tributários e aproveitando-se do refinamento de técnicas estatísticas que possibilitam rastrear a concentração de renda e riqueza ao longo do tempo, o cálculo utilizado pelo autor procura determinar a desigualdade total da renda a partir da relação entre a desigualdade do trabalho, que seria a diferença entre os níveis de remuneração recebidos pelas diferentes parcelas da sociedade, e a desigualdade do capital, ou seja, a distribuição do capital em relação à população (*ibid*:301-312). Para o autor, essa escalada da desigualdade também foi impulsionada através do reforço ideológico de uma sociedade hiperpatrimonial e hipermeritocrática.

A conclusão desse estudo é que taxa de rendimento sobre o capital é maior que a taxa de crescimento econômico e, portanto, a riqueza herdada cresce mais do que a riqueza produzida, evidenciando uma concentração de riqueza acentuada, que minaria o

fortalecimento das democracias contemporâneas e de uma justiça social mais ampla, levando também a muitas conturbações sociais (PIKETTY, 2013).

Para Piketty, o crescimento da desigualdade causada por esse sistema foi um dos principais fatores que impulsionaram a crise, ao diminuir o poder de compra e aumentar a dívida bancária e por conseguinte as inadimplências. A taxaço das grandes fortunas seria um mecanismo de redistribuição de renda que atenuaria a situação.

Saez (2013) acrescenta ainda que a crise não foi capaz de amenizar essa desigualdade, já que as grandes perdas que os detentores da maior parcela de renda sofreram foram temporárias e pontuais, que, sem drásticas regulações e mudanças de política tributária, não são capazes de alterar a concentração de renda a longo prazo. Para ele, as políticas tomadas foram modestas quando comparadas ao *New Deal* que se seguiu à Grande Depressão de 1929, embora seus ensinamentos tenham preparado o governo para lidar melhor com a crise de 2008.

Para ilustrar em números reais a disparidade da renda:

Top 1% incomes grew by 31.4% while bottom 99% incomes grew only by 0.4% from 2009 to 2012. Hence, the top 1% captured 95% of the income gains in the first three years of the recovery. From 2009 to 2010, top 1% grew fast and then stagnated from 2010 to 2011. Bottom 99% stagnated both from 2009 to 2010 and from 2010 to 2011. In 2012, top 1% incomes increased sharply by 19.6% while bottom 99% incomes grew only by 1.0%. In sum, top 1% incomes are close to full recovery while bottom 99% incomes have hardly started to recover.(SAEZ, 2013:1)

TABELA 1 – Crescimento da renda real por grupos 1993-2012

| | Average Income Real Growth (1) | Top 1% Incomes Real Growth (2) | Bottom 99% Incomes Real Growth (3) | Fraction of total growth (or loss) captured by top 1% (4) |
|----------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|---|--|
| Full period 1993-2012 | 17.9% | 86.1% | 6.6% | 68% |
| Clinton Expansion 1993-2000 | 31.5% | 98.7% | 20.3% | 45% |
| 2001 Recession 2000-2002 | -11.7% | -30.8% | -6.5% | 57% |
| Bush Expansion 2002-2007 | 16.1% | 61.8% | 6.8% | 65% |
| Great Recession 2007- 2009 | -17.4% | -36.3% | -11.6% | 49% |
| Recovery 2009-2012 | 6.0% | 31.4% | 0.4% | 95% |

Elaboração: SAEZ (2013) baseado em Saez e Piketty (2003).

Inclusive, a ideia do *We are the 99%* foi o principal slogan do movimento *Occupy*. Afinal, quase todos os benefícios do crescimento estavam sendo monopolizados pelos ricos proprietários de portfólios bem montados de ativos financeiros (TOOZE, 2018: 355). A crise de 2008 apenas tornou mais nítido quão extremo é o grau de subordinação da política econômica aos interesses de *Wall Street*. Dessa forma, a convicção hegemonicamente difundida de que o crescimento econômico estaria atrelado a um progresso correspondente na sociedade e nas suas condições de vida era posto à prova frente ao preeminente direcionamento desses ganhos. De acordo com Tooze (2018), a tendência de concentração, oligopólios e monopólios cresceu nesse período.

Conforme visto nos capítulos anteriores, a questão é estrutural e tem raízes profundas na lógica de funcionamento do sistema, cuja busca pela acumulação de capital leva a uma luta pelo poder, que por sua vez retroalimenta e reforça a hegemonia do capital. Salvar esse sistema do colapso consiste também em reforçar seu funcionamento e garantir que suas instituições tenham força para sustentá-lo.

concentration of wealth leads almost reflexively to concentration of political power, which in turn translates into legislation, naturally in the interest of those implementing it; and that accelerates what has been a vicious cycle leading to, as I said, bitterness, anger, frustration and a very atomized society” (CHOMSKY, 2012:55)

A resposta para esse dilema da redistribuição de renda na sociedade para aqueles que não possuem capital passa necessariamente pela política, uma vez que é a única alternativa de enfrentamento que resta. A conjuntura de colapso e de crise impulsiona uma situação limite para a sociedade, e a mobilização da crescente indignação passa a ser a única saída. Seria, no entanto, leviano pressupor que somente a esquerda chegaria a essa conclusão.

As medidas de combate à crise até então eram apresentadas pelo governo em termos técnicos, buscando um distanciamento do debate público e da politização, sob o princípio de que não haveria alternativa (TOOZE, 2018). Essa era uma forma de agilizar as decisões e de dissimular a transferência do ônus das instituições responsáveis pela crise para a população. No entanto, acabou por gerar uma grande frustração com o governo Obama tanto da direita quanto da esquerda, que buscam inquietos novas soluções. Assim, o consenso das elites do Partido Democrata e do Partido Republicano em torno da globalização financeira capitalista e do papel dos EUA como paladino do ordenamento liberal é desestabilizado de maneira significativa pela primeira vez desde os anos 1980.

Curiosamente, esse fracasso político é, em boa medida, uma contra-partida do sucesso no combate à crise. Nesse sentido, o comparativo com 1929 é esclarecedor. Consolidou-se na academia e de forma mais ampla no próprio debate público que a omissão por parte do Estado durante a crise de 1929 foi definidora para a magnitude da depressão que se seguiu. Bernanke inclusive construiu sua carreira acadêmica em cima deste tema. O contra-factual que instigou tantas reflexões e que abriu espaço para um consenso Keynesiano na seqüência era de que uma ação efetiva poderia ter sido tomada pelo governo com resultados muito mais satisfatórios. Desta forma, 2008 representa o inverso desta história. (CECÍLIO, 2019:251)

Os movimentos passam a aglutinar demandas em comum e a formar novas políticas fora do escopo tradicional do *establishment* norte-americano. Na visão pragmática de Castells (2013), apesar desses movimentos serem importantes formas de contrapoder, sua influência na política e nos programas de governo depende em grande parte do interesse para a agenda desses governos ao incorporar essas críticas. A ideia é que cada vez haja mais incorporação dessas demandas, uma vez que políticos passarão a abordá-los ao buscar ganhos eleitorais.

É nesse contexto que o *Tea Party* ganha força, sendo absorvido pelo Partido Republicano nas eleições de meio de mandato em 2010, e posteriormente fornecendo a base de apoio da candidatura de Donald Trump à presidência em 2016. Foi o principal movimento a litigar pelos cortes orçamentários e medidas de austeridade em 2011, travando um ferrenho embate que chegou perto de se tornar uma crise fiscal e cujo acordo resultante contribuiu para minguar o apoio democrata.

Pecequillo (2013:8) observa que essa corrente se minoritária orienta em torno de preceitos antiestado, anti-impostos, antiminorias, antidireitos civis e sociais, pró-armas, pró-vida, pró-religião, e defende uma política externa com papel secundário e posturas unilaterais, isolacionistas, e intervencionistas. O Estado é visto como opressor das liberdades individuais, principalmente em termos econômicos e sociais. Contraditoriamente, em segurança apóiam medidas de exceção e controles sociais como tortura e o Ato patriota na luta contra o inimigo.

O movimento que, se alardeia como verdadeiro questionador do *status quo*, é descrito por Kumkar (2018) como

[Tea Party] *conformist rebellion* can be understood in this light as the expression of a painful socio-symbolic crisis, resulting from their feeling duped by the very same social order and authority that they base their claims to wealth and social recognition on—a contradiction I sum up as *disappointment while refusing to be disillusioned*. In other words, the refusal/repression of the knowledge that one's socioeconomic position is systematically undermined by the dynamics of capitalist accumulation, which returns as the apocalyptic imaginary of the end of the world. (KUMKAR, 2018:18)

Ainda, a autora ressalta que “Essa linha representa uma corrente minoritária dentro do Partido Republicano, mas vem sendo instrumentalizada por seu forte apelo em uma sociedade

em crise por lideranças jovens neoconservadoras que desejam reforçar sua influência no partido” (PECEQUILO, 2013:8). Tooze (2018:366) complementa que uma parcela dos oligarcas corporativos viu que esse movimento poderia ser útil como tropa de choque para uma contra-revolução cultural e socioeconômica, mas eventualmente perceberam o perigo dele utilizar o Partido Republicano para atacar a legitimidade do governo americano.

While the Tea Party inveigled against “special interests” that had “come to dominate our political culture,” “self-serving politicians” and “the interfering strong hand of a powerful elite,” it was Democratic candidates who advertised themselves as “business friendly.”(...) In the name of nationalism and the American Dream, the right wing claimed the cause of systemic change, while the Democratic Party establishment filled the middle ground the Republicans vacated. The question of the comprehensive progressive campaign to fight for greater equality was left begging. (TOOZE: 367)

No outro lado do espectro, surge o *Occupy*, cuja potência política levaria Bernie Sanders a ser um real concorrente na pré-candidatura do Partido Democrata.

3.1.3 A OCUPAÇÃO

O combate à desigualdade social, à concentração de renda, à isenção da taxaço das grandes fortunas de maneira proporcional, ao desemprego, e à desregulamentação do sistema financeiro levou as pessoas a ocupar a Praça Zuccotti em setembro de 2011. Pleiteavam uma democracia independente do poder do capital proclamado em comissão presidencial, um governo desentranhado da influência de *Wall Street* que condenasse os lobistas que defendessem interesses privados junto ao poder público e os criminosos do mundo empresarial.

Então o sistema financeiro chegou à beira do colapso em consequência da especulação e da ganância de seus administradores. Que foram socorridos. Com o dinheiro dos contribuintes. [...] Alguns começaram a quantificar a sua raiva. A parcela da renda americana apropriada pelo 1% mais rico pulou de 9% em 1976 para 23,5% em 2007. O crescimento cumulativo da produtividade entre 1998 e 2008 chegou a cerca de 30%, mas os salários reais cresceram somente 2% durante a década. O setor financeiro apropriou-se da maior parte dos ganhos de produtividade, com sua parcela dos lucros crescendo de 10% na década de 1980 para 40% em 2007, e o valor das suas ações subiu de 6% para 23%, apesar de ele empregar apenas 5% do total da força de trabalho. Na verdade, o 1% mais rico apropriou-se de 58% do crescimento econômico nesse período. Na década anterior à crise, os salários reais por hora aumentaram 2%, enquanto a renda dos 5% mais ricos aumentou 42%. (CASTELLS, 2013:114-115)

A convocação para essa ocupação foi lançada nas redes sociais da revista cultural *Adbusters* e impulsionada por conteúdos sobre a crise e seus efeitos nefastos no *Ampedstatus*,

de onde surgiu o *slogan* dos 99%. O *Anonymous* também participou dessa mobilização digital, defendendo os ativistas de ataques cibernéticos.

De acordo com Castells (2013), o perfil dos manifestantes era predominantemente de jovens com alto nível educacional e com ocupação, na faixa entre os 20 e os 40 anos, com renda média dos americanos, mas com relativamente pequeno capital devido à deterioração das condições econômicas e profissionais causadas pela crise. Suas preferências políticas eram bem variadas, sendo a maioria eleitores democratas, mas havendo também a presença de anarquistas, liberais, republicanos e até mesmo ex-militantes do *Tea Party* (CASTELLS, 2013:103-104)

A ocupação passa a organizar protestos por Nova Iorque. A violenta repressão policial com a qual foram recebidos não foi capaz de desencorajar os participantes, aumentando a vontade de terem suas demandas ouvidas e seu direito de se manifestar respeitado. A resposta foi a utilização das redes como arma para divulgar as reivindicações e violência sofrida, e angariar assim ainda mais simpatizantes, intensificando a revolta.

Em menos de um mês, o movimento já tinha se espalhado por todo o país, com núcleos de ocupação em diversas metrópoles (*ibid*, 2013:100). De lá, espalhou-se para o mundo, chegando a 147 cidades americanas e em 82 países nas principais capitais do mundo, como Paris, Tóquio, Londres, Milão, Frankfurt, Madri, Taiwan, Sidney e outras (GOHN, 2014).

Conectados digital e fisicamente, a ocupação contava com uma estrutura de barracas, banheiros, cozinhas, aulas, segurança, equipes jurídicas, trabalho voluntário, e acolhimento a simpatizantes. As decisões eram feitas através de uma assembleia geral aberta a todos, e a organização passava por comitês e grupos de trabalho que tratavam das funções logísticas e das discussões. A horizontalidade e descentralização das deliberações permitiam que as pessoas participassem de maneira ativa do processo decisório (CASTELLS, 2013: 111-114).

Em algumas ocupações, os manifestantes tiveram que lidar com o problema da representatividade, ao nomear um grupo de Porta Vozes que estariam autorizados a representar a coletividade dos comitês presentes. Nos lugares em que ocorreu, muitos entenderam que isso direcionaria a uma espécie de institucionalização do *Occupy*, deturpando o sentido do movimento. Para Castells (*ibid*:114) essa polêmica “expressa a tensão entre o princípio da democracia integral, baseado na não delegação de poder nas tomadas de decisão, e a necessidade instrumental de atingir um consenso que leve à ação”.

De fato, diversos sociólogos e cientistas políticos²⁵ falam sobre a crise de representatividade na democracia liberal hegemônica. O próprio movimento *Occupy* pode ser entendido enquanto um sintoma dessa mesma crise, já que foi a frustração de não se sentir representados pelas opções políticas disponíveis que levou o povo às ruas. Esse é um efeito também da lógica mercadológica na qual funciona o sistema político, que faz com que os partidos e candidatos em competição passem a perseguir os interesses de quem pode lhes oferecer o melhor acordo, ou seja, mais poder econômico e político. Eis que nesse jogo são deixados para trás os interesses sociais e preferências dos cidadãos. A principal pauta do movimento, ao exigir a independência do governo em relação à *Wall Street*, é um reflexo direto dessa crise. A crise econômica leva a um aprofundamento também da crise social e política.

Chomsky (2012:56), ao ser perguntado sobre as demandas específicas do movimento, responde que “they are reticent to answer and rightly so, because they are essentially crafting a point of view from many disparate sources”. Essa resposta expressa bem a característica não programática do movimento. Sem liderança formal ou centro específico, essas manifestações reúnem pessoas de diversos campos políticos com múltiplas demandas e pautas, algumas delas representando posições antagônicas de sociedade. O resultado é uma falta de objetivos concretos e agendas específicas, que acaba por reunir as pessoas em torno de temas mais universais, como melhoria na saúde, na economia, menos corrupção, entre outros.

Como rejeitam lideranças verticalizadas, centralizadoras, também não há hegemonia de apenas uma ideologia ou utopia. O que os motivam é um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política dos dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal, as prioridades selecionadas pelas administrações públicas e os efeitos das políticas econômicas na sociedade (GOHN, 2014, p.13)

Ao mesmo tempo, é justamente essa universalização de reivindicações que permitiu que as manifestações alcançassem a proeminência a que chegaram. É, portanto, simultaneamente a sua força e a sua fraqueza (CASTELLS, 2013). Chomsky (2012:60), cuja inclinação política é anarquista, interpreta que algumas dessas pautas podem ser entendidas como objetivos a curto prazo: “fiscal policy, controlling financial institutions, dealing with environmental problems which are extraordinarily significant, shifting the political systems so that elections are not simply blocked, and so on”.

25 Ver Touraine (1996), Bobbio (1997), Mouffe (1999), Santos e Avritzer (2002).

Para ele, tão importante quanto demandas específicas é a própria vivência de comunidade cooperativa que o movimento oferece, que pode se espalhar para a sociedade e servir para desenvolver estruturas comunitárias mais permanentes. Uma das conseqüências mais importantes que o movimento pode deixar é a discussão do tipo de sociedade que se almeja alcançar, a troca de ideias e a comunhão entre as pessoas. Afinal, “such steps are already being taken in words and could lead to action” (*ibid*:61).

Por um lado, Zizek (2012) reconhece que tal característica não programática é uma fraqueza, no que ele chama de “espírito de revolta sem revolução”. Em outras palavras, há uma vontade de mudança autêntica, mas que não é capaz de configurar-se em um programa claro de mudança sociopolítica *efetiva*. Por outro lado, também considera como um ponto positivo e necessário, que seria “o silêncio violento de um novo começo”, uma rejeição ao diálogo que pressionaria a ideologia hegemônica.

No rescaldo de Wall Street, deveríamos definitivamente mobilizar as pessoas para essas demandas; no entanto também é importante continuarmos *subtraídos* do campo programático das negociações e das propostas “realistas”. Devemos sempre ter em mente que qualquer debate, aqui e agora, é necessariamente um debate no território inimigo: é preciso tempo para desenvolver novo conteúdo. Tudo que dissermos agora pode ser tomado (recuperado) de nós – tudo, exceto nosso silêncio. Esse silêncio, essa rejeição ao diálogo e a todas as formas de *clinché* o nosso “terror”, agourento e ameaçador como deve ser.” (ZIZEK, 2012:89)

Para o autor, a crítica do movimento não pode se limitar apenas ao capitalismo financeiro, mas deve se direcionar ao sistema capitalista em si. Embora muitos usem o discurso moralizante contra a corrupção, ele argumenta que é o próprio sistema que causa essa compulsão pela expansão de poder e riqueza, tornando a corrupção mais propensa, já que é capaz de fornecer maiores ganhos. Esses protestos são apenas o início, a manifestação da rejeição a essa realidade, abrindo espaço para que novos conteúdos sejam gerados.

Zizek fala que é preciso estar atento, pois o tipo de crítica que busca democratizar o capitalismo, por vezes é também outra forma de não questionar o quadro institucional do Estado. Aqui, podemos lembrar do processo de transformismo sobre o qual Cox alerta, em que as forças hegemônicas absorvem demandas revolucionárias e cooptam movimentos para sua reintrodução no mesmo sistema sob uma diferente roupagem, em um espécie de dissimulação de melhoria. Assim, deve-se pensar em formas de expandir a democracia, para que a globalização não solape a sua legitimidade, ou, se ela não for capaz de resolver os problemas globalmente, pensar em uma nova forma de organização.

A chave para efetiva liberdade, ao contrário, está na rede “apolítica” das relações sociais, do mercado à família, em que a mudança necessária, se quisermos uma

melhoria efetiva, não é uma reforma política, mas uma mudança nas relações sociais “apolíticas” de produção. (...) É a “ilusão democrática, a aceitação dos mecanismos democráticos como maior arcabouço de qualquer mudança que impede a mudança radical das relações capitalistas. (ZIZEK, 2012:92)

Os maiores resultados do *Occupy*, assim como suas demandas, não são concretos ou imediatos. Fazendo alusão à estrutura histórica de Cox, atuam principalmente no campo das ideias coletivas sobre a ordem social, as relações de poder, e a justiça, fazendo com que as forças sociais se movimentem para institucionalizá-las e assim obter outros tipos de relação entre sociedade e Estado. A reverberação dessas manifestações ao redor do mundo é um grande indicativo de como essas forças podem influenciar nas ordens mundiais, assim como nas disputas políticas nacionais, como veremos através das eleições de 2016 nos EUA. Da mesma forma, ao influenciar os rumos políticos das nações, influenciam também as ordens mundiais.

Isso pode ser ilustrado através de pesquisas do *Pew Research Center* que apontam que, em 2009, 47% dos americanos acreditavam existir conflitos graves entre ricos e pobres; em 2011, esse número sobe para 66%, demonstrando que na consciência coletiva norte-americana o entendimento sobre a luta de classes mudou (CASTELLS, 2013: 125).

O verdadeiro objetivo desses movimentos é aumentar a consciência dos cidadãos em geral, qualificá-los pela participação nos próprios movimentos e num amplo processo de deliberação sobre suas vidas e seu país, e confiar em sua capacidade de tomar suas próprias decisões em relação à classe política. (*ibid*:173)

3.2 AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2016 NOS EUA

O resultado de 2016 foi histórico. Ele representou uma ruptura com o discurso do *establishment* americano, transformando a postura do país nos anos seguintes frente ao mundo e a tendência da política internacional. Foi um resultado direto da crise econômica e da tensão social. Forneceu uma alternativa à tradicional política liberal norte-americana.

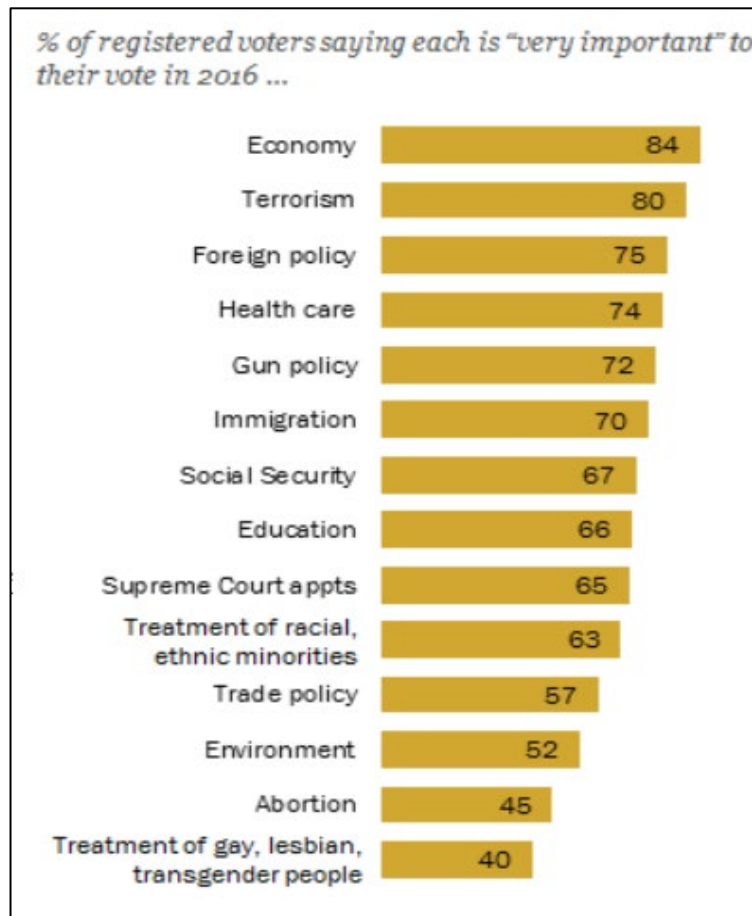
Embora o projeto vencedor não tenha nenhuma aproximação à experiência comunitária do *Occupy*, alinha à sua retórica algumas das principais fontes de indignação popular: a desconfiança nas instituições, a raiva com a situação social e econômica, a denúncia à administração Obama e à corrupção dos políticos convencionais, a aversão à globalização, a contestação à ordem e ao *status quo*, a promessa de melhorar as condições de vida dos trabalhadores. E, mais que isso, obteve o momento oportuno de levar essas bandeiras à frente eo tom assertivo para fazê-lo.

As it turned out, 2012 had been misleading. Obama ran as a moderately popular incumbent, and his Republican opponent, Mitt Romney, a Mormon governor of Massachusetts with a much-trumpeted track record in venture capital, could hardly have been less well suited to harnessing popular discontent. Four years later Obama was out of the picture and the Republican field was wide open. As a result, the presidential race of 2016 turned out to be more about the financial crisis of 2008 than 2012 had been. The upshot was explosive and unpredictable. (TOOZE, 2018:437)

Graças à crise, a globalização deixou de ser vista como bastião da governança e hegemonia norte-americana, passando a ser vista ao contrário como verdadeira alçó da precariedade social e econômica. A fragilidade de um mundo governado pelas forças de mercado revelou que as eleições e partidos políticos em muito importam na arbitragem da política econômica americana (*ibid*:443). Essa constatação gerou mais que a indignação do *Occupy*, gerou o medo de que tudo em que se acreditava consolidado na sociedade americana neoliberal fosse mentira. E esse medo alimentaria visões apocalípticas de caos.

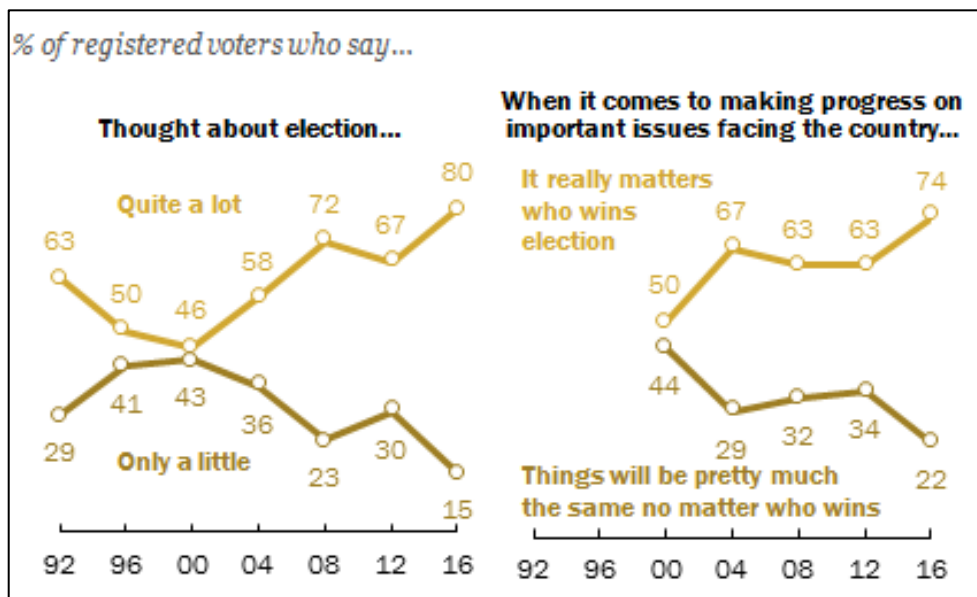
Segundo dados da *Pew Research Center*, as pautas mais importantes para os eleitores em 2016 foram a economia e o terrorismo, respectivamente. Isso reflete bem o medo da população no período, e sua preocupação em se proteger frente às consequências da globalização. Além disso, houve um aumento significativo de interesse nas eleições comparado a anos anteriores, e foram consideradas como muito importantes para o futuro do país.

GRÁFICO 6 – Principais pautas para os eleitores em 2016



Elaboração: *Pew Research Center*, 2016

GRÁFICO 7 – Nível de interesse nas eleições 1992-2016



Elaboração: *Pew Research Center*, 2016

A seguir veremos quais discursos políticos disputaram as eleições presidenciais de 2016.

3.2.1 O SISTEMA ELEITORAL AMERICANO

Primeiramente, é necessária uma breve explicação sobre o sistema eleitoral americano, que atua de maneira distinta da maioria dos países democráticos. A eleição presidencial não ocorre diretamente através do voto popular. Há uma primeira etapa, na qual a votação popular define em cada estado o candidato vencedor.

Em seguida, o novo presidente é definido no Colégio Eleitoral, que é composto por 538 delegados, representantes de cada um dos 50 estados proporcionalmente ao seu número de habitantes. Isso significa que os estados mais populosos possuem um número maior de delegados no Colégio Eleitoral, e inversamente os menos populosos possuem um número menor. Dessa forma, ao vencer em determinado estado, o candidato levará o número de votos relativo aos delegados representantes daquele estado. São necessários 270 votos para eleger o Presidente, e o Colégio tem a obrigação de confirmar a vitória do candidato que conseguir mais votos em sua instância.

Assim, não é o candidato que tem o maior número de votos populares que necessariamente vencerá a eleição, mas sim aquele que obtiver mais votos no Colégio Eleitoral. Candidatos que tenham recebido um número de votos populares significativo no país inteiro, mas que não tenham conseguido vencer em nenhum estado não aparecem na etapa do Colégio Eleitoral, ficando de fora da corrida presidencial.

Esse tipo de sistema consolidou ao longo dos anos uma polarização do sistema partidário norte-americano, entre os estados que tradicionalmente elegem democratas (azuis) e os que tradicionalmente elegem republicanos (vermelhos). Os estados que variam a cada eleição são chamados de *swing states*, e são as principais áreas de disputa presidencial. Apesar de possuir diversos partidos, na prática o sistema funciona como bipartidário:

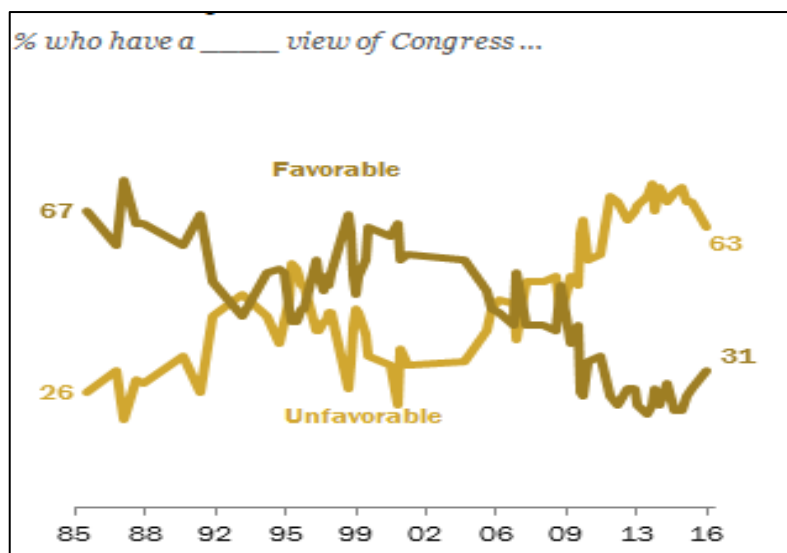
Ambos os partidos, republicano e democrata, avaliam que, apesar de poder gerar distorções como em 2000, o mecanismo dificulta a visibilidade de outras forças por contado sistema de votação do colégio. Estas forças, também chamadas de independentes, organizam-se em partidos políticos da mais diversa natureza (comunista, anárquico, libertário, verde), enfrentam desafios adicionais além do Colégio: limitação de financiamento de campanha, divulgação na cédula eleitoral, participação em debates televisivos. Em todos estes casos, somente os partidos que conseguem igualar ou ultrapassar os 5% de votos populares nas eleições ganham este direito. (PECEQUILO, 2013:7)

De maneira geral, a identidade partidária dos democratas é muito associada ao *New Deal* de Roosevelt, ou seja, ao Estado de bem-estar social que opera de maneira ativa para melhorar as condições de vida nas áreas de saúde, educação, infraestrutura, segurança pública, e geração de emprego (PECEQUILO, 2013). Seu principal apelo é às minorias e classes média e baixa. Já os republicanos identificam-se com pautas de defesa das liberdades individuais, de Estado mínimo, e com conteúdo religioso. Sua principal base costuma ser dividida entre classes baixas e conservadoras no interior e as classes altas.

Vale ressaltar ainda que desde os anos 1980 houve um consenso entre os partidos pelo projeto da globalização neoliberal, que além de bens e capital, se estendia também para o trabalho, com o lobby corporativo pressionando por uma reforma na imigração que permitisse a entrada de força de trabalho barata de imigrantes sem documentos. A ideologia de liberdade de capital, trabalho e bens juntava tanto democratas quanto republicanos em um único bloco (TOOZE, 2018:441).

Nesse período, houve um aumento de descontentamento com o Congresso por parte da população.

GRÁFICO 8 – Nível de satisfação com o Congresso norte-americano 1985-2016



Elaboração: *Pew Research Center*, 2016

3.2.2 BERNIE SANDERS

Embora não tenha concorrido à eleição presidencial, Bernie Sanders disputou as primárias do Partido Democrata. Sua menção aqui é importante, tendo em vista que se

procura estabelecer de que forma as demandas e reivindicações do *Occupy* influenciaram os programas políticos de 2016.

Sanders, senador desde 2007 pelo estado de Vermont, se descreve como socialista democrata, e até se filiar aos democratas em 2015 era um político independente. A própria viabilidade de concorrer seriamente contra Hillary Clinton demonstrou como a crise financeira de 2008 marcou as eleições. Inimigo de *Wall Street*, em 2008 ele advogou contra o TARP, para que os bancos fossem imputados pela sua própria falência, os banqueiros fossem presos e uma nova era de regulação financeira se seguisse. Os simpatizantes do *Occupy* eram sua principal base de eleitores, jovens com menos de 30 anos que tinham uma visão mais favorável do socialismo do que do capitalismo àquela altura (TOOZE, 2018:438). Como pré-candidato, foi aquele que melhor representou as pautas defendidas pelas manifestações de 2011.

Em campanha, Sanders apresentava ao público um socialismo muito semelhante ao Estado de bem-estar social do *New Deal*, a exemplo dos países escandinavos, cujos índices de IDH são os melhores do mundo. Seu discurso girava em torno de um Estado presente na garantia dos direitos sociais e de uma revolução política, com separação total entre a política e *Wall Street*. A desigualdade social era sua principal bandeira.

No site oficial de sua campanha, ele propõe uma reforma em *Wall Street*, restabelecendo o *Glass Steagall Act* e acabando com o sistema de garantias implícitas aos grandes bancos e conglomerados financeiros, os quais seriam fragmentados assim como na época de BW, além de restringir a especulação através da cobrança de taxas sobre transações financeiras e reforma das agências de *rating*. Ademais, propunha uma democratização do FED que possibilitasse a tomada de políticas ativas para ajudar os trabalhadores tal qual havia feito com os bancos em 2008 (*On the Issues: Real Wall Street Reform*) e um financiamento público mandatório para todas as eleições federais, banindo contribuições corporativas para convenções de partidos nacionais (*On the Issues: Money Out of Politics*).

Em seu programa está ainda a criação do *99.8 Percent Act*, que seria um imposto progressivo sobre as grandes fortunas, e do *Inclusive Prosperity Act Financial Transaction Tax*, para taxar os especuladores de *Wall Street*. Acabar com as isenções fiscais em ganhos de capital e dividendos do 1% mais rico também faziam parte de seus projetos (*On the Issues: Tax Increases for the Rich*). Além disso, estabeleceria também uma taxa anual sobre os 0,1% mais ricos, para diminuir a concentração de riqueza nos 15 anos seguintes (*On the Issues: Tax Extreme Wealth*).

Ele esperava que essas medidas servissem também para ajudar a arrecadar dinheiro para seus programas sociais, entre eles: acesso ao Ensino Superior público gratuito e cancelamento da dívida de empréstimos estudantis (*On the Issues: Free College Cancel Debt*); programa nacional de saúde custeado pelo Estado, fim das dívidas médicas vencidas e reforma das leis de falência para incluir dívidas médicas (*On the Issues: Medicare for All; Eliminating Medical Debt*); expandir previdência social (*On the Issues: Expand Social Security*); salário mínimo de 15 dólares por hora e taxaço progressiva de corporações com desigualdade salarial muito grande entre o CEO e o trabalhador médio (*On the Issues: Income Inequality Tax Plan*).

Finalmente, é importante mencionar seu apoio a grupos minoritários como negros, LGBTs, e mulheres, assim como sua campanha de combate às mudanças climáticas. Quanto à política externa, apesar de fornecer poucas propostas concretas, em linhas gerais defendia uma política diplomática e não intervencionista.

A proximidade de Clinton com *Wall Street* era o principal ponto de embate. Em outubro de 2016, o *Wikileaks* vazou a informação de que a candidata teria feito discursos pagos a portas fechadas entre 2013 e 2015 ao *Goldman Sachs*, um dos principais bancos de investimento norte-americanos (TOOZE, 2018:438). Sanders insistia em cobrar a transcrição desses discursos de sua adversária, além de disputar um aprofundamento da *Dodd-Frank*. As primárias democratas assumiram um tom bem marcado de embate entre direita e esquerda.

Apesar de começar bem acirrada, Clinton venceu nos estados do Sul e conquistou a vantagem. Mesmo assim, Sanders continuou na corrida até o final, e se destacou nos estados noroestes e na região da Nova Inglaterra. A debilidade de sua campanha consistia principalmente na viabilidade de financiar suas propostas e passá-las pelo Congresso. Com a vitória, Clinton incorporou algumas das propostas de Sanders em seu programa oficial, fazendo com que ele declarasse seu apoio na eleição para a presidência dos EUA. A liberalização da maconha, o aumento do salário mínimo para 15 dólares por hora, e a luta contra as mudanças climáticas foram as pautas escolhidas para serem adicionadas o programa da candidata pelo Partido Democrata.

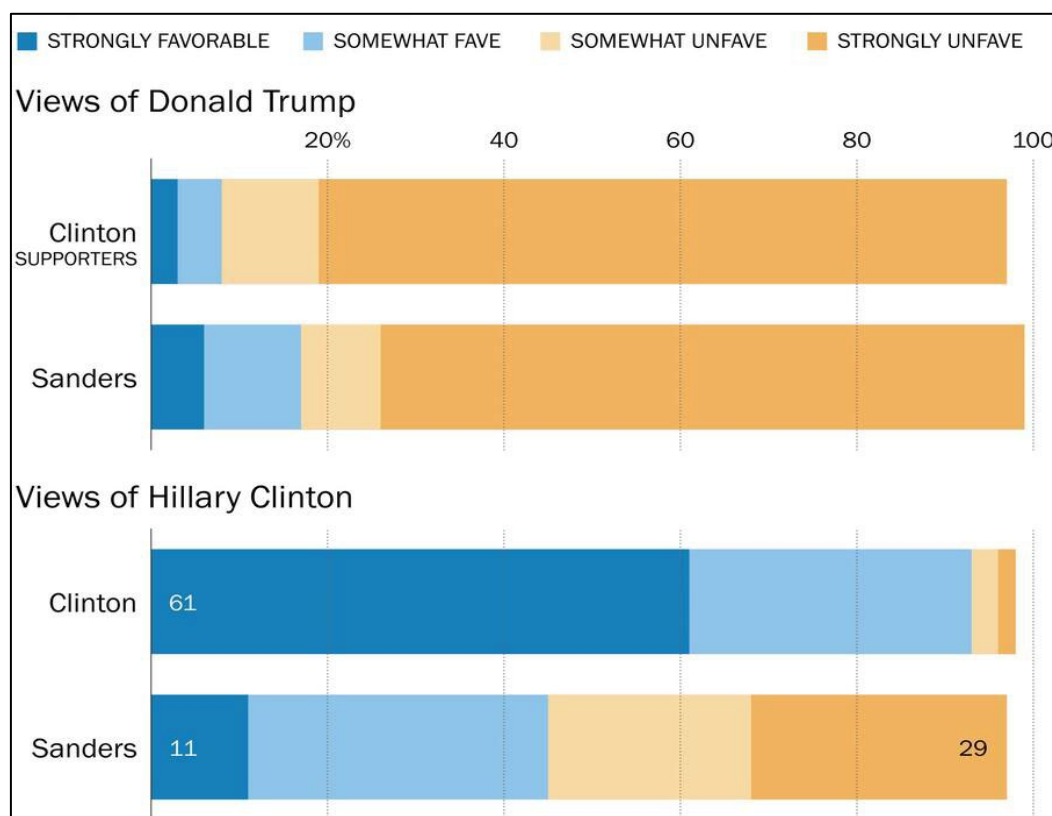
Os democratas mais tradicionais viam Sanders como um radical, e diversos jornais chegaram a compará-lo a Donald Trump, como populistas anti-institucionais que estariam desconectados da realidade, vivendo em um “mundo da fantasia” (EDSALL, 2016). Havia de fato muitas posições semelhantes entre Trump e Sanders, apesar de apresentarem soluções pertencentes a extremos opostos na política. A revolta ensejada pelo *Occupy* quanto às estruturas que possibilitaram a crise dava furor a seus projetos políticos, que prometiam

distanciar-se da prática padrão. Davam um direcionamento às pessoas que se sentiam injustiçadas pelo sistema.

Were the Trump and Sanders campaigns crazy or simply stating what should have been obvious: the fiasco of the project of Greenspan's generation. Financial globalization that Greenspan and his ilk had worked so hard to institutionalize as a quasi-natural process had been exposed as just that, an institution, an artifact of deliberate political and legal construction with stark consequences for the distribution of wealth and power. (TOOZE, 2018:444)²⁶

Uma pesquisa eleitoral da ABC e *Washington Post* em maio de 2016, época mais acirrada das primárias, mostrou que havia uma sobreposição entre 20% dos eleitores de Sanders que também apoiavam Trump (BUMP, 2016; SPARKS, 2019). As pesquisas de boca de urna das eleições presidenciais da CNN mostraram que Clinton perdeu 8% de eleitores democratas para Trump e 10% de eleitores liberais, principal base de apoio de Sanders (SPARKS, 2019).

GRÁFICO 9 – Preferência aos prováveis candidatos eleitorais



Elaboração: BUMP (2016) baseado em dados das pesquisas eleitorais da ABC e *Washington Post* em maio de 2016.

²⁶ Alan Greenspan foi presidente do FED de 1987 a 2006.

Nesse ponto, um resgate a Polanyi ajuda a elucidar essa sobreposição. Conforme foi visto no primeiro capítulo, o esforço da sociedade em se proteger das conseqüências devastadoras do mercado autorregulado fazem com que surjam diferentes respostas à crise, que apesar de convergirem nas causas muitas vezes divergem nos objetivos. Isso significa que os eleitores que identificam a globalização como fator principal para a crise estarão mais propensos a apoiar representantes e discursos políticos combativos às instituições liberais, ainda que as soluções apresentadas sejam mutuamente excludentes, do que aqueles perpetuadores do *status quo*. Dessa forma, as respostas podem variar entre coletivistas e individualistas, mais ou menos intervencionistas em diferentes áreas sociais, progressistas ou reacionários e assim por diante sem necessariamente qualquer mudança efetiva nas estruturas econômicas, ideológicas ou políticas.

Vale lembrar ainda o alerta de Cox quanto ao processo de transformismo que as forças sociais podem sofrer, ao serem cooptadas para uma reinserção à lógica hegemônica do sistema. O acirramento das tensões sociais frente a um contexto de crise leva à disputa de diferentes projetos políticos, cujas soluções-resposta não são lineares. Dentre as possíveis respostas, estão o aprofundamento das estruturas hegemônicas, a manutenção, a reforma e a revolução. A opção por transformação, seja ela qual for, é por vezes preterida. E o principal ponto de consonância entre Sanders e Trump é justamente esse apelo a uma mudança considerada “radical”, apesar de o serem em aspectos bem diferentes. A ascensão do *Tea Party*, base eleitoral de Trump, também é mais facilmente explicada quando analisada nesse contexto.

3.2.3 HILLARY CLINTON

Clinton, ex-senadora pelo estado de Nova Iorque, ex-Secretária de Estado do primeiro mandato de Obama e primeira-dama de Bill Clinton (1993-2000), estava invariavelmente amarrada a *Wall Street*. Sua longa carreira política nesse momento era uma debilidade: ela era a representação de todo o *establishment* americano, servindo às suas elites. O casal Clinton recebeu até o início das eleições de 2016 cerca de 70 milhões de dólares em contribuições de campanha pelos banqueiros de Nova Iorque, e em compensação, passaram leis que beneficiassem *Wall Street* (ANGELIM, 2016).

Durante todos esses anos, os Clinton se beneficiaram imensamente das contribuições políticas de Wall Street: 11,17 milhões de dólares para a campanha de Bill de 1992; 28,37 milhões para a sua reeleição em 1996; 2,13 milhões para o financiamento de Hillary; 6,02 milhões para sua reeleição em 2006 e 14,61 milhões de dólares para a sua primeira campanha presidencial, segundo o site americano *Bloomberg*. (*ibid*)

Além dos discursos para *Goldman Sachs*, a então Secretária de Estado havia passado por outro escândalo, envolvendo o uso de uma conta de e-mail pessoal atrelada a um servidor privado para assuntos institucionais de governo, o que lhe deu controle sobre quais assuntos permaneceriam privados e quais ficariam públicos. Ela violou a política governamental. Somado a um dos maiores escândalos sexuais do governo americano, o histórico polêmico de Clinton contribuiu para aumentar a desconfiança dos eleitores.

Tendo em vista a tensão social do país, ainda que os democratas acreditassem em um primeiro momento que, vencido Sanders, Clinton levaria a eleição sobre o Trump com relativa facilidade (TOOZE, 2018), o controle regulatório sobre as finanças ainda era uma das principais pautas de 2016. Portanto, devido a sua precedência, houve um esforço na campanha de Clinton para garantir comprometimento aos anseios populares quanto à *Wall Street*.

No programa de governo disponível no site oficial de sua campanha, Clinton promete reformar *Wall Street*, impondo uma taxa de risco às maiores instituições financeiras e uma taxa para transações de alta frequência, fragmentando os conglomerados financeiros, e responsabilizando tanto as corporações quanto os indivíduos caso infringissem a lei (*On the Issues: Wall Street*). Ela incluiu suporte à ativistas para mudar a governança do FED e remover banqueiros de seus 12 conselhos regionais, além de se comprometer em debates a acabar com a “revoltante” ligação entre *Wall Street* e Washington. Também propunha uma reforma no sistema tributário para torná-lo menos desigual, sobretaxando as grandes fortunas e diminuindo o imposto de pequenos negócios e trabalhadores (*On the Issues: A Fair Tax System*).

Quanto ao financiamento de campanha, Clinton propõe uma Emenda Constitucional para inverter a *Citizens United*²⁷ dentro de 30 dias de seu mandato, uma ordem executiva para tornar contratos do governo federal mais transparentes, e estabelecer um sistema de pequenos doadores para que tenham mais influência em eleições presidenciais e do Congresso (*On the Issues: Campaign Finance Reform*). Apesar de prometerem bastante, todas essas medidas soam insinceras vindas de uma pessoa com o passado de Clinton.

Ademais, a candidata democrata se comprometeu a criar incentivos para companhias que dividam seus lucros com os empregados, permitir refinanciamento de dívidas estudantis e acesso à faculdade públicas livre de dívidas para as famílias humildes, e passar um plano de investimento em infraestrutura, produção, pesquisa, tecnologia, energia limpa e pequenas

²⁷Em decisão histórica sobre financiamento de campanha, a Suprema Corte norte-americana proibiu em 2010 que o governo restringisse gastos independentes de corporações para comunicações políticas.

empresas em seus 100 primeiros dias de mandato. (*On the Issues: Na Economy That Works for Everyone*). Em relação aos programas sociais, ela anunciava que lutaria pelos direitos da classe trabalhadora e seu poder de barganha, e investiria em qualificação para os trabalhadores (*On the Issues: Labor*), expandiria o *Medicaid* e o *Affordable Care Act* (*On the Issues: Health Care*), defenderia o *Social Security Act* e o *Medicare* de ataques republicanos para privatizá-los (*On the Issues: Social Security and Medicare*).

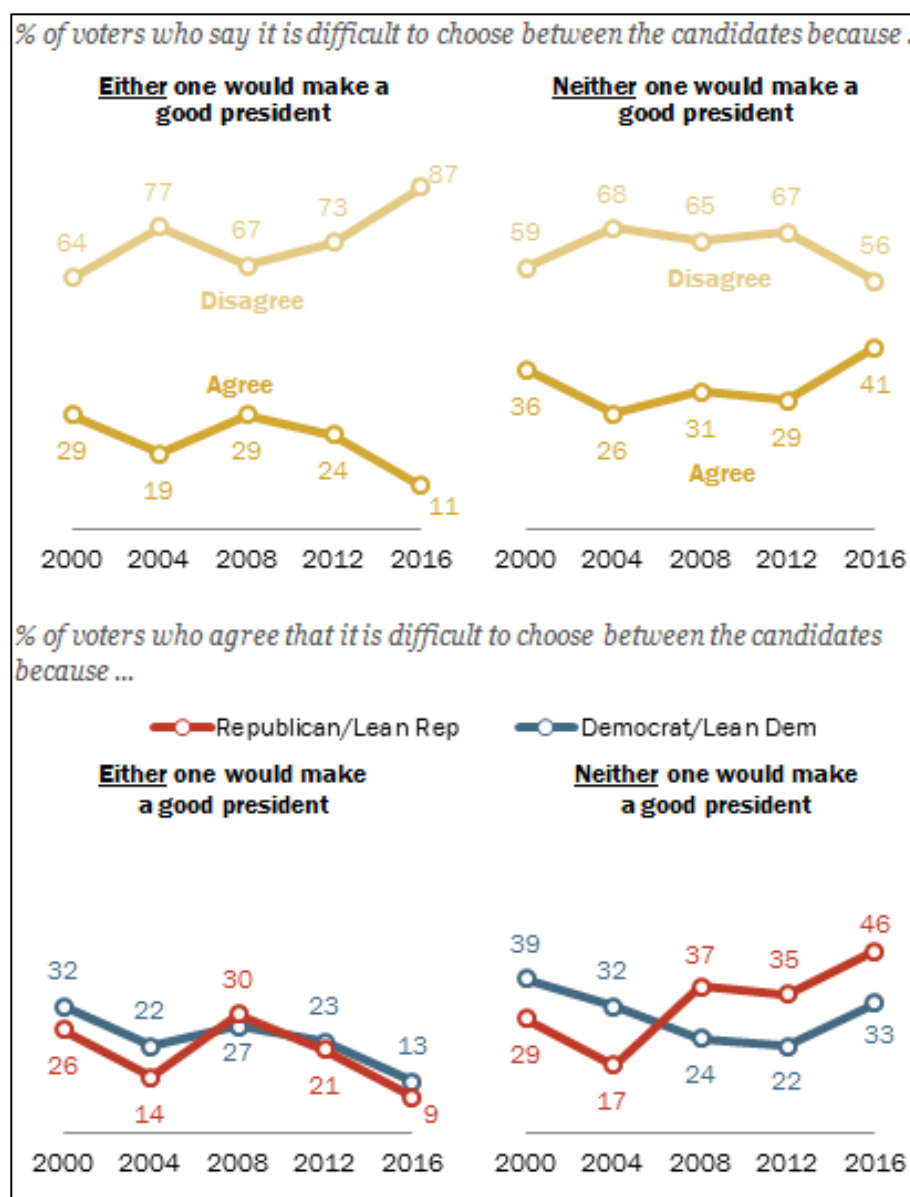
Como resposta direta à desconfiança da globalização, Clinton anunciou que não apoiaria a Parceria Transpacífica (*Trans-Pacific Partnership*), acordo comercial que enquanto Secretária de Estado ela classificara como uma peça central para a estratégia norte-americana na região asiática banhada pelo Pacífico. Essa mudança deve-se à preocupação em perder apoio da base eleitoral de Sanders, que apresentava uma visão mais cética em relação a acordos comerciais.

Pursue smarter, fairer, tougher trade policies that put U.S. job creation first and get tough on nations like China that seek to prosper at the expense of our workers. This includes opposing trade deals like the Trans-Pacific Partnership that do not meet a high bar of creating good-paying jobs and raising pay. (*On the Issues: Jobs*, 2016)

Grande parte de sua campanha também foi voltada para a narrativa de que ela seria severa com empresas que transferissem seus lucros ao exterior para evitar pagar impostos nos EUA e faria com que empresas que exportassem trabalho devolvessem a isenção fiscal que recebiam nos EUA. Dessa forma, o programa de Clinton também foi ajustado para refletir o contexto social e político expresso pelo *Occupy*, distanciando-se do discurso tradicional da globalização financeira, e optando por seguir posições mais severas com *Wall Street* e protecionistas.

Apesar disso, Clinton não foi capaz de desvencilhar-se de sua imagem pró-*establishment*, fazendo com que não conseguisse uma boa margem de vantagem sobre Trump, apesar da maioria das pesquisas eleitorais apontarem que esse seria o caso. Com efeito, dados do *Pew Research Center* sugerem que a maioria dos eleitores não estava satisfeita com as opções para presidente.

GRÁFICO 10 – Nível de satisfação com os candidatos à presidência 2000-2016



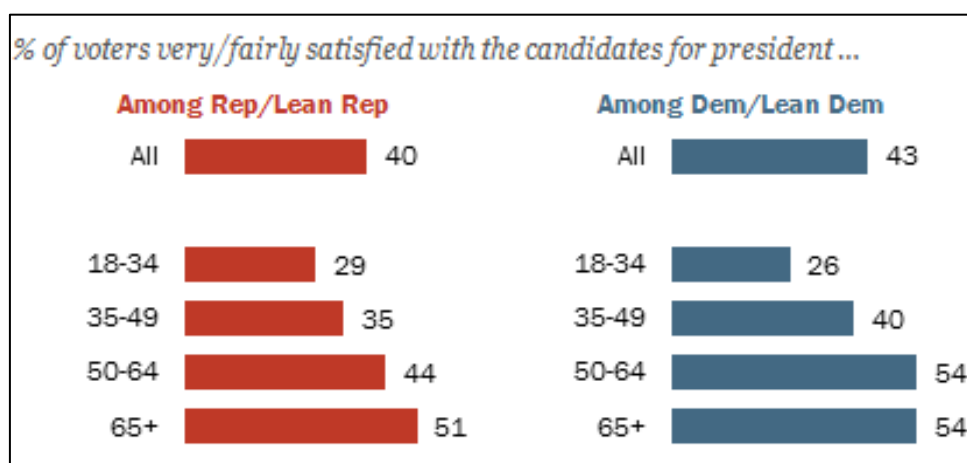
Elaboração: *ResearchPew Center*, 2016.

Além disso, os jovens na faixa de 18 a 34 anos, principal perfil dos manifestantes do *Occupy*, são os mais insatisfeitos, estabelecendo um novo récorde em relação às eleições anteriores.

TABELA 2 – Nível de satisfação com os candidatos à presidência por idade 1992 - 2016

| <i>% of voters very/fairly satisfied with the candidates for president ...</i> | | | | | | | |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| | 1992 | 1996 | 2000 | 2004 | 2008 | 2012 | 2016 |
| | % | % | % | % | % | % | % |
| 18-29 | 41 | 50 | 68 | 68 | 68 | 60 | 23 |
| 30-49 | 36 | 47 | 65 | 64 | 65 | 57 | 36 |
| 50-64 | 34 | 47 | 62 | 64 | 53 | 57 | 47 |
| 65+ | 31 | 41 | 62 | 65 | 51 | 54 | 49 |
| Oldest - youngest difference | -10 | -9 | -6 | -3 | -17 | -6 | +26 |

Elaboração: *Pew Research Center*, 2016.

GRÁFICO 11 – Nível de satisfação com os candidatos à presidência por partido

Elaboração: *Pew Research Center*, 2016.

Essa insatisfação contribuiu, portanto, para o acirramento da corrida presidencial. A principal tática adotada por Clinton durante sua campanha foi tentar deslegitimar seu oponente, ressaltando o temperamento errático de Trump e a falta da postura respeitosa que se esperaria de um presidente. Diversas vezes seu discurso agressivo foi apontado como evidência de que ele não estaria apto a governar. A intolerância, o machismo, o racismo, a xenofobia, a discriminação, e o discurso de ódio do candidato foram repetidamente trazidas para o debate.

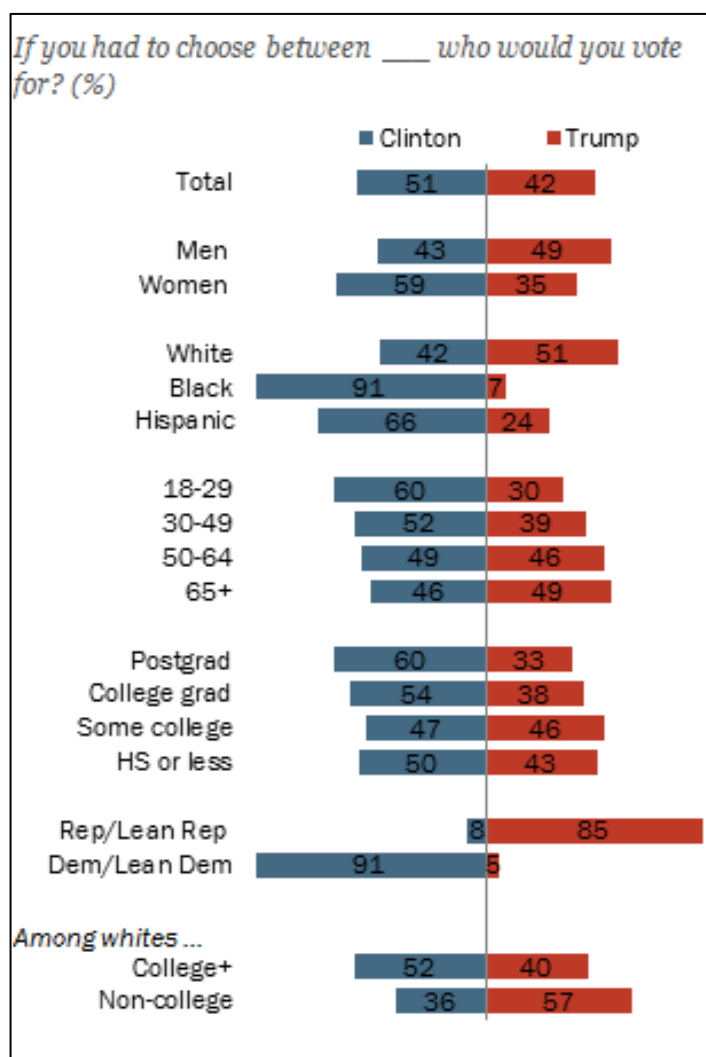
Mesmo durante as primárias, já havia uma preocupação quanto ao desempenho irregular de Clinton entre eleitores brancos do sexo masculino, que poderia dar margem para Trump atrair democratas e independentes mais abertos aos seus discursos de forte segurança militar, política externa nacionalista e unilateral, e abordagem empresarial para a economia (CHOZIK; HEALY, 2016). Para combater essa possibilidade, denunciavam Trump como o

empresário que sempre trabalhou contra os interesses da classe trabalhadora que ele dizia agora defender. Apesar disso, como foi visto na seção anterior, Trump conseguiu angariar uma parte desse eleitorado.

De fato, a base eleitoral de Clinton era composta por mulheres, negros, hispânicos, com alto nível educacional e tendo um número considerável de pessoas entre 18 e 49 anos. Trump, por outro lado, levou a preferência entre homens brancos, pessoas acima dos 50 anos e pessoas com menor nível educacional.

In fact, a deep dive into the poll data showed that Trump's voters were better off than the average American. The voters with the lowest incomes—overwhelmingly minorities —continued to vote Democratic. But a detailed accounting of the electoral statistics did show a significant shift to the Republicans among white male voters with less than a college education. It was less immediate misery than anxiety about the future that drove the Trump vote, fears that in the white population were associated with hostility to Latinos and black Americans, and among men with hostility to upwardly mobile women (TOOZE, 2018:444)

GRÁFICO 12 - Diferenças demográficas entre apoiadores de Trump e de Clinton



Elaboração: *Pew Research Center*, 2016.

A despeito de ter recebido a maior quantidade de votos (48% a 46%), Clinton perdeu nos *swing states* mais importantes e imprevisíveis: Flórida (29 votos eleitorais), Pensilvânia (20 votos eleitorais), Michigan (16 votos eleitorais), Carolina do Norte (15 votos eleitorais), Arizona (11 votos eleitorais) e Wisconsin (10 votos eleitorais). Essa foi a quinta vez na história em que o candidato com menor quantidade de votos se consagra vencedor. Destarte, Trump foi eleito 45º Presidente dos EUA, com 306 votos no Colégio Eleitoral a 232 de Clinton.

3.2.4 DONALD TRUMP

Trump foi o presidente mais velho a assumir o cargo, com 70 anos de idade. Uma de suas grandes bandeiras era sua vida consolidada como empresário, sendo o mercado

imobiliário parte de seus negócios. Ele havia passado pela recessão dos anos 1990 e pela crise de 2008 quase indo à falência, mas “as Hyman Minsky, the legendary analyst of financial crises, observed already in 1990, Donald Trump was the very epitome of a Ponzi scheme capitalist, living hand to mouth by borrowing against the expected appreciation of his assets”(TOOZE, 2018:440).

Em 2009, ele elogiou a atuação de Obama frente à crise, argumentando que tanto o resgate dos bancos quanto o pacote de investimentos eram medidas boas e necessárias. Em 2011, ao começar a pensar na possibilidade de participar da corrida presidencial, Trump passou da admiração para a abominação, divulgando na mídia uma teoria da conspiração que dizia que Obama não teria nascido nos EUA e, portanto, seria inelegível, chegando até mesmo a sugerir que ele era muçulmano (*ibid*:441). Em 2013, Trump já era o representante anti-imigração do Partido Republicano, e em 2014 já tinha seus *slogans* de construir o muro na fronteira com o México e o *Make America Great Again*.

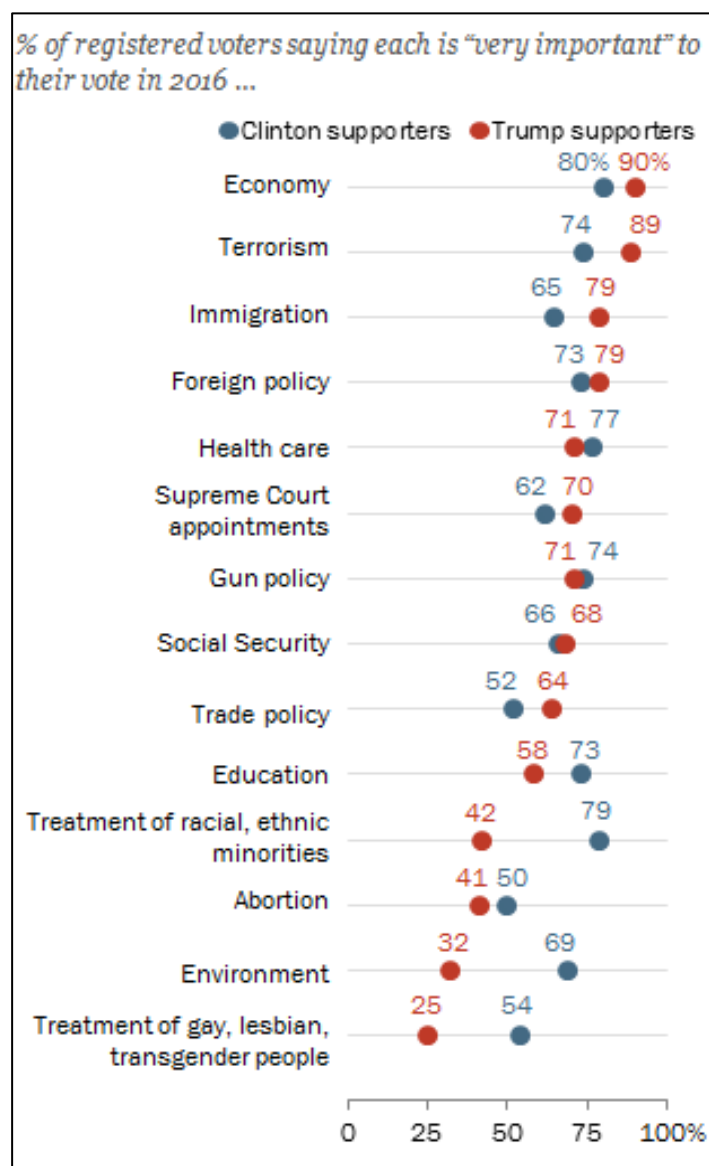
Trump venceu as primárias do Partido Republicano surfando na onda do *Tea Party* e das fragmentações internas do partido, que não se recuperou do choque de 2008, e conseguiu uma vitória com quase o dobro de votos (*ibid*:440). Seu discurso populista, nacionalista, xenófobo e apocalíptico tinha grande apelo entre os homens brancos que eram sua base de apoio, prometendo deixar os imigrantes ilegais que roubavam seus trabalhos de colarinho azul para fora dos EUA. Seu caráter politicamente incorreto e sua personalidade forte e combativa era capaz de cativar um tipo específico de eleitor.

Trump’s racial attitudes reflected the animosities of the era of civil rights, desegregation and New York in the 1970s. His boorish manners and sexism echoed the Manhattan party scene of the 1980s, when bond traders toasted one another as “big swinging dicks.” The sense of national crisis that drove his campaign was a reflex not so much of the recent past as of the first moment when modern Americans felt the world changing around them—the late 1970s and early 1980s. The trauma of defeat in Vietnam, America’s urban crisis and angry Japan bashing—thirty years on Trump was still harping on those fears, but now transposed onto new enemies: China, Islam and undocumented Latino immigrants.(TOOZE, 2018:439)

Seu *slogan* já prometia a volta a essa época. A faixa etária na qual o presidenciável tinha mais aprovação também ajuda a elucidar o motivo dessa imagem ser tão atraente para seus eleitores. Ademais, entre eles as pastas de economia, terrorismo, imigração e política externa aparecem como as mais importantes, demonstrando que os discursos acalorados de Trump eram muito bem recebidos por sua base. Em contraste, o tom moderado de Clinton, ainda que sob a roupagem das promessas de atenuar as influências corporativas, falharam

miseravelmente em energizar a parcela da população que votou em Obama e agora votaria no Trump (*ibid*:445).

GRÁFICO 12 - Importância de pautas entre apoiadores de Clinton e de Trump em 2016



Elaboração: *Pew Research Center*, 2016.

Em sua campanha, Trump também fez o máximo para vender sua imagem como a de um candidato cuja missão seria libertar a política da elite globalista. Em seus discursos, não faltavam reprimendas contra as estruturas de poder global responsáveis por roubar a classe trabalhadora e colocar o dinheiro na mão de políticos corruptos e grandes corporações. “*From the richest businessman ever to run for president, it was a remarkable antibusiness message*” (*ibid*:443).

Durante as primárias, eles e vangloriava com certa frequência que financiava sua própria campanha, e portanto não teria amarras com *Wall Street* tal qual sua adversária democrata. A partir do momento em que foi nomeado oficialmente como candidato do partido, no entanto, recorreu a grandes grupos de financistas, incluindo da indústria de títulos e investimento (BORAK; WILLIAMS, 2016) Além disso, incluiu em seus conselhos consultivos econômicos pessoas de renome em *Wall Street*.

The nominee's national finance chairman is Steven Mnuchin a former Goldman Sachs employee who now serves as CEO of hedge fund Dune Capital Management. Mr. Mnuchin is also one of several financial heavyweights named to Mr. Trump's economic advisory council unveiled Aug. 5. Other big names included Mr. Paulson and Stephen Feinberg, co-founder and chief executive of private-equity giant Cerberus Capital Management LP. (*ibid*)

Sua campanha é marcada por uma série de declarações controversas, e vários pontos são deixados em aberto. Sobre *Wall Street*, ele proclamava ser um absurdo que os *hedge funds* tenham tantas isenções de taxas, porém não deixava claro em seu programa de que maneira isso seria alterado (*ibid*). Além disso, ele discordava quanto à necessidade de compartimentalizar grandes bancos e acreditava que o *Dodd Frank* fosse prejudicial aos investimentos, já que a regulamentação seria tão severa que estaria inibindo os bancos de realizar empréstimos, e por conseguinte atrapalhando a economia. Quanto à isso, Trump declarava que iria cortar massivamente a regulamentação (*ibid*).

Trump defendia também corte de impostos e aumento de investimento em defesa e infraestrutura, que seria custeado através do levantamento de restrições sobre produção de energia gerando assim receita fiscal sem a necessidade de aumentar o imposto sobre a gasolina (HARRISON, 2016). Ele prometeu manter o *Social Security* e o *Medicare*, indo na contramão de líderes republicanos que pressionavam por cortes desses programas. Sobre o salário mínimo, ele deu uma série de declarações polêmicas, hora dizendo que era “alto demais”, hora que estaria disposto a trocar um aumento do salário mínimo para obter outro objetivo político, até afirmar em julho de 2016 um salário mínimo de 10 dólares a hora (TROTSMAN, 2016).

A assinatura de sua campanha residia no seu forte embate contra a globalização. Daí advém a principal identificação das pessoas que precisavam de respostas frente às conseqüências da crise de 2008, e também seu ponto de ruptura com a política do *establishment*. Sua rejeição à política de livre comércio e sua visão nacionalista e protecionista da economia ia de encontro ao consenso entre os partidos nas décadas anteriores.

Trump defendeu o aumento de tarifas para proteger a economia americana contra a competição injusta com o exterior. Isso gerou vários confrontos entre ele e o *lobby* do comércio, que alertava que isso poderia prejudicar indústrias americanas que dependem da cadeia de abastecimento internacional. Apesar disso, havia entre a população uma percepção de que a globalização teria sido responsável por transferir o trabalho, a riqueza e as indústrias americanas para o exterior. Se voltavam agora contra as políticas que passaram décadas construindo e reforçando no ordenamento global. Esse novo encaminhamento do senso comum era forte o bastante para influenciar a retórica tanto democrata quanto republicana, como foi visto na seção anterior. A principal diferença estava no tom em que esse debate ocorria.

Ainda dentro do carro-chefe de sua campanha, está a mudança na política de imigração. Na contramão das propostas de sua adversária nessa área, que rogavam por melhorar a situação dos imigrantes no país, Trump anunciava de maneira retumbante a deportação de milhares de imigrantes ilegais. Além disso, havia seu projeto patenteadado de construção de um muro na fronteira entre o México e os EUA, que seria pago pelo próprio México.

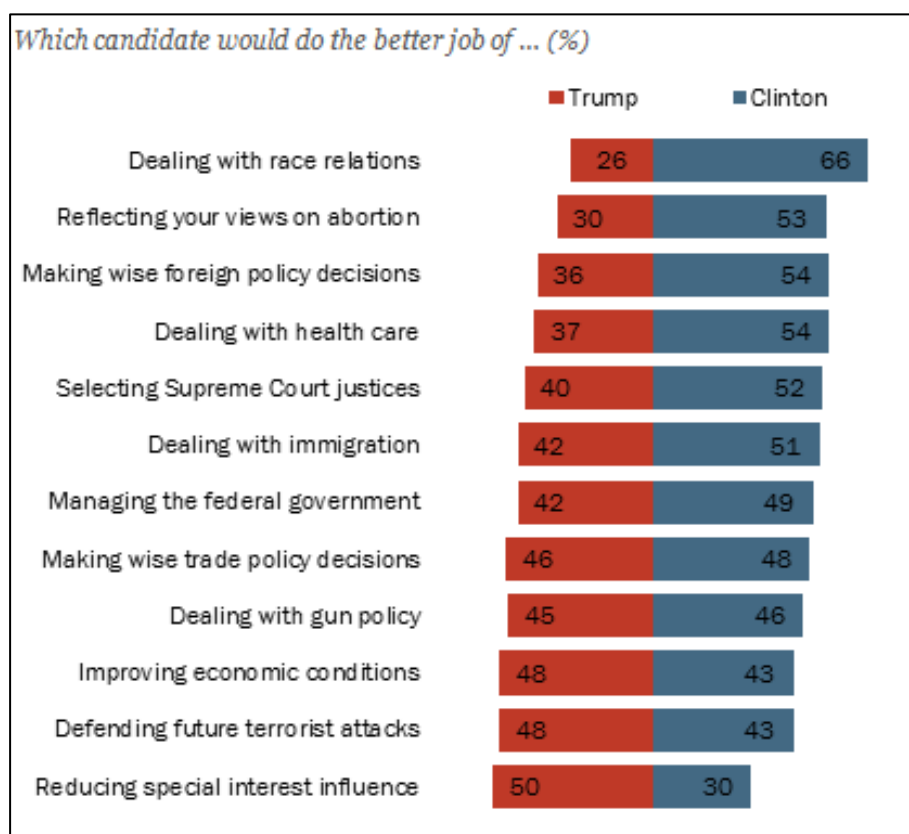
Entre outras declarações, o candidato falou sobre banir muçulmanos de entrarem em solo norte-americano, confiscar salários de empregos ilegais que imigrantes enviavam ao exterior, e mudar as leis de cidadania da lei do solo para a lei do sangue, impedindo assim que filhos de imigrantes nascidos nos EUA tenham cidadania norte-americana (PALETTA, 2016).

Cabe ressaltar ainda que, para Trump, a China era vista como principal adversária econômica dos EUA. Com efeito, sua postura nesse ponto era irredutível: os acordos comerciais seriam reescritos, caso contrário ele sancionaria a entrada de produtos chineses através do aumento de tarifas. Também garantia endurecer as regras sobre propriedade intelectual contra roubo e combater os subsídios oferecidos pela China para aumentar as exportações (*ibid*). Ademais, fala que a China estaria manipulando sua própria moeda para obter ganhos comerciais, e que expandiria a presença militar dos EUA na região com o objetivo de pressionar o país (*ibid*). Mesmo em campanha, a guerra comercial já estava anunciada.

Além das particularidades do sistema eleitoral norte-americano, uma das razões centrais que explicam a vitória de Trump é que, de acordo com pesquisa do *Pew Research Center*, a despeito de suas declarações serem por vezes contraditórias, ele era percebido como o candidato com maior potencial de melhorar as condições econômicas, defender o país de ataques terroristas e reduzir a influência de interesses especiais na política. Quanto a esse

último, suas afirmações contra a globalização pareciam corroborar com a ideia de que uma mudança no ordenamento estaria em curso.

GRÁFICO 13 - Aptidão dos candidatos para lidar com as pautas



Elaboração: *Pew Research Center*, 2016.

Dentro deste contexto, e dadas as particularidades do sistema eleitoral dos estadunidense, Trump sagrou-se o vencedor do pleito presidencial de 2016, como prova das contradições sistêmicas do capitalismo norte-americano.

CONCLUSÃO

Embora a magnitude das manifestações do *Occupy Wall Street* e o resultado das eleições de 2016 nos EUA tenham sido um choque para grande parte da imprensa norte-americana e internacional, é possível remontar suas raízes em todo o processo econômico e social que o país vinha passando desde a década de 1980, mas principalmente a partir da escalada da tensão social e política que a crise de 2008 gerou.

Conforme visto no primeiro capítulo com Polanyi, o mercado autorregulado se sustenta de maneira frágil enquanto instituição, uma vez que sua existência implica na contradição intrínseca do rompimento da organização social que nele se baseia. As forças sociais que surgem dessa contradição têm um importante papel dialético na proteção da sociedade e consequente autodestruição desse mesmo sistema. A obra de Polanyi é reveladora ao demonstrar como essa reação é capaz de afetar a política tanto a um nível nacional quanto a um nível internacional. Nos anos entre a I e a II Guerra Mundial, o fascismo, o nazismo e o socialismo surgem enquanto respostas possíveis frente a crise das instituições liberais e o aprofundamento do moinho satânico.

A teoria crítica de Cox (1981) é outra importante referência para compreender a relação entre as transformações sistêmicas e as forças sociais, que são tão importantes quanto as relações entre os Estados. A institucionalização do modo de produção capitalista na sociedade liberal é a forma pela qual a ordem hegemônica se estabiliza e se reproduz, refletindo as relações de poder existentes. O ordenamento internacional é uma expansão dessas práticas internas que, uma vez estabelecido, as retroalimenta.

Qualquer alteração no ordenamento internacional tem que passar antes por disputas internas dentro das sociedades nacionais, nas quais projetos políticos concorrentes lutam pela retórica de construção não só de ideias, mas também de instituições e capacidades materiais. A confrontação entre essas forças opostas em situações históricas concretas é uma causa suscitadora de possíveis mudanças nos padrões das relações sociais e, por conseguinte, na estrutura hegemônica. Assim, o movimento de edificação (ou modificação) de ordens hegemônicas ocorre de maneira centrífuga, partindo de dentro para fora.

O movimento a partir da década de 1970 de ruptura do SMFI de Bretton Woods para o padrão dólar flexível marcou um retorno aos mercados desregulados, aos Estados mínimos, aos princípios liberais e deu início a uma nova era de globalização financeira neoliberal, possibilitando uma concentração financeira mais volátil e excludente graças à flutuação cambial e ao livre movimento de capitais que não existia no padrão-ouro. Assim, a economia

política do sistema internacional passou por uma “segunda grande transformação” geopolítica, ideológica e econômica que alterou o funcionamento do mundo no final do século XX, aprofundando suas estruturas capitalistas (FIORI, 1997).

Os Estados tiveram um papel importante nesse processo de financeirização ao oferecerem aos atores de mercado muita liberdade. Os EUA em particular obteriam uma vantagem “extra exorbitante” ao realizar o ajuste de seus déficits externos sem restrições, fazendo com que pressionassem outros Estados a desmembrar seus controles de capitais (STRANGE, 1987). Dessa maneira, garantiram tanto sua autonomia política quanto a preservação de sua posição privilegiada no sistema financeiro global.

Além disso, a proeminência de acadêmicos e teóricos neoliberais na política norte-americana possibilitou a aglutinação de uma ordem liberal que garantisse os interesses americanos a um projeto de abandono do Estado de bem-estar social, em prol de políticas mais conservadoras. O neoliberalismo, assim como o liberalismo no século XIX, emergiu como triunfante ao fornecer um veículo viável para a economia capitalista, legitimando suas instituições tanto aos olhos das elites do sistema como aos olhos da maioria da população.

Quando a crise financeira de 2008, a mais severa desde a crise de 1929, eclode com a bolha especulativa no setor imobiliário americano, evidencia-se que a liberdade extrema dada às inovações no setor financeiro no melhor estilo *laissez-faire* neoliberal representa um imenso risco à própria estabilidade das instituições do sistema.

Assim, o crescimento da inadimplência hipotecária envolvendo devedores classificados como *subprime* levou os fundos de cobertura de risco associados a essas hipotecas a entrar em colapso, causando um efeito em cascata sistêmico que resultou em um curto-circuito da economia mundial e produziu crises de débito e crédito em diversos países, prejudicando as importações e exportações de diversos setores (TORRES FILHO, 2008).

O governo americano teve que atuar injetando liquidez, resgatando e nacionalizando bancos e companhias de seguro. O FED foi essencial na estabilização e contenção da crise, ao atuar como emprestador de última instância fornecendo liquidez à economia global em acordos de *swap* negociados bilateralmente (HELLEINER, 2014).

A crise fez com que milhares de pessoas perdessem suas casas e o valor que investiram nelas. Resgatar os bancos e repassar os custos à população com o aprofundamento de políticas de austeridade foi um resultado das disputas políticas travadas no período, que se acirraram bastante. Esse contexto contribuiu para um aumento vertiginoso da desigualdade de renda nos EUA, que já vinha em direção ascendente desde o começo da globalização financeira.

Foi justamente a indignação à manutenção desse *status quo* que levou as pessoas às ruas em 2011 no movimento que ocupou o principal centro financeiro mundial, o *Occupy Wall Street*. Segundo Chomsky (2012), o movimento é uma resposta a 30 anos de luta de classes que escancara a desigualdade social, evidenciando o impacto do neoliberalismo nos EUA com a destruição dos serviços públicos e o apoio governamental à corrupção política e financeira. Ele aponta ainda que é necessário organização popular para mobilizar reformas na regulação financeira, e revitalizar a política lançando uma oposição aos dois principais partidos americanos, os republicanos e os democratas.

O *Occupy* não levou a mudanças significativas em termos de políticas específicas, devido à diversidade de demandas e à dificuldade dessas agendas serem atendidas institucionalmente. Apesar disso, as principais pautas do *Occupy* foram de alguma forma incorporadas a um discurso político antiglobalização e *antiestablishment* dentro da agenda política americana. Nos principais jornais do país, há uma clara alusão entre o *Occupy* e o crescimento do movimento nacionalista e populista do *Tea Party* que ganha força a partir de 2009, também no rescaldo da crise de 2008.

Embora à primeira vista eles pareçam extremamente diferentes em seus principais fundamentos – um de origem progressista e voltado para a esquerda, o outro conservador e de direita -, o que conservam de semelhança enquanto movimentos que buscam resposta frente à queda de confiança nas instituições liberais e à globalização capitalista não deve ser ignorado. O *Occupy* tem como característica, assim como outros levantes espontâneos vistos no mesmo período, a exemplo dos Indignados na Europa e da Primavera Árabe, a congregação de diferentes setores da sociedade, já que suas pautas universalizantes colocam pessoas de diferentes espectros políticos participando lado a lado.

Essa é uma característica potencialmente problemática para as manifestações, pois além de esvaziá-las aos poucos, facilita a cooptação desses movimentos pelos setores hegemônicos e elites políticas, que tentam se apropriar das causas populares para maquiagem e promover suas próprias agendas. Abre espaço ainda para o avanço de autoritarismos, e de respostas alternativas que tenham a pretensão de fornecer alguma solução frente à crise das principais instituições legitimadoras da ordem liberal.

A preocupação com a sobrevivência do ordenamento liberal internacional reacende o debate das transformações sistêmicas não somente ao apontar uma mudança de postura relevante no *hegemon*, mas também ao trazer à tona uma discussão sobre a apropriação transnacional da riqueza pelas elites liberais globais, do conseqüente aprofundamento das desigualdades e da reação populista a esse problema.

Ikenberry pontua que há um enfraquecimento das coalizões centristas e progressistas, ao mesmo tempo em que se observa uma ascensão do populismo de extrema direita (2017:3), impulsionado pela queda de legitimidade da ordem liberal como garantidora de estabilidade e solidariedade frente à população. Os custos de manutenção dessa ordem e o descontentamento com a globalização são fatores que impulsionam a retórica das eleições. Nye (2017) argumenta que elites que queiram manter a globalização precisam prestar mais atenção à desigualdade, ajudar os necessitados e estimular crescimento.

Portanto, pode-se entender a eleição de Donald Trump em 2016 como um sintoma da crise socioeconômica, e os movimentos do *Occupy Wall Street* enquanto tensões sociais de defesa da sociedade frente à precarização da vida.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, F. **A economia política da ruptura de padrão monetário nos anos 70**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- ALVAREDO, Facundo et al. The top 1 percent in international and historical perspective. **Journal of Economic perspectives**, v. 27, n. 3, p. 3-20, 2013.
- ANGELIM, D. Partido de Wall Street: as semelhanças entre Trump e Hillary. **Carta Capital**, 01 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/grri/partido-de-wall-street-as-fundamentais-semelhancas-entre-trump-e-hillary/>> Acesso em: 22/10/2020.
- ARRIGHI, G. Hegemonia e movimentos anti-sistêmicos. IN: **Os impasses da Globalização – Hegemonia e contra-hegemonia**. v. 1. SANTOS, Theotonio dos (coord). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003.
- ARRIGHI, G. Capitalism Unleashed: Finance, Globalization, and Welfare. **New Political Economy**, 13:2, 241-245, 2008.
- BARCELLOS, F. O G-20 e a reforma das instituições financeiras internacionais após a crise do subprime. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 16, n. 1, 2017.
- BEESON, M.; BELL, S. The G-20 and international economic governance: hegemony, collectivism, or both?. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, v. 15, n. 1, p. 67-86, 2009.
- BELGRAVE, C. For a critical engagement with aesthetics in IPE: Revitalizing economic imagination in times of crisis. **International Politics** 49:2, pages 154-176, 2012.
- BERNIE. Issues. **Bernie Sanders**, 2020. Disponível em: <<https://berniesanders.com/issues/>>. Acesso em: 15/10/2020.
- BERNIE. Real Wall Street Reform. **Bernie Sanders**, 2020. Disponível em: <<https://berniesanders.com/issues/real-wall-street-reform/>>. Acesso em: 10/10/2020.
- BERNIE. Money Out of Politics. **Bernie Sanders**, 2020. Disponível em: <<https://berniesanders.com/issues/money-out-of-politics/>>. Acesso em: 10/10/2020.
- BERNIE. Tax Increases for the Rich. **Bernie Sanders**, 2020. Disponível em: <<https://berniesanders.com/issues/tax-increases-for-the-rich/>>. Acesso em: 10/10/2020.
- BERNIE. Tax on Extreme Wealth. **Bernie Sanders**, 2020. Disponível em: <<https://berniesanders.com/issues/tax-extreme-wealth/>>. Acesso em: 10/10/2020.
- BERNIE. Free College Cancel Debt. **Bernie Sanders**, 2020. Disponível em: <<https://berniesanders.com/issues/free-college-cancel-debt/>>. Acesso em: 11/10/2020.

BERNIE. Medicare for All. **Bernie Sanders**, 2020. Disponível em: <<https://berniesanders.com/issues/medicare-for-all/>>. Acesso em: 11/10/2020.

BERNIE. Eliminating Medical Debt. **Bernie Sanders**, 2020. Disponível em: <<https://berniesanders.com/issues/eliminating-medical-debt/>>. Acesso em: 11/10/2020.

BERNIE. Expand Social Security. **Bernie Sanders**, 2020. Disponível em: <<https://berniesanders.com/issues/expand-social-security/>>. Acesso em: 11/10/2020.

BERNIE. Income Inequality Tax Plan. **Bernie Sanders**, 2020. Disponível em: <<https://berniesanders.com/issues/income-inequality-tax-plan/>>. Acesso em: 11/10/2020.

BIENEFELD, M. Suppressing the Double Movement to Secure the Dictatorship of Finance. In: BUGRA, Ayse e AGARTAN, Kaan (orgs). **Reading Karl Polanyi for the Twenty-First Century: market economy as a political project**. Nova Iorque: Palgrave-McMillan, p. 13-32, 2007.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

BORAK, D.; WILLIAMS, H. CLINTON VS. TRUMP Where They Stand on Wall Street. **The Wall Street Journal**, 2016. Disponível em: <<http://graphics.wsj.com/elections/2016/where-do-clinton-and-trump-stand-on-wall-street/>> Acesso em: 22/10/2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos Estudos** - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 51-72, março 2010.

BUMP, P. How likely are Bernie Sanders supporters to actually vote for Donald Trump? Here are some clues. **Washington Post**, 24 de mai de 2016. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/the-fix/wp/2016/05/24/how-likely-are-bernie-sanders-supporters-to-actually-vote-for-donald-trump-here-are-some-clues/>> Acesso em: 13/10/2020.

CAMARES, L. **Estruturas de poder, regulação financeira e crise: Economia Política Internacional da regulação financeira no pós-crise 2007/2008**. 226f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

CARR, E. **Vinte anos de crise: 1919-1939**. ED. Universidade de Brasília, 1981.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. São Paulo, Zahar, 2013.

CASTELLS, M.; MAJER, R. V.; GERHARDT, K. B. **A sociedade em rede**. Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

CECÍLIO, M. B. **As transformações no Sistema Monetário e Financeiro Internacional após a crise de 2008 e a nova centralidade norte-americana**. 303f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

CHOMSKY, N. **Occupy**. Zuccotti Park Press, 2012.

CHOZIK, A.; HEALY, P. Inside the Clinton Team's Plan to Defeat Donald Trump. **New York Times**, 29 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/03/01/us/politics/hillary-clinton-donald-trump-general-election.html>> Acesso em: 18/10/2020.

COHEN, B. J. **Organizing the world's money: the political economy of international monetary relations**. New York: Basic Books, 1977.

COHEN, B. J. **The future of money**. Princeton University Press, 2006.

COHEN, B. J. **International Political Economy: An intellectual history**. Princeton, Princeton University Press, 2008.

COLGAN, J. D.; KEOHANE, R. O. The Liberal Order Is Rigged: Fix It Now or Watch It Wither. **Foreign Affairs**, v. 96, p. 36, 2017.

COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS. 2017. Economic Report of the President. 2017. Disponível em: <<https://www.nber.org/erp/ERP-2017.pdf>> Acesso em: 15/01/2019.

COWEN, D.; SMITH, N. After Geopolitics? From the Geopolitical Social to Geoeconomics. In: **Antipode** Vol. 41 No.1, 2009.

COX, R. W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. Millennium: **Journal of International Studies**, Londres, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.

COX, R. W. **Production, power, and world order: Social forces in the making of history**. Columbia University Press, 1987.

COX, R. W. (1981) Social Forces, States and World Orders: beyond international relations theory. **Approaches to World Order**. Cambridge, 1996.

COX, R. W. (1985) Realism, Positivism, and Historicism. **Approaches to World Order**. Cambridge, 1996.

COX, R. W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 101-123, 2007.

DALE, G. In search of Karl Polanyi's international relations theory. **Review of International Studies**, v. 42, n. 3, p. 401-424, 2016.

DUECK, C. **The Obama Doctrine. American Grand Strategy Today**. New York: Oxford University Press, 2015

EDSALL, T. B. The Trump-Sanders Fantasy. **New York Times**, 24 de fevereiro de 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2016/02/24/opinion/campaign-stops/the-trump-sanders-fantasy.html>> Acesso em: 11/10/2020.

EICHENGREEN, B. J. **A Globalização do Capital: Uma História do Sistema Monetário Internacional**. Editora 34, 1996.

EICHENGREEN, Barry. **Exorbitant Privilege: The rise and fall of the Dollar and the Future of the International Monetary System**. Oxford University Press, 2011.

EICHENGREEN, B. J.; MUSSA, M. Capital account liberalization and the IMF. **Finance and Development**, v. 35, n. 4, p. 16, 1998.

FIORI, J. L. Globalização, hegemonia e império. **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**, v. 6, p. 87-147, 1997.

FIORI, J. L. Estados, Moedas e Desenvolvimento. In: Fiori, J.L. (org), **Estados e Moedas no desenvolvimento das nações**. Editora Vozes, 1999.

FIORI, José Luís. Maria da Conceição Tavares e a hegemonia Americana. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, n. 50, p. 207-235, 2000.

FIORI, J. L. As grandes transformações (I, II, III). In: **60 Lições dos 90. Uma década de neoliberalismo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2002.

FREDDO, D. Desregulamentação financeira e a “Reafirmação dos Mercados” com dominância dos bancos nos Estados Unidos. **OIKOS** (Rio de Janeiro), v. 12, n. 2, 2014.

FRIEDMAN LISSNER, R.; RAPP-HOOPER, M. The Day after Trump: American Strategy for a New International Order. **The Washington Quarterly**, v. 41, n. 1, p. 7-25, 2018.

FUKUYAMA, F. American Political Decay or Renewal: The Meaning of the 2016 Election. **Foreign Affairs**, v. 95, p. 58, 2016.

FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GARCIA, A. S. A introdução de Gramsci nas Relações Internacionais: aspectos metodológicos. **Revista Acadêmica de Relações Internacionais**, v. 1, n. 3, p. 110-120, 2011.

GARCIA, A. S.; DE SÁ, M. B. "Overcoming the Blockage": An interview with Robert W. Cox. **Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 1, n. 2, p. 303-318, 2013.

GILL, S. & LAW, D. Global Hegemony and the Structural Power of Capital. **International Studies Quarterly**, vol. 33, pp. 475 – 499. 1989

GILL, S. Gramsci, Modernity and Globalization. **International Gramsci Society**, 2003. Disponível em: <http://www.internationalgramscisociety.org/resources/online_articles/articles/gill01.shtml>

GITLIN, T. **Occupy nation: The roots, the spirit, and the promise of Occupy Wall Street.** New York: itbooks, 2012.

GOHN, M. da G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis, RJ. Vozes, 2014

GREEN, J.; HAY, C. Towards a New Political Economy of the Crisis: Getting What Went Wrong Right. **New Political Economy** 20:3, pages 331-341, 2015.

G20. G20 Leaders' Statement: London Summit. 2 Abril de 2009. Disponível em: <http://www.fsb.org/wp-content/uploads/g20_leaders_declaration_london_2009.pdf> Acesso em 20/02/2019.

G20. G20 Leaders' Statement: The Pittsburgh Summit. 24 e 25 Setembro de 2009. 2009b Disponível em: <http://www.fsb.org/wp-content/uploads/g20_leaders_declaration_pittsburgh_2009.pdf> Acesso em: 20/02/2019.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HELLEINER, E. **States and the reemergence of global finance: from Bretton Woods to the 1990s.** Cornell University Press, 1994.

HELLEINER, E. Explaining the globalization of financial markets: bringing states back in. **Review of International Political Economy**, v. 2, n. 2, p. 315-341, 1995a.

HELLEINER, E. Great Transformations: a Polanyian Perspective on the contemporary Global Financial Order. **Studies in Political Economy**, vol. 48, pp. 149-164, 1995b.

HELLEINER, E. Understanding the 2007/2008 Global Financial Crisis: Lessons for Scholars of International Political Economy. **Annual Review of Political Science** 14:1, pages 67-87, 2011.

HELLEINER, E. **The status quo crisis: Global financial governance after the 2008 meltdown.** Oxford University Press, 2014.

HETTNE, B. **Karl Polanyi and the Search for World Order.** Essays, Commentaries, and Reviews – Karl Polanyi Institute of Political Economy, 2004. Disponível em: <<http://artsandscience.concordia.ca/polanyi/pdfs/Hettne-2004.pdf>>

HILLARY. Issues. **Hillary Clinton**, 2016. Disponível em: <<https://www.hillaryclinton.com/issues/>> Acesso em: 17/10/2020

HILLARY. Wall Street. **Hillary Clinton**, 2016. Disponível em: <<https://www.hillaryclinton.com/issues/wall-street/>> Acesso em: 17/10/2020.

HILLARY. A Fair Tax System. **Hillary Clinton**, 2016. Disponível em: <<https://www.hillaryclinton.com/issues/a-fair-tax-system/>> Acesso em: 17/10/2020.

HILLARY. Campaign Finance Reform. **Hillary Clinton**, 2016. Disponível em: <<https://www.hillaryclinton.com/issues/campaign-finance-reform/>> Acesso em: 17/10/2020.

HILLARY. An Economy that Works for Everyone. **Hillary Clinton**, 2016. Disponível em: <<https://www.hillaryclinton.com/issues/an-economy-that-works-for-everyone/>> Acesso em: 17/10/2020.

HILLARY. Labor. **Hillary Clinton**, 2016. Disponível em: <<https://www.hillaryclinton.com/issues/labor/>> Acesso em: 17/10/2020.

HILLARY. Health Care. **Hillary Clinton**, 2016. Disponível em: <<https://www.hillaryclinton.com/issues/health-care/>> Acesso em: 19/10/2020.

HILLARY. Social Security and Medicare. **Hillary Clinton**, 2016. Disponível em: <<https://www.hillaryclinton.com/issues/social-security-and-medicare/>> Acesso em: 19/10/2020.

HILLARY. Jobs. **Hillary Clinton**, 2016. Disponível em: <<https://www.hillaryclinton.com/issues/jobs/>> Acesso em: 19/10/2020.

IKENBERRY, G. J. The Plot against American Foreign Policy: Can the Liberal Order Survive. **Foreign Affairs**, v. 96, p. 2, 2017.

INAYATULLAH, N.; BLANEY, D. L. Towards an ethnological IPE: Karl Polanyi's double critique of capitalism. **Millennium**, v. 28, n. 2, p. 311-340, 1999.

INSIDE Job. Direção: Charles Ferguson. Produção: Charles Ferguson e Audrey Marrs. [S.l.]: Sony Pictures Classics. 2010.

JUNIOR, B; RODRIGUES, G; TORRES, E. **Analisando a crise do subprime**. 2008.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest, and Money: Interest and Money**. Harcourt, Brace and company, 1936.

KINDLEBERGER, Charles P.; SALANT, Walter S.; DEPRES, E. The Dollar and World Liquidity: A Minority View. **The Economist**, February v. 5, pp. 526-529, 1966. Reprinted by the Brookings Institution, Washington, April 1966.

KINDELBERGER, Charles P.; ALIBER, Robert Z. **Manias, panics and crashes: A history of financial crisis**. Palgrave Macmillan, 2005.

KUMKAR, N. C. **The Tea Party, Occupy Wall Street, and the Great Recession**. Springer, 2018.

MALLESON, T. **After Occupy: Economic democracy for the 21st century**. Oxford University Press, 2014.

MEDEIROS, Carlos A.; SERRANO, Franklin. Padrões monetários internacionais e crescimento. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MIAN, Atif; SUFI, Amir. The consequences of mortgage credit expansion: Evidence from the US mortgage default crisis. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 124, n. 4, p. 1449-1496, 2008.

MOFFITT, M. **O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MOREIRA JR, H. A Política de Inovação do Governo Obama como Estratégia de Recuperação Econômica e Manutenção da Liderança Internacional. **OIKOS (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 2, 2017.

MOUFFE, C. **El retorno de lo político: Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical**. Barcelona, Espanha. Paidós, 1999.

MUSSA, M. et al. **Capital account liberalization: theoretical and practical aspects**. International Monetary Fund, 1998.

NYE JR, J. S. Will the liberal order survive: The history of an idea. **Foreign Affairs**, v. 96, p. 10, 2017.

OBAMA (2009 – 2016: Barack Obama). Remarks of the President on Regulatory Reform. Washington, DC, 17/06/2009. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/remarks-president-regulatory-reform>> Acesso em 01/02/2019.

OCCUPY WALL STREET. Declaração da Ocupação da Cidade de Nova Iorque. Assembleia Geral de Nova Iorque. Nova Iorque. 2011.

PALAN, RONEN. The Proof of the Pudding is in the Eating: IPE in Light of the Crisis of 2007/8, **New Political Economy**, 14:3, 385-394, 2009.

PALLETA, D. CLINTON VS. TRUMP Where They Stand on Foreign Policy Issues. **The Wall Street Journal**, 2016. Disponível em: <<http://graphics.wsj.com/elections/2016/donald-trump-hillary-clinton-on-foreign-policy/>> Acesso em: 22/10/2020.

PECEQUILO, C. S. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Elsevier Brasil, 2013.

PECEQUILO, C. S. Geopolítica e Geoeconomia: história e atualidade no pensamento de Zbigniew Brzezinski. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 23, n. 3, 2017.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Editora Intrínseca, 1ª Edição, Rio de Janeiro, 2014.

PIKETTY, T; SAEZ, E. Income inequality in the United States, 1913–1998. **The Quarterly journal of economics**, v. 118, n. 1, p. 1-41, 2003.

PINTO, E. A crise americana: dívida, desemprego e política. **Boletim de Economia e Política Internacional**, v. 8, p. 7-26, 2011.

POLANYI, K. **A Grande Transformação**. Edit. Campus, 2 edição, Rio de Janeiro, 2000.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PRADO, L. C. D. A Grande Depressão e a Grande Recessão: Uma comparação das crises de 1929 e 2008 nos EUA. **Revista Econômica**, v. 13, n. 2, 2012.

REIFER, T. E. Occupy Wall Street, the Global Crisis, and Antisystemic Movements. **Journal of World-Systems Research**, v. 19, n. 2, p. 186-192, 2013.

REINHART, C. M.; ROGOFF, K. S. **This time is different: Eight centuries of financial folly**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2009.

ROSENTHAL, L.; TROST, C. **Steep: the precipitous rise of the Tea Party**. Univ of California Press, 2012.

SAEZ, E. Striking it richer: the evolution of top incomes in the United States (updated with 2012 preliminary estimates). Berkeley, CA: UCLA, Berkeley; 2013.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHOUTEN, P. Theory Talk# 37: Robert Cox on World Orders, historical change, and the purpose of theory in international relations. **Theory Talks**, p. 1-8, 2009.

SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2006.

SERRANO, F. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, jul./dez. 2002.

SINCLAIR, T. J. Beyond International Relations Theory: Robert W. Cox and approaches to world order. **Approaches to World Order**. Cambridge, 1996.

SPARKS, G. The Trump-Bernie voters from 2016 are nearly non-existent now. **CNN**, 05 de março de 2019. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2019/03/05/politics/bernie-trump-voters/index.html>> Acesso em 13/10/2020.

STRANGE, Susan. International economics and international relations: a case of mutual neglect. **International Affairs**, p. 304-315, 1970.

STRANGE, Susan. The persistent myth of lost hegemony. **International organization**, p. 551-574, 1987.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 5, n. 2, 1985.

TAVARES, M. C. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, M. C. e FIOIRI, J. L. (org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TAVARES, M. C.; MELIN, L. A reafirmação da hegemonia americana. In: FIORI, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TAVARES, Maria da C. **A Crise Financeira Atual**. Paper Itamaraty, Rio de Janeiro, abril de 2009.

THE Parties on the Eve of the 2016 Election: Two Coalitions, Moving Further Apart. **Pew Research Center**, 13 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/politics/2016/09/13/the-parties-on-the-eve-of-the-2016-election-two-coalitions-moving-further-apart/>> Acesso em: 13/10/2020.

TIMIRAOS, N.; MAULDIN, W.; RUBIN, R.; ADAMY, J.; HARRISON, D.; DAVIDSON, K.; MITCHELL, J.; TROTTMAN, M. CLINTON VS. TRUMP Where They Stand on Economic Policy Issues. **The Wall Street Journal**, 2016. Disponível em: <<http://graphics.wsj.com/elections/2016/donald-trump-hillary-clinton-on-the-economy/>> Acesso em: 22/10/2020.

TOOZE, A. **Crashed: How a Decade of Financial Crises Changed the World**. New York: Penguin Books, 2018.

TORRES FILHO, E.; BORÇA JR, G. R. Analizando a crise do subprime. **Revista do BNDES**, v. 15, n. 30, p. 129-159, 2008.

TORRES FILHO, E. O Pânico de 2008 e a Longa Recessão: Onde estamos e para onde vamos? **Revista Econômica**, v. 13, n. 2, 2011.

TORRES FILHO, E. A crise do sistema financeiro globalizado contemporâneo. **Revista de Economia Política**, v. 34, n. 3, 2014.

TORRES FILHO, E. O estouro de bolhas especulativas recentes: os casos dos Estados Unidos e do Japão. Texto para discussão, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4409/1/td_2096.pdf>

TORRES FILHO, E. Poder Monetário Estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, v. 28, n. 3, p. 621-639, 2019.

TOSTES, A. P. B.; SILVA, L. V. B. Das praças para as urnas: movimentos dos Indignados e Occupy Wall Street. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 245-260, jul-dez 2015.

TOURAINÉ, A. **O que é a democracia?** Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

TRIFFIN, R. **Gold and the dollar crisis: the future of convertibility**. Yale University Press, 1960.

US DEPARTMENT OF TREASURY. **Basic Options in International Monetary Affairs**, 23 June 1969. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v03/d131>>.

WALLERSTEIN, I. As agonias do liberalismo. Lua Nova [online]. n.34, pp.117-134, ISSN 0102-6445. 1994.

WALTER, A. World power and world money: the role of hegemony and international money order. New York: Palgrave Macmillan, 1993.

WELTY, Emily et al. (Ed.). **Occupying political science: The Occupy Wall Street movement from New York to the world**. Springer, 2012.

WOLFF, R.; BARSAMIAN, D. **Occupy the economy: Challenging capitalism**. City Lights Books, 2012.

ŽIŽEK, S. **O Ano Que Sonhamos Perigosamente**. 1^a. ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

2016 Campaign: Strong Interest, Widespread Dissatisfaction. **Pew Research Center**, 07 de julho de 2016. Disponível em: <<https://www.pewresearch.org/politics/2016/07/07/2016-campaign-strong-interest-widespread-dissatisfaction/>> Acesso em: 13/10/2020.